



Presidenta Dilma

em sororidade mulheres resgatam a história



Nivia Ivette Núñez de la Paz

Romi Márcia Bencke

(Orgs.)

Presidenta Dilma

Em sororidade mulheres
resgatam a História

São Leopoldo



2020

© Editora Karywa – 2021

São Leopoldo – RS

editorakarywa@gmail.com

<http://editorakarywa.wordpress.com>

Conselho editorial

Dra. Adriana Schmidt Dias (UFRGS – Brasil)

Dra. Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida – Brasil)

Dr. Cristóbal Gnecco (Universidad del Cauca – Colômbia)

Dra. Delia Dutra da Silveira (UDELAR, CENUR, L.N. – Uruguai)

Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS – Brasil)

Dra. Eli Bartra (UAM-Xochimilco – México)

Dr. Ezequiel de Souza (IFAM – Brasil)

Dr. Moisés Villamil Balestro (UNB – Brasil)

Dr. Raúl Fornet-Betancourt (Aachen – Alemanha)

Dr. Rodrigo Piquet Saboia de Mello (Museu do Índio – Brasil)

Dra. Tanya Angulo Alemán (Universidad de Valencia – Espanha)

Dra. Yisel Rivero Báxter (Universidad de la Habana – Cuba)

Diagramação e arte-finalização

Rogério Sávio Link

Tradução e revisão

Jisette González Núñez

Nivia Ivette Núñez de la Paz

Rogério Sávio Link

Tania Lisette Núñez de la Paz

P933 Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história. 2 ed. / Orgs. Nivia Ivette Núñez de la Paz, Romi Márcia Bencke. Ebook. São Leopoldo: Karywa, 2021.

160p. : il

ISSN: 978-65-86795-13-4

1. Feminismo; 2. Sororidade; 3. Mulheres; 4. História; 5. Dilma Rousseff; I. Organizadoras.

CDD 980

A Dilma Vana Rousseff!

*A todas as mulheres tornadas invisíveis ao longo da História!
Às mulheres, de todos os tempos, que não esquecem, resistem e lutam!*

La Cigarra

*María Elena Walsh, Poetiza Argentina,
1930-2011*

*Tantas veces me mataron,
Tantas veces me morí,
Sin embargo estoy aquí,
Resucitando.*

*Gracias doy a la desgracia,
Y a la mano con puñal,
Porque me mató tan mal,
Y seguí cantando.*

*Cantando al sol,
Como la cigarra,
Después de un año
Bajo la tierra,
Igual que sobreviviente,
Que vuelve de la guerra.*

*Tantas veces me borraron,
Tantas desaparecí,
A mi propio entierro fui,
Sola y llorando.*

*Hice un nudo en el pañuelo,
Pero me olvidé después,
Que no era la única vez,
Y seguí cantando.*

*Cantando al sol,
Como la cigarra,
Después de un año
Bajo la tierra,
Igual que sobreviviente,
Que vuelve de la guerra.*

*Tantas veces te mataron,
Tantas resucitarás,
Tantas noches pasarás
Deseperando.*

*A la hora del naufragio
Y la de la oscuridad,
Alguien te rescatará,
Para ir cantando.*

*Cantando al sol,
Como la cigarra,
Después de un año
Bajo la tierra,
Igual que sobreviviente
Que vuelve de la guerra.*

Autoras

- Amanda Motta Castro – Brasil
Blanca Cortés Robles – Nicarágua
Cibele Kuss – Brasil
Claudete Beise Ulrich – Brasil
Delia Dutra – Uruguai
Eliana Bellini Rolemberg – Brasil
Giancarla Brunetto – Brasil
Izani Bruch – Brasil
Lusmarina Campos Garcia – Brasil
Malu Aires – Brasil
Mara Parlow – Brasil
Marcela Bosch – Argentina
Marga Janete Ströher – Brasil
María de los Angeles Roberto – Argentina
Pilar del Río – Espanha
Neli Maske – Brasil
Nivia Ivette Núñez de la Paz – Cuba
Renate Gierus – Brasil
Rita de Cássia Fraga Machado – Brasil
Romi Márcia Bencke – Brasil
Sandra Villalobos Nájera – México
Sônia Gomes Mota – Brasil
Sueli Aparecida Bellato – Brasil

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação..... | 9 |
| Quem Teme Dilma Rousseff? | 13 |
| Arguição de Dilma Rousseff no Senado | 17 |
| Quando elas Iluminam | 35 |
| Dilma Rousseff: Sororidade, Responsabilidade e Resistência! | 40 |
| Quem é essa Mulher?... | 43 |
| Crônica de um Dia para não Esquecer | 50 |
| Treze : Um Numeral – Mas Bem Mais que Isso... | 56 |
| Uns Golpezinhos: Apesar deles é Preciso Lutar sem Temer! | 63 |
| O Dia D Dilma..... | 68 |
| A Elegância da Senhora Democracia..... | 74 |
| De Jacarandas e Quaresmeiras | 76 |
| Deus é Golpista e Fala Português | 80 |
| Proseando com Dilma sobre Mosaicos de Sororidade..... | 85 |
| Presidenta Dilma, Presente!..... | 92 |
| Abraços para Dilma | 97 |
| Sim Estou Cansada... Mas Vale a Pena, Continuemos | 102 |
| À Presidenta Dilma Rousseff e a Todas as Mulheres, com Carinho..... | 105 |
| Dilma: Tão Grande Quanto o Mar!..... | 114 |
| Com a Paz de um Lago e a Força de Vulcões, Dilma..... | 121 |

| | |
|--|------------|
| Ressuscitando-nos na Sororidade e Criando Resistência com a Presidenta Dilma..... | 123 |
| As Dimensões Pedagógicas dos Encontros com Dilma Rousseff..... | 126 |
| Dilma, o Golpe Nosso e a Misoginia de Cada Dia!..... | 133 |
| Volta Dilma, Volta Democracia! | 141 |
| Uma Manhã de Sábado, em 15 de Julho | 146 |
| Como Votaram os Deputados | 152 |
| Como Votaram os Senadores | 158 |

APRESENTAÇÃO

Há vinte e um anos nos conhecíamos no Seminário Evangélico de Teologia, em Matanzas, Cuba. Naquele momento, não podíamos imaginar que no ano de 2016, esta brasileira e esta cubana, estaríamos enfrentando juntas um período que ficará caracterizado na história do Brasil como o fim do pacto republicano democrático de 1988. Em nossos sonhos juvenis, imaginávamos experimentar revoluções e não os velhos e bolorentos golpes latino-americanos. Para celebrar os 20 anos de nossa amizade, havíamos combinado viajar a Cuba. No entanto, quis a vida que essa amizade fosse reafirmada politicamente assumindo, junto com muitas companheiras, a resistência, a luta e a denúncia da trama que derrubou a presidenta democraticamente eleita, Dilma Vana Rousseff.

No ano 1996, tínhamos discussões acaloradas partindo de nossos posicionamentos teológicos, políticos e feministas. A discussão ficava mais animada quando o tema era capitalismo e socialismo. A partir das experiências pessoais, apontávamos apaixonadamente os limites e as injustiças de cada um dos sistemas. As discussões nunca chegavam ao fim, mas a frase de Fernando Pessoa “Tudo vale à pena quando a alma não é pequena”, que era nosso mantra cotidiano, contribuía para que entendêssemos que mais importante que a defesa irrestrita de nossas posições era a ousadia de sermos mulheres de *alma grande*, filhas da Ruah, o vento da sabedoria, que ninguém pode prender e nem pautar. É dessa linda e forte amizade que germina a ideia deste livro, entendido por nós duas como uma necessidade histórica, ética, feminista e sororal. Nossos 20 anos de amizade são celebrados com muitas mulheres que entrelaçam suas histórias e as histórias de seus países à história de uma mulher especial que viveu a tortura, a calúnia, a infâmia, mas que nunca claudicou nem compactuou com a injustiça.

O livro, em primeiro lugar, é um presente para Dilma, por sua trajetória pessoal e política. Em segundo, é um presente para as mulheres que, tornadas invisíveis, hoje não podem ser nomeadas. É também, um presente a todas as mulheres que não esquecem, resistem e lutam. Um presente das autoras para as autoras, das autoras

para todas as mulheres. O livro é História, mas não história única e sim uma história múltipla, plural, diversa, tão diversa quanto todas nós. Nossas histórias chegam como o ensurdecedor canto das cigarras para incomodar, para estremecer, para fazer contraponto à história única apresentada e contada pelos traidores e seus séquitos. História única muito bem replicada pela Rede Globo e todas as outras mídias hegemônicas e golpistas da América Latina.

O livro é o resgate de uma história que querem silenciar e tornar passado, mesmo que ainda seja presente. Não há uniformidade nele. A narrativa apresentada é múltipla, traz testemunho, depoimento, colóquio, poesia, epístola. Respeitamos intencionalmente a escrita e o estilo das autoras, porque esse estilo e escrita é o espelho de como nós entendemos, falamos e acompanhamos este momento histórico. Esse estilo e escrita faz parte de nossos passos, de nossas opções, de nossos desejos, sentimentos e sonhos.

O livro é vida, insurgência e ressurreição. Ele é expressão das lutas das mulheres, luta contínua, luta de todas as gerações. Querem que o espaço da presidência, do congresso, do senado, da academia, da rua não seja nosso, querem tirar-nos esses lugares com a autoridade outorgada por uma cultura e uma sociedade que não nos reconhece como humanas. Mas como estão enganados! Nós não temos medo e estamos juntas! Podem tentar nos calar, falaremos mais alto. Podem pretender nos diminuir, ficaremos mais fortes. Podem presumir nossa morte, mas desde já avisamos: ressuscitaremos, mil vezes se necessário, Ressuscitaremos!

Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história! Essa é a forma que encontramos de ser profetizas em nosso tempo, de não nos omitir. Você tem dito: “a árvore da democracia no Brasil foi infestada de fungos e parasitas”. Seremos as luzes necessárias para que essa árvore recobre sua vitalidade e volte a ser o espaço do exercício pleno da cidadania, para que seja de novo a árvore do processo de construção democrática, respeitando diversidade, direitos e promovendo a vida digna para todas as pessoas, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Que a leitura desta obra coletiva possa inspirar e, principalmente, comprometer!

As organizadoras

*Tantas veces me mataron,
Tantas veces me morí,
Sin embargo estoy aquí,
Resucitando.*

*Gracias doy a la desgracia,
Y a la mano con puñal,
Porque me mató tan mal,
Y seguí cantando.*

QUEM TEME DILMA ROUSSEFF?

Peço perdão, mas antes de tudo manifesto minha indignação, contundente e total, pelo fato de que Dilma Rousseff esteja hoje em Sevilha¹, conosco, quando tinha de estar no Palácio do Planalto em Brasília, governando o país que a elegeu Presidenta, reconhecendo nela todos os cidadãos, também aqueles que historicamente tinham sido esquecidos. A honra que ela nos dá abrindo este seminário, e que agradecemos, só é possível porque, perante nosso olhar atônito e impotência total, produziu-se uma fraude à democracia: o Golpe de Estado que o Brasil sofreu, não somente a Presidenta, foi um ato canalha, difícil de entender, verossímil na realidade, inverossímil se fosse o argumento de um romance ou de um filme. Que sem dúvida se fará, criadores não faltam no país de Jorge Amado, Clarice Lispector, Chico Buarque ou Fernando Meirelles. Ou Machado de Assis. Ou Cabral de Melo Neto, tão sevilhano.

Nada tem sido fácil para Dilma Rousseff. Pertence a uma minoria de pessoas que se forjou a si mesma assumindo valores que têm a ver com o bem comum. Nasceu faz pouco tempo em Belo Horizonte, o sobrenome indica que há imigrantes na sua família, e assim é, de Bulgária chegou seu pai, que à hora certa se casou com uma brasileira e adotou o país-continente como seu. Dilma estudou economia, mas antes de graduar-se já tinha percorrido um longo caminho de militância e de sonhos. Após o golpe de estado de 1964 no Brasil integrou a esquerda clandestina e revolucionária, defendeu causas, foi encarcerada, passou mais de três anos na prisão, foi torturada, não se quebrou, e, quando certa normalidade democrática se instaurou no país, sustentou que o serviço público, quer dizer, a

1) O texto foi a apresentação e as boas vindas dada por Pilar del Río, Presidenta da Fundação José Saramago à Presidenta do Brasil Dilma Rousseff, por ocasião da celebração do *"Seminário Capitalismo Neoliberal, Democracia Sobrante"* organizado conjuntamente por três centros de investigação em Direitos Humanos: 1. Mestrado em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento da Universidade Pablo de Olavide – UPO e a Universidade Internacional de Andalucía – UNIA; 2. Instituto Joaquín Herrera Flores – IJHF; 3. Doutorado "Direitos Humanos nas sociedades contemporâneas" do Centro de Estudos Sociais de Coimbra – CES, que teve lugar na sede da Fundação Três Culturas do Mediterrâneo em Sevilha, Espanha, 25 e 26 de Janeiro de 2017.

política, era um trabalho no qual valia a pena embarcar as 24 horas do dia. No passado e hoje. Ao longo desses anos, Dilma Rousseff tem estado engajada na resolução de conflitos políticos e, para dar um exemplo concreto, na questão da energia, que afetava milhões de pessoas. Quando em 2002, na quarta tentativa, Lula ganhou as eleições presidenciais, Dilma o acompanhou na aventura da governança, primeiro como Ministra de Minas e Energia, logo após como Ministra da Casa Civil até que, em 2010, se enfrentou com a tarefa quase impossível de suceder ao homem dos mil carismas, ao animal político que é Lula da Silva. De pronto, no país do tropicalismo e do samba, com mais de 200 milhões de habitantes, Dilma apresentou-se com o rigor como bandeira, a luta contra a pobreza e contra a corrupção como objetivo. Era imperativo aumentar o número de pessoas libertadas da indigência, mais de 36 milhões desde que o PT começara a governar, consolidar projetos educativos, alterar normas seculares que faziam do Brasil um exemplo contundente de desigualdades sociais, juntando a sofisticação mais moderna à escravidão insuportável no mesmo tempo e lugar. Tratava-se de introduzir racionalidade na governança, valorizar conceitos como o estado de bem-estar social e trazer à luz práticas históricas demasiadas parecidas a perversões. O fez, apesar das advertências de que as aves de rapina sobrevoavam dispostas a tudo. E começou outro calvário na vida de Dilma, a primeira mulher presidenta na história de um país jovem, mas centenário, uma inimiga fácil, acreditaram, mulher que poderia ser adulada com alguma concessão e talvez com uma piscadela de olho. Equivocaram-se. Tudo começou quando se auto-denominou como Presidenta, porque era uma mulher quem exercia a presidência. Ouviram-se gritos no céu, seria o cúmulo: a ordem estabelecida diz que quem preside é presidente. Se às mulheres se lhes concede o nome, dá-se lhes autoridade, e isso não pode acontecer, nunca foi assim, Dilma não pode ser história que se nos escapa das mãos, na pior das hipóteses uma nota de rodapé que possa ser dominada por nós: igrejas; meios de comunicação; acionistas sem rosto, mas com capacidade para afundar bolsas; donos de petroleiras; companhias aéreas; juízes e senadores; o poder secular e patriarcal, intocável, nascido da cabeça de um profeta vociferante de relógio parado no tempo sem que seus seguidores tenham se dado conta. Ou sim, mas utilizando-o para controlar.

Apesar dos obstáculos, Dilma governou Brasil em anos de crise financeira pretendendo que a democracia de baixa intensidade,

conveniente para o funcionamento do sistema, desembocasse numa democracia real, com participação plural e livre, com acesso às discrepâncias que nascem da educação, agora sim, estendida a milhões de pessoas que antes estavam condenadas ao analfabetismo e, portanto, à dependência política e social. Devia ser do conhecimento de nossa presidenta o ensinamento de Almeida Garrett, lá pelo século XIX português: “E eu pergunto (...) se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?”. A presidenta tentou romper a promiscuidade entre o poder econômico e político, contou com o respaldo da população que votou nela duas vezes para que dirigisse o governo, mas emergiram os lacaios do caos, ameaçando com mil acusações sem base real nem legal, com todos os estereótipos, artilharias e cumplicidades ilícitas. Dilma foi cercada por gente sem palavra, traidores de meia estirpe, tartufos sem glória, como se depreende das conversações que escutamos, porque não sabem nem desligar microfones. Na noite em que os supostos representantes do povo votaram pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff, nessa madrugada de todas as iniquidades, acompanhada com perplexidade aqui e acolá, conhecemos a dimensão da vileza: teve quem votou contra Dilma por Deus, não se sabe qual, ou porque não queriam que seus filhos fossem *gays*, ou em memória do torturador que a teve entre suas mãos pretendendo quebrá-la. Essa é a dimensão daqueles que se opuseram à presidência de Dilma, alguns deles coligados na tarefa de governar. Ai, que duro é misturar água limpa com óleo de rícino...

Dilma tem sido perseguida por ser de esquerdas, por ter valores, por não aceitar subornos, por não formar parte da quadrilha de machos que se acham eleitos, por ser mulher, a primeira mulher na história de seu país, a quarta num continente que acaba de votar em um palhaço sem graça e perigoso frente a uma mulher experimentada. Dilma rompia demasiados esquemas e, insisto, seu emblema é o rigor, não apregoar barato nas feiras dos povos: não há melhor empatia ou solidariedade que a de procurar condições dignas de vida para a população, seres humanos aos que se entende e nos quais se confia.

Enfim, estamos perante uma grande mulher, da qual poderia estar falando muitas horas, não pelo breve trato pessoal que temos mantido (e que em Sevilha temos consolidado), ou pelo que dela conheço através de amizades comuns, mas sim por ter seguido sua

trajetória com curiosidade e coração. Mas estaria me traindo se não contasse um exemplo miudinho, ainda que significativo, que tem a ver com os meios de comunicação, com minha profissão. Quando Dilma disse que tinham que tratá-la como Presidenta, em feminino, as gargalhadas foram grandes, mas ela não se abateu, seguiu caminhando com passos firmes. Perante sua firmeza, os jornalistas que a entrevistaram não tiveram mais opção que tratá-la por “Senhora Presidenta”, mas numa linha mais abaixo, quando era o jornalista ou o meio quem escrevia, já diziam “a Presidente”... Não lhe outorgaram nem o direito ao título, esse que também Temer – Fora Temer – após o golpe, mandou suprimir dos documentos oficiais. Que medo têm de Dilma Rousseff os contrabandistas do poder. Em todo caso, é menor que o carinho que nós lhe estamos outorgando nesta visita a Sevilha e logo após por outros lugares da Europa.

Bem vinda, querida Presidenta, minha irmã.

Pilar del Río

Presidenta da Fundação José Saramago. Jornalista, escritora e tradutora.

ARGUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF NO SENADO

(29/08/2016)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Renan Calheiros,

Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores,

Cidadãs e Cidadãos de meu amado Brasil,

No dia 1º de janeiro de 2015 assumi meu segundo mandato à Presidência da República Federativa do Brasil. Fui eleita por mais de 54 milhões de votos.

Na minha posse, assumi o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Ao exercer a Presidência da República, respeitei fielmente o compromisso que assumi perante a nação e aos que me elegeram. E orgulho-me disso. Sempre acreditei na democracia e no Estado de Direito, e sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes conquistas do nosso povo.

Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram.

Nesta jornada, para me defender do *impeachment*, aproximei-me mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade.

Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros.

Entre os meus defeitos, não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo

ou os que lutam ao meu lado. Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados.

Na época, eu era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida. Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma. Mas não cedi. Resisti. Resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos amargos em que o país vivia. Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça nos meus ombros, continuei lutando pela democracia.

Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça. Disso tenho orgulho. Quem acredita, luta.

Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram.

Exercendo a Presidência da República, tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública.

Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio.

E por isso, como no passado, resisto.

Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado de Direito.

Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. A mim cabe lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram.

E resistir. Resistir sempre. Resistir para acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir.

Não luto pelo meu mandato, por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não têm caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar.

Muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos. Olhar para a frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos.

Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que fiz no exercício da Presidência da República que venho pessoalmente à presença dos que me julgarão. Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada têm a esconder, que não cometi nenhum crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente.

Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de *impeachment*.

No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado.

O Presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada “República do Galeão”, que o levou ao suicídio.

O Presidente Juscelino Kubitscheck, que construiu essa cidade, foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe, como ocorreu no episódio de Aragarças.

O Presidente João Goulart, defensor da democracia, dos direitos dos trabalhadores e das Reformas de Base, superou o golpe do parlamentarismo, mas foi deposto e instaurou-se a ditadura militar, em 1964. Durante 20 anos, vivemos o silêncio imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso País. Milhões de brasileiros lutaram e reconquistaram o direito a eleições diretas.

Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política, nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática dá-se por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos.

As provas produzidas deixam claro e incontestado que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos, embasados por uma frágil retórica jurídica.

Nos últimos dias, novos fatos evidenciaram outro aspecto da trama que caracteriza este processo de *impeachment*. O autor da representação junto ao Tribunal de Contas da União que motivou as acusações discutidas nesse processo, foi reconhecido como suspeito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Soube-se ainda, pelo depoimento do auditor responsável pelo parecer técnico, que ele havia ajudado a elaborar a própria representação que auditou. Fica claro o vício da parcialidade, a trama, na construção das teses por eles defendidas.

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas.

São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador.

A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo programa escolhido pelo povo em 2014.

Fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras “nenhum direito a menos”.

O que está em jogo no processo de *impeachment* não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição.

O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria.

O que está em jogo é o investimento em obras para garantir a convivência com a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso País no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns.

O que está em jogo é a auto-estima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do País de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas.

O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal mas não abre mão de programas sociais para a nossa população.

O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais.

Senhoras e Senhores Senadores,

No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a eventual perda de maioria parlamentar para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime.

Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de Governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores.

O que pretende o governo interino, se transmudado em efetivo, é um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos.

Desvincular o piso das aposentadorias e pensões do salário mínimo, será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios.

A revisão dos direitos e garantias sociais previstos na CLT e a proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira caso prospere o *impeachment* sem crime de responsabilidade.

Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores.

O nosso patrimônio estará em questão, com os recursos do pré-sal, as riquezas naturais e minerárias sendo privatizadas.

A ameaça mais assustadora desse processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com casa própria.

Senhor Presidente Ricardo Lewandowski, Senhoras e Senhores Senadores,

A verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira.

Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo. Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e, após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de *impeachment*.

Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo. Queriam o poder a qualquer preço.

Tudo fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo.

Só é possível compreender a gravidade da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o investimento e a produção de bens e serviços.

Não se procurou discutir e aprovar uma melhor proposta para o país. O que se pretendeu permanentemente foi a afirmação do “quanto pior melhor”, na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos desta questionável ação política para toda a população.

A possibilidade de *impeachment* tornou-se assunto central da pauta política e jornalística apenas dois meses após minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse movimento radical.

Nesse ambiente de turbulências e incertezas, o risco político permanente provocado pelo ativismo de parcela considerável da oposição acabou sendo um elemento central para a retração do investimento e para o aprofundamento da crise econômica.

Deve ser também ressaltado que a busca do reequilíbrio fiscal, desde 2015, encontrou uma forte resistência na Câmara dos Deputados, à época presidida pelo Deputado Eduardo Cunha. Os projetos enviados pelo governo foram rejeitados, parcial ou integralmente. *Pautas bombas* foram apresentadas e algumas aprovadas.

As comissões permanentes da Câmara, em 2016, só funcionaram a partir do dia 5 de maio, ou seja, uma semana antes da aceitação do processo de *impeachment* pela Comissão do Senado Federal. As Senhoras e Senhores Senadores sabem que o funcionamento dessas Comissões era e é absolutamente indispensável para a aprovação de matérias que interferem no cenário fiscal e para encaminhar a saída da crise.

Foi criado assim o desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade.

Sem essas ações, o Brasil certamente estaria hoje em outra situação política, econômica e fiscal.

Muitos articularam e votaram contra propostas que durante toda a vida defenderam, sem pensar nas consequências que seus gestos trariam para o país e para o povo brasileiro. Queriam apro-

veitar a crise econômica, porque sabiam que assim que o meu governo viesse a superá-la, suas aspirações de acesso ao poder haveriam de ficar sepultadas por mais um longo período.

Mas, a bem da verdade, as forças oposicionistas somente conseguiram levar adiante o seu intento quando outra poderosa força política a elas se agregou: a força política dos que queriam evitar a continuidade da “sangria” de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público.

É notório que durante o meu governo e o do Presidente Lula foram dadas todas as condições para que estas investigações fossem realizadas. Propusemos importantes leis que dotaram os órgãos competentes de condições para investigar e punir os culpados.

Assegurei a autonomia do Ministério Público, nomeando como Procurador Geral da República o primeiro nome da lista indicado pelos próprios membros da instituição. Não permiti qualquer interferência política na atuação da Polícia Federal.

Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago um elevado preço pessoal pela postura que tive.

Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudessem justificá-la perante a nossa Constituição. Encontraram, na pessoa do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o vértice da sua aliança golpista.

Articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar do governo. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia, para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de 2014.

Todos sabem que este processo de *impeachment* foi aberto por uma “chantagem explícita” do ex-Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como chegou a reconhecer em declarações à imprensa um dos próprios denunciantes. Exigia aquele parlamentar que eu intercedesse para que deputados do meu partido não votassem pela abertura do seu processo de cassação.

Nunca aceitei na minha vida ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o faria na condição de Presidenta da República. É fato, porém, que não ter me curvado a esta chantagem motivou o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade e a abertura des-

te processo, sob o aplauso dos derrotados em 2014 e dos temerosos pelas investigações.

Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente.

Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética.

Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida.

Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição.

Ironia da história? Não, de forma nenhuma. Trata-se de uma ação deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira.

Viola-se a democracia e pune-se uma inocente. Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados.

Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro Golpe de Estado.

Senhoras e Senhores Senadores,

Vamos aos autos deste processo. Do que sou acusada? Quais foram os atentados à Constituição que cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei?

A primeira acusação refere-se à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa. Ao longo de todo o

processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais. Respeitamos a previsão contida na Constituição, a meta definida na LDO e as autorizações estabelecidas no artigo 4º da Lei Orçamentária de 2015, aprovadas pelo Congresso Nacional.

Todas essas previsões legais foram respeitadas em relação aos três decretos. Eles apenas ofereceram alternativas para alocação dos mesmos limites, de empenho e financeiro, estabelecidos pelo decreto de contingenciamento, que não foram alterados. Por isso, não afetaram em nada a meta fiscal.

Ademais, desde 2014, por iniciativa do Executivo, o Congresso aprovou a inclusão, na LDO, da obrigatoriedade que qualquer crédito aberto deve ter sua execução subordinada ao decreto de contingenciamento, editado segundo as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso foi precisamente respeitado.

Não sei se por incompreensão ou por estratégia, as acusações feitas neste processo buscam atribuir a esses decretos nossos problemas fiscais. Ignoram ou escondem que os resultados fiscais negativos são consequência da desaceleração econômica e não a sua causa.

Escondem que, em 2015, com o agravamento da crise, tivemos uma expressiva queda da receita ao longo do ano – foram R\$ 180 bilhões a menos que o previsto na Lei Orçamentária.

Fazem questão de ignorar que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história. Cobram que, quando enviei ao Congresso Nacional, em julho de 2015, o pedido de autorização para reduzir a meta fiscal, deveria ter imediatamente realizado um novo contingenciamento. Não o fiz porque segui o procedimento que não foi questionado pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Congresso Nacional na análise das contas de 2009.

Além disso, a responsabilidade com a população justifica também nossa decisão. Se aplicássemos, em julho, o contingenciamento proposto pelos nossos acusadores cortaríamos 96% do total de recursos disponíveis para as despesas da União. Isso representaria um corte radical em todas as dotações orçamentárias dos órgãos federais. Ministérios seriam paralisados, universidades fechariam suas portas, o Mais Médicos seria interrompido, a compra de medicamentos seria prejudicada, as agências reguladoras deixariam de funcionar. Na verdade, o ano de 2015 teria, orçamentariamente, acabado em julho.

Volto a dizer: ao editar estes decretos de crédito suplementar, agi em conformidade plena com a legislação vigente. Em nenhum desses atos, o Congresso Nacional foi desrespeitado. Aliás, este foi o comportamento que adotei em meus dois mandatos.

Somente depois que assinei esses decretos é que o Tribunal de Contas da União mudou a posição que sempre teve a respeito da matéria. É importante que a população brasileira seja esclarecida sobre este ponto: os decretos foram editados em julho e agosto de 2015 e somente em outubro de 2015 o TCU aprovou a nova interpretação.

O TCU recomendou a aprovação das contas de todos os presidentes que editaram decretos idênticos aos que editei. Nunca levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter depois que assinei estes atos.

Querem me condenar por ter assinado decretos que atendiam a demandas de diversos órgãos, inclusive do próprio Poder Judiciário, com base no mesmo procedimento adotado desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001?

Por ter assinado decretos que somados, não implicaram, como provado nos autos, em nenhum centavo de gastos a mais para prejudicar a meta fiscal?

A segunda denúncia dirigida contra mim neste processo também é injusta e frágil. Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural Plano Safra, equivale a uma “operação de crédito”, o que estaria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como minha defesa e várias testemunhas já relataram, a execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência de sua normatização, inclusive em relação à atuação do Banco do Brasil. A Presidenta da República não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra. Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente.

A controvérsia quanto a existência de operação de crédito surgiu de uma mudança de interpretação do TCU, cuja decisão definitiva foi emitida em dezembro de 2015. Novamente, há uma tentativa de dizer que cometi um crime antes da definição da tese de que

haveria um crime. Uma tese que nunca havia surgido antes e que, como todas as Senhoras e Senhores Senadores souberam em dias recentes, foi urdida especialmente para esta ocasião.

Lembro ainda a decisão recente do Ministério Público Federal, que arquivou inquérito exatamente sobre esta questão. Afirmou não caber falar em ofensa à lei de responsabilidade fiscal porque eventuais atrasos de pagamento em contratos de prestação de serviços entre a União e instituições financeiras públicas não são operações de crédito.

Insisto, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores: não sou eu nem tampouco minha defesa que fazemos estas alegações. É o Ministério Público Federal que se recusou a dar sequência ao processo, pela inexistência de crime.

Sobre a mudança de interpretação do TCU, lembro que, ainda antes da decisão final, agi de forma preventiva. Solicitei ao Congresso Nacional a autorização para pagamento dos passivos e defini em decreto prazos de pagamento para as subvenções devidas. Em dezembro de 2015, após a decisão definitiva do TCU e com a autorização do Congresso, saldamos todos os débitos existentes.

Não é possível que não se veja aqui também o arbítrio deste processo e a injustiça também desta acusação.

Este processo de *impeachment* não é legítimo. Eu não atentei, em nada, em absolutamente nada, contra qualquer dos dispositivos da Constituição que, como Presidenta da República, jurei cumprir. Não pratiquei ato ilícito. Está provado que não agi dolosamente em nada. Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses da sociedade. Nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público.

Volto a afirmar, como o fez a minha defesa durante todo o tempo, que este processo está marcado, do início ao fim, por um clamoroso desvio de poder.

É isto que explica a absoluta fragilidade das acusações que contra mim são dirigidas.

Tem-se afirmado que este processo de *impeachment* seria legítimo porque os ritos e prazos teriam sido respeitados. No entanto, para que seja feita justiça e a democracia se imponha, a forma só não

basta. É necessário que o conteúdo de uma sentença também seja justo. E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.

Ouso dizer que, em vários momentos, este processo se desviou, clamorosamente, daquilo que a Constituição e os juristas denominam de “devido processo legal”.

Não há respeito ao devido processo legal quando a opinião condenatória de grande parte dos julgadores é divulgada e registrada pela grande imprensa antes do exercício final do direito de defesa.

Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não passa de uma questão de tempo, porque votarão contra mim de qualquer jeito.

Nesse caso, o direito de defesa será exercido apenas formalmente, mas não será apreciado substantivamente nos seus argumentos e nas suas provas. A forma existirá apenas para dar aparência de legitimidade ao que é ilegítimo na essência.

Senhoras e Senhores Senadores,

Nestes meses, perguntaram-me inúmeras vezes por que eu não renunciava para encurtar este capítulo tão difícil de minha vida.

Jamais o faria, porque tenho compromisso inarredável com o Estado Democrático de Direito.

Jamais o faria, porque nunca renuncio à luta.

Confesso a Vossas Excelências, no entanto, que a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. Mas foram sempre superados, em muito, pela solidariedade, pelo apoio e pela disposição de luta de milhões de brasileiras e brasileiros pelo País afora. Por meio de manifestações de rua, reuniões, seminários, livros, shows, mobilizações na internet, nosso povo esbanjou criatividade e disposição para a luta contra o golpe.

As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil.

Chego à última etapa desse processo comprometida com a realização de uma demanda da maioria dos brasileiros: convocá-los a decidir, nas urnas, sobre o futuro de nosso País. Diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores armas que temos para a preservação da democracia.

Confio que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores farão justiça. Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política.

Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus. Na primeira vez, fui condenada por um tribunal de exceção. Daquela época, além das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história.

Hoje, quatro décadas depois, não há prisão ilegal, não há tortura, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto popular que me conduziu à Presidência. Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores.

Apesar das diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história.

Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência.

Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o melhor dos nossos esforços.

Reitero: respeito os meus julgadores.

Não nutro rancor por aqueles que votarão pela minha destituição.

Respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha absolvição, aos quais serei eternamente grata.

Neste momento, quero me dirigir aos Senadores que, mesmo sendo de oposição a mim e ao meu governo, estão indecisos.

Lembrem-se que, no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e comprovado de forma cabal.

Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes, governadores e prefeitos. Condenar sem provas substantivas. Condenar um inocente.

Faço um apelo final a todos os Senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira.

Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo povo brasileiro.

Peço: votem contra o *impeachment*. Votem pela democracia.

Muito obrigada.

*Tantas veces te mataron,
Tantas resucitarás,
Tantas noches pasarás
Desesperando.*

*A la hora del naufragio
Y la de la oscuridad,
Alguien te rescatará,
Para ir cantando.*

QUANDO ELAS ILUMINAM

Quando me convidaram para escrever um texto para o livro “homenagem a Dilma”, a um ano do golpe brando no qual foi destituída, pensei que poderia eu agregar, inclusive desde um olhar feminista, que não tenham dito nos últimos tempos diversos analistas políticos.

Quando me disseram que o leitmotiv do livro teria como eixo uma poesia, pensei novamente que, em geral, a poesia não é o gênero literário que mais eu gosto. Logo, ao tomar conhecimento que dita poesia era na realidade uma canção de minha compatriota María Elena Walsh intitulada “La Cigarra”, comecei a rememorar não só o que esta poesia tinha significado para mim, senão também o contexto de repressão da década de 1970 desde onde a autora escreveu.

Para uma mulher como eu, militante de direitos humanos, feminista, teóloga protestante, rememorar essa época significa retrotrair-me a variadas experiências pouco reconfortantes, que passam ineludivelmente por minha cabeça, mas também por meu corpo. Nestas páginas, tentarei enxergar a Dilma – e ao processo que a levou a ser a primeira presidenta brasileira até sua destituição em 2016 – a partir desses três aspectos ainda que, amalgamados em minha pessoa, possibilitam distintas reflexões.

Sou parte de uma geração dizimada pela violência que os fazedores do genocídio provocaram durante a ditadura na Argentina (1976-1982). A experiência mais forte que possuo como militante consiste em ter passado muitos anos da minha vida tratando de suportar a culpa de ser uma sobrevivente. Tenho despertado em inúmeras manhãs pensando onde e como estariam as e os companheiros de militância, até concluir assimilando com dor a palavra “desaparecidos”, incluindo-a num novo vocabulário resultado do espanto e da impotência...

Re-memorar, em seu aspecto positivo, consistiu finalmente em re-significar os mínimos signos de vida outorgando-lhes novo sentido a fim de me animar a pensar que ainda era possível a esperança.

Ao sentar-me a escrever estas páginas sobre Dilma, lembrei as palavras de Celia Amorós. A filósofa feminista tem dito: “as mu-

lheres passamos pela história como se esta fosse um muro de areia, onde nosso passo não deixa nem sequer pegadas visíveis”.

Com respeito a isso, sempre pensei que certas mulheres dentro da sociedade patriarcal se visibilizam a si mesmas quando, perto do poder político, não só não o questionam, senão que colaboram para incrementá-lo com seu silêncio e ações. Dessa maneira, elas convertem-se em “as queridinhas do papai”, recebendo regalias e assumindo postos políticos como recompensa por sua traição a seu gênero. Não divergir do patriarcado traz privilégios e assegura, sem dúvida, a inclusão. Outras mulheres, talvez a minoria – não porque não existam, senão porque são ignoradas – lutam contra o patriarcado, se jogam e logo se apagam sem que ninguém tenha ao menos reparado nelas.

Um terceiro grupo, ínfimo na quantidade, saem à roda do espaço público tentando preencher com novos sentidos uma política que não foi feita nem a partir delas, nem para elas. Essas mulheres não só saem à luz: elas ILUMINAM.

Dilma Rousseff, a meu entender, é parte desse terceiro grupo, como também faz parte Cristina Fernández de Kirchner na Argentina. Ambas mandatárias foram durante seus respectivos mandatos, e são agora mais do que nunca, mulheres fortes e fortalecidas por um povo que as avistando não as esquece. Avistando-as, sente saudades e as segue, compreendendo que a política partidária se pode abraçar com vontade quando, em resistência, convoca a todas e todos para construir seus sonhos pessoais contidos num projeto comum.

Dilma pertence a uma geração de mulheres jovens que, tendo nascido e crescido em uma casa de classe média acomodada (coisa que não é pouca nesta grande América, onde o signo mais tristemente visível é a iniquidade), deixaram sua vida prazerosa para pôr os pés junto aos mais necessitados. Desde as favelas, Dilma permitiu-se ampliar o horizonte de seu olhar. Ela saiu de sua casa para outros mundos desconhecidos aos 16 anos.

Recordei então que com a mesma idade entrei a militar por primeira vez a uma *Villa Miseria* na zona de Retiro. A *Villa* é na Argentina sinônimo de favela no Brasil.

Sem a pretensão de igualar-me a Dilma, lembro como essa experiência deixou rastros em mim. Eu não posso deixar de suspeitar do impacto que tanta desigualdade produziu em Dilma.

Uma corrente de sentido ajuda-me a resumir os sentimentos: violência/injustiça/iniquidade. E, à luz do contexto da época, o resultado reduz-se a outra palavra: *Revolução*.

A entrega de bom grado da própria vida cotidianamente para construir utopias coletivas foram características constitutivas de uma ética militante intolerável outrora para o capitalismo, como também é no presente para um neoliberalismo que investe com inusitada violência sobre nossa América Latina.

Dilma é parte de uma geração de mulheres e varões jovens que, partindo de seu marxismo militante, seu cristianismo socialista ou seu peronismo de esquerda, souberam interpretar a urgência dos signos dos tempos e obrar em consequência.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, os caminhos para a Revolução podiam admitir diferentes estratégias, dependendo da ideologia que cada grupo sustentava, mas em nenhum momento, a Revolução convocava ao quietismo, à indiferença, ao individualismo ou ao silêncio cúmplice.

Nesse contexto de efervescência revolucionária, as jovens militantes pouco sabiam do feminismo. Com uma inocência incompreensível na atualidade, muitas delas, entre as quais também eu me encontro, pensávamos que o mundo era de iguais e que a política poderia por si só mudar a realidade.

O inimigo, aquele que implementava a Doutrina de Segurança Nacional, encarregou-se de colocar as coisas bem claras. Eles, entre outras coisas, colocaram ênfase especial em retornar as mulheres ao lugar que lhes correspondia na “ordem natural” da sociedade.

A ferocidade da tortura e as repetidas violações sobre o corpo das mulheres militantes ao modo de conjuro disciplinador, segundo emerge dos testemunhos das vítimas, era a moeda corrente dentro do centro de tortura tanto no Brasil quanto na Argentina.

Dilma, saindo do abismo do inferno, soube sobreviver à tortura levando até a atualidade sobre seu corpo as cicatrizes que os impiedosos algozes deixaram sobre ele, tal como o revelou com voz segura no seu discurso final no parlamento, em 29 de agosto de 2016.

Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados. Na época, eu

era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida. Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma. Mas não cedi. Resisti. Resisti ... Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça nos meus ombros, continuei lutando pela democracia... Disso tenho orgulho. Quem acredita, luta.

Agora bem, desde a Dilma militante de ontem à Dilma Presidente destituída de hoje, houve muitas mudanças tanto no pessoal quanto no político. Uma dimensão não pode estar desligada da outra, como enfatiza o feminismo radical.

As mulheres que, dentro da sociedade patriarcal, decidem ingressar na política e ocupar o espaço público destinado por séculos aos varões, sabem que desde meninas são destinadas a ocupar o menor espaço possível. Manter-se caladas e sem fazer ondas assegura ao menos um pouco de tranquilidade. Nas palavras de Carol Hanisch, só quem tem transitado nestes caminhos de impotência, e eu agregaria de domesticação, sabe bem as armadilhas diárias que têm que ser atravessadas.

Dora Barrancos, socióloga e feminista argentina, fala de uma “hipertrofia da vulnerabilidade” quando a mulher é pública. “Os flancos e condicionantes aumentam: tratam-nas como desequilibradas, hipersensíveis, incapacitadas para o poder”. O certo é que tanto Dilma no Brasil quanto Cristina na Argentina sofreram esses embates, violências reais de gênero que a direita não tem nenhum pudor de repetir a fim de um empreendimento, para mim sumamente difícil: tratar de debilitar a essas verdadeiras lideranças.

Por outra parte, as conquistas obtidas nos últimos anos no Brasil, sobre tudo aquelas que alcançam os setores mais vulneráveis, têm sido fragilizadas ou já destruídas pelo atual governo de Michel Temer. A eleição de seu gabinete denota sua forte inclinação não somente patriarcal, senão misógina. As mulheres, os negros, os indígenas e os camponeses não existem ou são convertidos no “outro” perigoso, que mais tarde ou mais cedo se terá que destruir à força de empobrecimento e, lamentavelmente, anunciada repressão.

Os “golpes brandos” que percorrem América Latina, como também têm sido definidos pelo presidente do Equador Rafael Correa, possuem, no meu entender, vestígios muito fortes de uma Doutrina de Segurança Nacional *aggiornada*. Com novas e restauradas estratégias, entre as quais se privilegiam os meios de comunicação,

tanto na Argentina quanto no Brasil, em um prazo muito curto, retrocedeu-se em direitos que levaram décadas para se conquistar.

Não tenho cifradas minhas esperanças nas saídas “democráticas”, sim as tenho na transmissão das experiências de libertação de geração em geração.

As consequências para as mulheres fortes em séculos de patriarcado nunca foram leves. O feminismo como postura ética-política tem estado marcando sem trégua desde seus inícios. Por isso, continuo sustentando que *“são as velhas e as novas rebeldias”* as que sustentam definitivamente nossas práticas.

As mudanças, estou convencida, têm que vir de nos mulheres, não porque sejamos melhores, senão porque somos as oprimidas históricas. E a história tem demonstrado, ferventemente, que são @s oprimid@s @s únic@s que têm a possibilidade de reivindicar-se a si mesm@s.

Marcela Bosch

Argentina, feminista, militante de direitos humanos, protestante. Doutora em Teologia Sistemática. Especializada em ética feminista. Docente e educadora popular, diretora da ONG CERP (Centro de Escuta e Resiliência Popular), trabalhando pelos direitos das mulheres, meninas e meninos, jovens de setores vulneráveis na Província de Buenos Aires, Argentina.

DILMA ROUSSEFF: SORORIDADE, RESPONSABILIDADE E RESISTÊNCIA!

Nos conhecemos na prisão Tiradentes, em São Paulo. Militante determinada, resistente, companheira, respeitando nossas diferenças-experiência de ação armada X ação de massa (lutas populares). De formação brilhante, estudiosa sempre.

No início de nossos contatos, havia duas grandes celas, uma conhecida como Cela de Ação – das militantes da luta armada – e outra, de Apoio, onde estavam simpatizantes da luta, companheiras de militantes da ação armada, além de militantes de outras organizações. Numa terceira cela, menor, estava Terezinha Zerbini, que, ao sair da prisão, batalhou incansavelmente com outras mulheres pela Anistia política no Brasil.

Uma luta com greve de fome das prisioneiras da “Torre”, como era chamada a prisão feminina na Tiradentes, teve como conquista a abertura de outras celas, na parte inferior, antes destinada a presas “comuns”. Foi então possível uma redistribuição das prisioneiras das antigas celas – de Ação e de Apoio – além da chegada de outras companheiras.

Nessa luta interna, éramos unidas, apesar de nossas diferenças. Tínhamos um inimigo comum: a repressão.

Um *Coletivo* formado com participação de Dilma e outras militantes teve grande responsabilidade na reorganização daquelas celas e na dedicação ao estudo, com companheiras que vinham de uma rica experiência de vida, mas sem acesso à formação, ao conhecimento de sua situação como mulher, da realidade crua e a razão das lutas e das diferenças de posições.

Depois da prisão, Dilma seguiu o caminho da política partidária. Sua responsabilidade em diversos cargos no sul do país e nacionalmente era reconhecida. Competente, séria, chegou à Presidência da República como primeira mulher a ocupar esse cargo. Ela ousou desafiar o grande capital financeiro com a continuidade do projeto de desenvolvimento nacional com inclusão.

A vontade soberana de mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras conduziram-na à Presidência da República, para um segundo mandato. *Vitória?* Pouco tempo triunfal, passando em revista as tropas! Inimaginável! Logo vieram as contestações, acusações, linchamento moral pela grande imprensa e as ameaças de todo tipo.

Dilma vem de uma geração que dedicou o melhor de nossas vidas para ver o país democrático, desenvolvido, soberano e socialmente justo.

A Presidenta militante mostrou responsabilidade e compromisso, rebateu acusações, resistiu ao “sangramento” anunciado e efetivado pelos que queriam o poder desrespeitando a decisão do povo demonstrada nas urnas. Ela enfrentou com coragem a dor e a injustiça, intensificando a luta pela democracia, pela soberania do país e pelos direitos sociais. Mas a elite e seus seguidores, com a colaboração expressiva da grande mídia, agiu e age sempre afirmando que “Política não tem lugar para mulher”.

Nada provado contra ela. Foram as mulheres que reagiram com maior firmeza e persistência, mostraram sororidade desde os primeiros momentos até sua deposição final, vítima do golpe político, parlamentar e jurídico instalado em nosso país.

A juventude, as mulheres, a negritude, a cultura, ameaçadas e desrespeitadas, perdiam seu espaço reconhecido pelo governo Dilma.

Seguimos na luta e esperamos que os movimentos sociais, os mais diversos segmentos populares, assim como fizeram no momento de garantir sua última eleição, continuem mostrando sua presença ativa, ressaltando direitos conquistados e a disposição para defendê-los, garantindo que nenhum deles seja perdido.

Nós conhecemos de perto a ditadura militar, tivemos nossa liberdade cassada, retiraram nossos direitos, nos torturaram, mas aprendemos a conviver com as diferenças e a respeitá-las. Estaremos juntas também agora, enfrentando um momento de agenda regressiva contra os direitos sociais, a soberania do país e a vida democrática. Juntas para não permitir que haja desrespeito à diversidade de nosso povo por razões étnico-raciais, sexo, religião. Juntas nesta batalha de justiça e dignidade, contra a fome e a miséria.

O tempo não se apressa nem se atrasa. O tempo segue seu curso e chegará certo na hora dos ajustes. O povo reconhecerá Dilma, sua sororidade, responsabilidade, resistência. Mulheres com toda sua diversidade, na mesma luta por um Brasil soberano, democrático, respeitando os direitos conquistados pelo nosso povo com tanta garra!

Eliana Bellini Rolemberg

Socióloga, pela PUC-SP. Durante a ditadura militar, anos 70/71, foi presa política e posteriormente exilada na França até 1979, onde trabalhou junto à Divisão da Juventude, da UNESCO e coordenou o Setor de Migrantes e Refugiados do Serviço Civil Internacional-SCI. De volta ao Brasil, trabalhou na CPT (Comissão Pastoral da Terra) Bahia e Sergipe – 1979/1983. Integrou, desde 1983, a equipe de assessoria da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), até o ano de 2013. De 2000 a 2013, foi Diretora Executiva dessa organização. Membro do Conselho Fiscal do CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas – Regional Brasil). Membro do Comitê Facilitador da Plataforma das OSC por um novo Marco Regulatório. Desde o final de 2011 integrou, em representação do CLAI, o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto 7.568, de 16.09.2011, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Representa a CESE e o CLAI no Coletivo Inter-religioso para o MROSC. Representa a CESE no Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSC. Em dezembro de 2015 compôs o Grupo de Trabalho entre governo e organizações da sociedade civil do estado da Bahia para construção da minuta de decreto de regulamentação da Lei 13.019/2014. Membro da Coordenação Colegiada da Plataforma MROSC BA. Suplente do CONFOCO (Conselho de Fomento e Colaboração), segmento Defesa de Direitos. Compõe a diretoria do ELO (Ligação e Assessoria) e o representa na ABONG como direção estadual. Compõe a diretoria do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), gestão 2017-2019.

QUEM É ESSA MULHER?...

(*Angélica. Milinho e Chico Buarque*)

Dilma Rousseff é especial, mas não é única. Dilma Rousseff é muito mais que a ex-presidenta da República, é muito mais que a militante que combateu a ditadura civil-militar e por isso foi cruelmente perseguida. Dilma é a mãe da Paula, é a avó de Gabriel e Guilherme e é a filha de Dona Dilma Jane da Silva e do Sr. Pedro Rousseff, mas não só. Dilma é cada uma das mulheres brasileiras que lutam todos os dias contra o ódio, o preconceito de raça, de gênero, de classe.

E aquela que “tem a estranha mania de ter fé na vida”

(*Maria, Maria. Milton Nascimento*)

Dilma Vana combateu a ditadura militar e esteve presa por duas vezes, aproximadamente três anos, onde foi barbaramente torturada e chegou a ser socorrida no Hospital do Exército. Ao final de sua prisão, Dilma das Minas Gerais mudou-se para o Rio Grande do Sul. Lá cursou Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez seu Mestrado e cursou o Doutorado, na UNICAMP, sem ter, no entanto, defendido Tese.

Da atividade política estudantil à atividade política partidária, inicialmente no PDT e depois no PT, Dilma prestou serviços como Secretária de Estado no Rio Grande de Sul, participou da equipe de governo do presidente Lula, e depois respondeu pelo Ministério Minas e Energia e Ministério da Casa Civil.

Assim é a intensa atividade do movimento feminista que diuturnamente luta por uma sociedade justa e solidária. Não obstante a realidade revela que todo o compromisso e competência com que as mulheres se engajam no exercício e fazer o bem para todos não é salvo conduto para o reconhecimento de sua condição política de representação democrática. Tem sido necessário lutas por quotas para aproximar a paridade entre homens e mulheres na política. A investitura da primeira mulher ao cargo de chefe do Executivo somente 132 anos depois da promulgação da República ou 83 anos após a

eleição da primeira mulher à prefeitura de Lajes, município do Rio Grande do Norte, Luíza Alzira Soriano Teixeira, reflete a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres na pauta política. Dilma foi eleita Presidenta da República avalizada por toda a sua trajetória de vida a favor da democracia, da liberdade e da justiça. Seu governo pautou políticas sociais como geração de renda e apontou para um país de relações solidárias com os demais países, especialmente os países vizinhos e os de África.

Em 2002, com fundamento na Lei 10559 de 2002, Dilma Rousseff requereu a declaração de anistiada política perante à Comissão de Anistia, direito exclusivo dos que lutaram contra a ditadura e foram vítimas de perseguição do Estado. É sabido que as mulheres sofreram graves violações físicas e morais. Com Dilma, não foi diferente e, por mais de uma vez, acabou sendo levada para o Hospital do Exército com graves ferimentos e hemorragia. Não obstante, quando foi nomeada Ministra de Estado de Energia pelo governo do presidente Lula, no ano de 2003, Dilma solicitou a suspensão do andamento de seu requerimento. A coerência de Dilma é uma marca de mulheres conscientes e comprometidas com a justiça social. O país deve à Dilma, aos homens e às mulheres que, como ela, engajaram suas próprias vidas, o pedido de desculpas e as devidas reparações econômicas.

Imemorável a recordação da audiência realizada no Senado Federal quando um senador da República acusou Dilma, então Ministra de Estado das Minas e Energia, de ter mentido durante audiência na Justiça Militar. Com firmeza, Dilma confirmou que mentiu para salvar a vida de companheiros ameaçados de sofrerem o que ela mesma sofreu. E prosseguiu: “na ditadura o dever é de preservar a vida dos companheiros e não há compromisso de falar a verdade para o regime”.

“... Cheia de Graça ...”

(*Garota de Ipanema*. Vinicius de Moraes e Tom Jobim)

Quem acusa Dilma de emburrada só ouviu um lado da história e nunca ouviu falar da Dilma que até nos momentos mais duros, como quando esteve presa, ajudava elevar o moral das suas companheiras com piadinhas, rotulando-as por apelidos e, sobretudo, sendo solidária às demais “damas da torre”.

“Sonhar mais um sonho impossível ...”

(*Sonhar, mais um sonho impossível.* Chico Buarque)

A eleição da primeira mulher ao cargo mais alto da República foi marcada por simbolismos como nunca acontecera na história do Brasil. Afinal em 132 anos foi a primeira vez que se elegeu no Brasil uma mulher para o cargo de Presidente da República. A eleição de Dilma guarda uma certa semelhança à eleição de Lula. Semelhante, porém, não igual. Lula, um torneiro mecânico disse no dia de sua diplomação no Tribunal Superior Eleitoral “que tantas vezes foi criticado por não ter um diploma”, naquele ato recebeu o diploma de Presidente da República de seu país. Dilma, por sua vez, a primeira mulher eleita, sofreu durante o período da campanha eleitoral muitas discriminações pelo fato de ser mulher, por ter participado das lutas contra a ditadura civil-militar e ter sido vítima de duas prisões. Eleita, Dilma sabia que mais que ninguém, não podia errar. Seus desafios, no entanto, eram especialmente os das pautas reivindicadas pela maioria das mulheres num país de enormes desigualdades e preconceitos: o direito de serem respeitadas como iguais, nem superiores e nem inferiores, o reconhecimento de suas competências e a efetiva observância dos direitos e dos deveres constitucionais. Anunciada a vitória, Dilma fez em Brasília seu primeiro discurso. Penso que naquele dia 31 de outubro de 2010 ela ainda não alcançasse como seria penoso cumprir a promessa de defender a democracia e exercer com honradez a mais importante missão de sua vida, como ela mesmo classificou:

Honrar as mulheres brasileiras para que esse fato até hoje inédito se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis e nas entidades representativas de toda a nossa sociedade. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia.

Empossada Presidenta da República e Chefe de Estado, Dilma e sua equipe de governo deram seguimento à política de inclusão e emancipação das camadas mais desfavorecidas, à proteção das estatais e a uma estreita relação com os países em desenvolvimento da América Latina, com a China, a Rússia e a África do Sul. Ao cabo de quatro anos do primeiro mandato e quase dois do segundo mandato, mesmo não tendo feito tudo o que desejaram fazer, Dilma e Lula fizeram muito mais que os governos anteriores e o fizeram apaixonadamente.

Concluindo o primeiro mandato, Dilma concorreu a uma acirrada disputa para um segundo mandato e foi vitoriosa. Não obstante quando se espera do vencido respeito para com a vencedora, o que se testemunhou, menos de um ano da posse da presidenta Dilma, foi o discurso do candidato derrotado, eleito presidente do PSDB, de que “Dilma não concluirá o mandato”. O ditado popular diz que “vingança é prato que se come frio”. Assim se deu. O representante da elite financeira, industrial, do agronegócio, da mídia mostrou quanto desprezível pode ser o apreço pela democracia, pela paz e pela estabilidade da economia.

Enfrentando um verdadeiro calvário, Dilma seguiu até o fim em disposição de reconciliação e diálogo com os movimentos sociais. Semblante quase sempre sereno, Dilma não é a que se pode identificar como mulher das lágrimas ou das escancaradas gargalhadas. Mas sua fisionomia firme transparece emoção quando abraça um jovem estudante, uma lutadora por terra ou moradia, um camponês que luta por reforma agrária.

Conhece melhor Dilma quem sabe identificar no rosto de uma mulher combatente a esperança de ter moradia, vida digna para sua família, trabalho e respeito, experiências acadêmicas internacionais para os seus filhos, como os participantes do Ciência sem Fronteira etc. No coração valente de Dilma, está a emoção de saber interpretar e acolher os sonhos da classe trabalhadora e por eles “quase morrer”.

Por duas ocasiões, estive no Palácio do Planalto para participar de audiências de apoio à presidenta Dilma. Uma vez com o grupo de juristas e outra com os representantes dos movimentos sociais. Também compareci ao Palácio da Alvorada, a convite da presidenta, com um grupo de 30 mulheres representantes de vários movimentos de trabalhadoras urbanas e rurais. Em meio a adiantado processo legislativo pelo seu Impedimento, surpreendemo-nos nesta ocasião por encontrar uma mulher serena, terna, capaz de, naquelas alturas, ainda brincar com sua amiga a então Ministra Eleonora Menicucci, e abraçar e se deixar ser abraçada como quem no silêncio grita: Este golpe não é contra a presidenta, mas é contra nós mulheres, contra nossas famílias, contra a classe trabalhadora, contra a democracia.

Lá estavam as mulheres da classe trabalhadora identificadas com a presidenta Dilma que, no dia a dia, assumem a luta e defesa de políticas públicas, como construção de escolas, creches, postos de saúde, hospitais, salários justos e condições digna de trabalho e que

também sofrem toda forma de discriminação. Dilma, pela primeira vez na história brasileira, assumiu o compromisso de políticas de inclusão como a implementação de programas sociais como o Programa de Moradia, que foi fundamental reivindicação das famílias, e especialmente das mães de família.

Consciente dos motivos reais que tanto incomodo causou à burguesia, Dilma sempre soube que o repúdio à sua pessoa e a seu governo era causado muito mais pelos acertos e por estar do lado certo da História do que por seus involuntários erros. Nessa ocasião, Dilma animou as mulheres a seguirem lutando por conquistas dos assentos na política representativa de todos os níveis cuja ocupação não representa a proporcionalidade das mulheres na sociedade. Dilma também, nessa ocasião, disse ter muito orgulho de ter sido a primeira mulher eleita Presidenta da República, mas muito mais orgulho tem de pensar que foi a primeira de muitas outras que não de ser eleitas.

Na sociedade marcadamente desigual, os embates não se restringem aos econômicos, mas tem um forte viés político e moral. As agressões verbais destinadas à então presidenta Dilma, em pleno exercício da chefia da Nação, foram compreendidas pelas mulheres como agressões próprias. Os insultos chulos não foram recebidos especialmente pelas mulheres como algo novo, mas uma prática contumaz em ambientes públicos, como no trânsito e local de trabalho, e também no espaço privado, causa de graves violações de direitos humanos, muitas vezes com resultado de óbito.

Minha segunda ida ao Palácio da Alvorada foi no dia 31 de agosto de 2016 para lá assistir a decisão do Senado sobre o afastamento definitivo da presidenta. Os convidados e convidadas, representantes dos movimentos sociais, assistiram pela TV, ao lado dos deputados da base do governo, o veredito dos senadores contra a democracia. Ao final da Sessão, Dilma que acompanhou a Sessão do Senado ao lado do ex-presidente Lula, saiu com a mesma fisionomia serena, ao encontro da troca de abraços com os convidados que se encontravam na sala ao lado.

Se a população brasileira comprometida com os ideais de justiça, liberdade, exerceu o direito conquistado e afirmado na Constituição Cidadã e elegeu presidenta a Dilma em 2010 e 2014, o Impedimento perpetrado por um golpe da elite econômica e midiática do país derubou do poder não somente a presidenta legitimamente eleita mas,

também, feriu gravemente a democracia, subtraiu o voto legítimo de 54,5 milhões de eleitores e ameaçou os sonhos e ideais de milhares de mulheres que, a exemplo de Dilma, lutam por um país que erradique a desigualdade, as injustiças e oriente todas suas ações para o aperfeiçoamento da democracia e o estabelecimento da paz e justiça.

**“Volta Dilma! Se restabeleça a Democracia!
Nenhum direito a menos!”**

A resistência é a ferramenta dos que não desistem de seus sonhos. O exemplo de coragem de Dilma durante o período de combate ao regime autoritário, as práticas de tortura, os assassinatos e os desaparecimentos forçados praticados na ditadura e toda humilhação, violência homofóbica e destituição do exercício de presidenta, sem que tivesse praticado qualquer crime, nos fará ressurgir em cada canteiro, em cada jardim que protegermos as flores e evitarmos o uso dos canhões. Seremos sempre mais Dilma Rousseff.

Encerro este artigo com algumas palavras da presidenta Dilma no seu pronunciamento, após a infortunada decisão do Senado, de 31 de agosto de 2016, que a condenou ao Impedimento sem a existência de crime de responsabilidade:

... Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”.

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakóvski: “Não estamos alegres, é certo, Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las, Rompê-las ao meio, Cortando-as como uma quilha corta as ondas”.

Um carinhoso abraço a todo o povo brasileiro, que compartilha comigo a crença na democracia e o sonho da justiça.

Sueli Aparecida Bellato

Religiosa da Congregação de Nossa Senhora – CSA, Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz. Advogada e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UNB.

CRÔNICA DE UM DIA PARA NÃO ESQUECER

O fascismo e o ser humano não têm como coexistir. Quando o fascismo triunfa, o ser humano para de existir, restando apenas como criaturas de aspecto humano que sofreram modificações internas. Mas quando triunfa o ser humano, dotado de liberdade, discernimento e bondade, o fascismo perece, e os que haviam sido subjulgados voltam a ser gente.¹

Domingo, 17 de abril de 2016. O Brasil em frente à televisão, dessa vez não para assistir uma partida de futebol, mas para acompanhar uma sessão do Congresso, com a presença de quase todos os e as parlamentares.

Lembro que a única vez em que vi o país em frente à televisão para acompanhar uma sessão no Congresso Nacional foi a votação da Emenda Dante de Oliveira pelas eleições Diretas Já, no dia 25 de abril de 1984. Eu tinha 14 anos na época. Lembro muito bem que meu pai instalou uma televisão na fábrica de móveis da família. No momento da votação, ele pediu para que todos parassem o trabalho para acompanhar a votação, que, infelizmente, frustrou as expectativas da maioria da população. A maioria dos parlamentares votaram contra a emenda, mas a votação necessária para a aprovação não foi alcançada porque 113 parlamentares faltaram à votação. Com isso, a eleição ocorreu via Colégio Eleitoral.

Esse dia me marcou muito. Eu não tinha consciência da importância da política para as nossas vidas. À noite, em casa, meu pai e minha mãe explicaram para mim e meu irmão porque era tão importante que brasileiros e brasileiras tivessem a oportunidade de votar em quem os representaria. Falaram também que acompanhar a vida política do país era muito importante. Participar da política tinha a ver com demonstrar amor e interesse pelo país. Desde aí, por alguma razão, associei política com liberdade e também com justiça. Sempre tive verdadeira fascinação por mobilizações políticas, onde as pessoas falavam de projetos para o país. Diferente de

1) GROSSMAN, Vassili. *Vida e Destino*. Livro eletrônico. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Objeto, 2014. Posição da citação 1922 de 18369.

meu pai e minha mãe, nunca fui impedida de votar. Desde os meus 18 anos tenho esse direito garantido. E entendi que este direito me foi possibilitado porque outras pessoas de gerações diferentes da minha assumiram a política como uma das dimensões de suas vidas e lutaram por liberdade e justiça.

Mas, no dia 17 de abril de 2016, as motivações para acompanhar uma sessão do Congresso Federal eram um tanto quanto diferentes das motivações de abril de 1984. Há 32 anos a expectativa era que o resultado final fosse que as pessoas tivessem a possibilidade de votar em seus dirigentes. Garantir as “Diretas Já” era um passo importante para a abertura democrática. Estávamos saindo de uma ditadura. O desejo de uma participação popular na política era reprimido pelo medo.

O 17 de abril de 2016 não trazia o sabor da liberdade que estava presente em abril de 1984. Não havia sentimento de alegria no abril de 2016. Havia ansiedade, um medo não explicado do que poderia acontecer.

O que levou as pessoas a sair nas ruas e acompanhar em telões a votação do Congresso a favor ou contra a abertura do processo de impedimento da primeira mulher eleita presidenta da República?

Essa é uma pergunta que me acompanha desde então. Montou-se um espetáculo, narrado por aquele canal de televisão que mobiliza o olhar dos brasileiros e das brasileiras sempre que algo importante está para acontecer. Se, na grande maioria das vezes, este canal mobiliza emocionalmente o país com um pseudodiscurso de união, dessa vez, a mobilização dos olhares não foi pela unidade do país, mas pela polarização, pela divisão. Tentou-se, a todo o custo, fazer com que se acreditasse que o país estava dividido. A materialização concreta disso foi o muro construído em Brasília no dia da votação. De um lado, estariam as pessoas contrárias à abertura do impeachment e, do outro lado, as pessoas favoráveis.

Quando a política é transformada em um grande espetáculo, perde-se completamente o sentido de seu papel. Hoje compreendo o golpe à nossa democracia, ocorrido com o impedimento da presidenta, como uma estratégia das velhas oligarquias e de um sistema financeiro cada vez mais ramificado e inimigo das democracias. O espetáculo do linchamento público de uma mulher, cuja imagem carrega consigo uma história não resolvida entre nós – a história re-

cente e presente das torturas – foi um teatro de banalidades. Esse teatro foi orquestrado pelas oligarquias que historicamente se movem toda vez que alguma possibilidade de tímida mudança se torna real.

As oligarquias brasileiras sempre souberam interromper projetos de transformações nacionais. Dessa vez, lançaram mão da misoginia, nunca resolvida entre nós; somos um dos países mais perigosos do mundo para mulheres viverem. Com isso, foi fácil manipular mentes e corações contra a presidenta. Ridicularizá-la, reclamar contra seu autoritarismo ou pouca abertura de diálogo, como se a responsável pelo golpe fosse ela própria. Essa é a velha estratégia patriarcal-oligárquica. A pessoa punida é a responsável por sofrer a punição. Sempre causou incômodo e desconforto que uma mulher que fora torturada ocupasse a presidência. Sua presença, talvez, contribuisse para que boa parte da elite política, militar e econômica do país olhasse obrigatoriamente para um ponto de nossa história que não queriam que fosse descortinado. Sempre quiseram jogar uma pedra muito pesada nas histórias parcialmente contadas das torturas. Talvez a imagem dessa presidenta colocasse o Brasil frente-a-frente com a hipocrisia dessas elites e isso, de fato, é algo desconfortável. Como é que o empresário que havia ajudado a financiar a tortura poderia olhar para a sua própria vítima? Como é que o militar que havia torturado conseguiria olhar para uma das sobreviventes?

Nem todas as pessoas assistiram ao espetáculo do dia 17 de abril com o interesse de acompanhar um debate sobre o Brasil e suas contradições. Boa parte da população assistiu a esse espetáculo para ver e se congratular com o apedrejamento de uma mulher.

E os parlamentares homens, brancos, fazendeiros, heterossexuais, cristãos, defensores da família, além de algumas mulheres cúmplices do patriarcado, garantiram o show. As argumentações e as justificativas para a abertura do impeachment talvez sejam únicas na história dos países. Os votos por Deus, pela família, pelos torturadores deixaram não só parte dos brasileiros e brasileiras estupefatos, mas também cidadãos e cidadãs de muitos países.

O dia 17 de abril foi o dia em que a máscara do país caiu. Finalmente fomos colocados cara-a-cara com o que de fato pensam os grupos sociais que sempre estiveram definindo os rumos do país. Um grupo vulgar, orientado por seus próprios interesses e cínico,

muito cínico. Um grupo que degrada a palavra e o espírito público tão fundamentais para a política.

Uma das frases que muito marcou foi a do deputado Major Olímpio do Partido Solidariedade, que, cercado por homens que não escondiam sua excitação de linchadores, bradou: “Dilma, você é uma vergonha, vergonha, vergonha!”.

Vergonha maior, talvez sejamos nós cidadãos e cidadãs que não nos envolvemos e nem nos comprometemos com a política e a vida do país como deveríamos. Vergonha, talvez, deveríamos ter por boa parte da história do país, marcada pela escravidão, pelo extermínio de negros, negras, indígenas. Vergonha precisamos ter da desigualdade histórica que nos caracteriza como nação. Vergonha deveríamos ter do discurso moralista contra a corrupção feito por pessoas que enriqueceram com a corrupção. Vergonhosas são as nossas contradições e a nossa violência eterna. Mas, não, para aqueles homens, a vergonha do país era aquela mulher e, provavelmente, as mulheres que lutam por democracia e direitos.

No dia seguinte à votação, boa parte do país foi tomado por uma sensação de ressaca e também de tristeza e incompreensão. O que mesmo tinha acontecido no dia anterior? A presidenta poderia ser afastada. Por quê? Ninguém soube explicar. Para uns, houve um golpe, para outros, que tentavam fazer um discurso moderado, não houve golpe, porque todo o rito do processo estava coerente com o que estabelecia a Lei. Só que desde os tempos bíblicos se sabe que uma lei, quando seguida burocraticamente pode cometer injustiças. O legalismo nunca produziu processos coerentes. Os dogmas, de todos os tipos, sempre quando absolutizados, produzem violência.

Um ano nos separa daquele dia que não deve ser esquecido. Falaram que o impeachment garantiria que o país finalmente faria as pazes com um futuro de felicidade e progresso. A presidenta era o entrave para a concretização dos anseios mais profundos que se tinha para o país. Derrubá-la era eliminar um obstáculo.

Mas o encontro que tivemos foi, na verdade, um reencontro com um projeto que não valoriza a vida de trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas, jovens, mulheres, crianças. O dia 17 de abril de 2016 abriu as portas para tempos pouco humanos. Ele desvelou o que há de mais sórdido em nossa cultura: o racismo,

a misoginia, a LGBTfobia, a velha máxima do ódio de classe de que pobre que não produz riquezas deve ser eliminado.

Fomos conduzidos de forma abrupta para o reencontro do que sempre fomos: um país que não consegue superar o quadro da desigualdade social e que também não consegue aprofundar os fundamentos de sua democracia política.

Muitos dos preconceitos e dos ódios foram legitimados com o impeachment. Este não foi um impeachment qualquer. Ele foi um sonoro grito das oligarquias do país a favor dos interesses de latifundiários, da especulação financeira, do patriarcado. O impeachment também foi um sonoro grito das oligarquias contra a demarcação de terras indígenas, a inclusão social, a reforma agrária, a ampliação dos direitos das mulheres, a igualdade de gênero, a distribuição de riquezas. Apesar de todas as conciliações que tinham sido realizadas nos últimos doze anos, a elite oligárquica do país não se conteve e, como ave de rapina, ficou esperando o momento certo para o golpe que a recolocaria soberana no poder.

Desde então, mês a mês, semana a semana, dia a dia acompanhamos um governo que decide de maneira sórdida contra os interesses da maioria da população brasileira. Muda-se a Constituição Federal para retirar direitos de trabalhadores e trabalhadoras. É assim com a reforma trabalhista, com a reforma da previdência, com a lei da terceirização, com a reforma do Ensino Médio.

Alguns burocratas, jovens, funcionários públicos, com altíssimos salários e com pouco conhecimento de história, de filosofia e de política assumiram a função de justiceiros da pátria. Eles acreditam piamente que sua missão é limpar o país de todo e qualquer pensamento crítico. O ódio aos comunistas, à esquerda, às feministas, aos indígenas, aos negros, a gays, travestis, lésbicas, transexuais perde seu anacronismo e se atualiza nas entranhas de um projeto econômico que elimina as pessoas não fadadas para o sucesso.

E, nas relações do cotidiano, é interessante perceber como alguns que não acreditaram que no Brasil passamos por um golpe, tornaram o nome da presidenta Dilma um nome quase proibido. A solidariedade com uma mulher que foi humilhada tornou-se pecado. As cumplicidades patriarcais estendem as suas teias para onde se imagina que deveria haver mais compaixão.

Para as eleições de 2018, caso ocorram, há um conjunto de homens que se apresentam como possíveis salvadores da pátria. Fala-se da ilegitimidade do atual governo, mas não se fala e nem se organiza um processo popular de desobediência civil que diz claramente que não reconhece a legitimidade do atual governo. Tudo é naturalizado. Parecemos marionetes.

Sabemos que nosso futuro não é de muita esperança. Há um temor grande pelo que virá. É necessário que busquemos novas utopias, dessa vez, talvez, utopias de menos crescimento econômico, mas de fortalecimento das lutas emancipatórias, da igualdade na diversidade e da velha utopia da igualdade entre as classes. Para isso, é necessário que não tenhamos medo de ir a fundo nas raízes históricas de nosso país. Mais do que nunca precisamos encarar nossa história de frente e compreender que vivemos, durante muito tempo, o mito de um país alegre, gentil, amoroso. Não ter medo e nem se negar a encarar o Brasil violento, desigual e racista é importante para amadurecermos como nação.

Não vou terminar o texto de forma otimista, porque não é assim que me sinto em relação ao país. Também porque penso que há uma inclinação forte ao otimismo alienante que nos impede de encarar a realidade como ela é. Precisamos agora do realismo consciente e crítico.

Um dos últimos votos a favor da abertura do impeachment foi que “Deus tivesse misericórdia desse país”. Um ano depois, eu diria, esqueçamos esse Deus pouco misericordioso dos que votaram a favor da ruptura democrática. Vamos nos unir como trabalhadores e trabalhadoras e lutar para termos direito ao futuro.

Romi Márcia Bencke

Mestra em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Teologia pelas Faculdades EST. Militante em favor da diversidade religiosa, ganhadora, em 2013, do Prêmio de Direitos Humanos pela Promoção e Respeito à Diversidade Religiosa, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Presidência da República.

TREZE : UM NUMERAL – MAS BEM MAIS QUE ISSO...

*Tudo
será difícil de dizer:
a palavra real
nunca é suave.
Tudo será duro:
luz impiedosa
excessiva vivência
consciência demais do ser.*

.....
*Toda palavra é crueldade
(Orides Fontela)¹*

Às dezessete horas daquele dia, no trabalho conjunto com minha mãe em um parto natural, cheguei a esse mundo para passar a ter uma certidão de nascimento de nacionalidade brasileira.

Reza a lenda familiar que, naquele entardecer de tremenda alegria ao casal jovem, chegado a pouco na cidade por conta da desterritorialização da origem rural, amparada nas mãos médicas, eu não chorei. E refiro a choro, aqui, a explosão queimante e oxigenatória

1) Orides Fontela nasceu em São João da Boa Vista (SP), em 24 de abril de 1940, e faleceu num sanatório de Campos do Jordão (SP), em 2 de novembro de 1998. Começa a escrever em 1946, após ser educada por sua mãe. Em 1955, cursa a Escola Normal de São João da Boa Vista. Seus primeiros versos são publicados em 1956 no jornal “O Município” daquela cidade. Em 1967, vai para São Paulo (SP), onde ingressa no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP, formando-se em 1972. Trabalha como professora primária e bibliotecária em várias escolas da rede de ensino São Paulo. Após ter sido despejada do apartamento onde vivia, passa a viver na Casa do Estudante, um velho prédio na Avenida São João daquela capital. De personalidade difícil, isolou-se dos amigos. Morreu na miséria e, se não fosse a atenção de um médico que a atendia no sanatório, teria sido enterrada como indigente. Há um longo depoimento de Orides Fontela sobre a sua formação e sua obra no livro “ARTES e ofício da poesia”, organizado por Augusto Massi, publicado em Porto Alegre pela editora Artes e Ofícios. Conforme Fabrício Carpinejar, “seus poemas são imbuídos de investigação, mas não recorrem à confissão ou a um tom de suspiro e enlevo. Íntimos, passando ao largo de intimistas. Duros, críveis, laboriosos, destinados à lâmina da pedra mais do que à maciez do musgo. Orides Fontela conceitua a poesia como uma gramática. Poucos adjetivos, uma conduta de observação pura e imanente, protegida da transcendência. Com um repertório coloquial, nunca perde a realza ou esbarra em facilidades expressivas. É comunicativa dentro de sua densidade, urde a complexidade das mais simples figuras”.

que invade pulmões recém-nascidos e faz quem nasce bradar; aquele choro estridente, da estreia doída, da notificação contundente da nova corporeidade viva... Aquele Sopros de *Ânima*. Faltante?

Os pulmões nunca respiraram e, ao nascer, ainda estão cheios de líquido amniótico que os protegeu durante 9 meses. As glândulas da adrenalina, situadas mesmo acima dos rins, enviam adrenalina para todo o corpo. A adrenalina envia um choque aos pulmões e os músculos cardíacos entram em espasmo e o bebê respira pela primeira vez. A partir deste momento, os pulmões estão prontos para bombear o ar de que necessita para viver. Chorar logo após o nascimento também é uma estratégia de sobrevivência básica de que a Natureza nos dotou para reduzir a possibilidade de passarmos despercebidos e sermos ignorados num momento de total fragilidade e insegurança. É por isso uma forma de garantirmos a nossa sobrevivência, enquanto espécie (...).²

No meu caso, portanto, foi necessária a estimulação mecânica. Agora, a mão médica a pesar no corpo pequenino da nascitura: meu corpo em forma de gente-bebê grita.

*Gerar é escura
lenta
forma in
forme
gerar é
força
silenciosa
firme
gerar é
trabalho
opaco:*

*só o nascimento grita.
(Orides Fontela)*

Ato contínuo, a ampliação do pranto na emoção incontida de meu pai e de minha mãe tendo ao colo – e sob irrevogável responsabilidade parental – a primogênita de suas três filhas mulheres, com as quais o Absoluto, o destino, o amor e a biologia lhes vieram brindar.

Digo, pois, que aquela estimulação primordial não foi em vão, destinada que fui a sentir – e sentir amplificadamente as emoções do viver. Desde a indignação até a euforia, desconfio ter tido “aciona-

2) Disponível em: <https://www.maemequer.pt>. Acesso em: 01.05.2017

do”, naquela tarde, por demais, algum mecanismo pessoal interno das emoções.

Destinada a prantos emocionados.

Destinada a fôlegos (in)contidos.

Destinada à contestação instantânea e ao grito.

Somada à lenda familiar – indicadora de minhas intensidades –, reza a história, testificada em cartório de registro civil, que nasci no dia 13 de dezembro de hum mil novecentos e sessenta e oito.

Então, em prantos emocionados na sensibilidade em favor da vida – onde quer que se ausentem os seus sinais, pranteio, por dentro ou para fora; em fôlegos (in)contidos para lutas miúdas e grandes contra injustiças; e na contestação instantânea a qualquer mínima situação de desmando ou desigualdade; prantos, fôlegos e contestação que se estendem pela minha existência –, compartilho que meu nascimento coincidiu com dia tenebroso na história do Brasil.

O estímulo médico, assim, interrompeu mais do que um quadro de aflição clínica desencadeada pela não operação adequada de meus pequeninos pulmões: nossa interação – entre o obstetra e eu – interrompeu o absurdo silêncio que imperativamente tomava conta daquele 13 de dezembro. Pelo menos nas dependências da maternidade do hospital da pequena cidade em que nasci, o silêncio imposto a todo o povo pelo ápice da ditadura militar no Brasil, na decretação do AI-5, foi quebrado.

Naquele treze de dezembro, naquele entardecer de inauguração de minha infância e, mais do que assombrosamente, de instauração desse ato institucional, erige-se também sinistro e temeroso período histórico para o povo brasileiro e para sua democracia.

O AI-5

O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

O ano de 1968, “o ano que não acabou”, ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrizou-se como protesto dos jovens contra a política tradicional, mas principalmente como demanda por novas liberdades. O radicalismo jovem pode ser bem expresso no lema “é proibido proibir”. Esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos mais radicais, especialmente o dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a “linha dura” providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição.

Também no decorrer de 1968, a Igreja começava a ter uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos, e lideranças políticas cassadas continuavam a se associar visando a um retorno à política nacional e ao combate à ditadura. A marginalização política que o golpe impusera a antigos rivais – Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart – tivera o efeito de associá-los, ainda em 1967, na Frente Ampla, cujas atividades foram suspensas pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, em abril de 1968. Pouco depois, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, reintroduziu o atestado de ideologia como requisito para a escolha dos dirigentes sindicais. Uma greve dos metalúrgicos em Osasco, em meados do ano, a primeira greve operária desde o início do regime militar, também sinalizava para a “linha dura” que medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas para controlar as manifestações de descontentamento de qualquer ordem. Nas palavras do ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares, o governo precisava ser mais enérgico no combate a “ideias subversivas”. O diagnóstico militar era o de que havia “um processo bem adiantado de guerra revolucionária” liderado pelos comunistas.

A gota d’água para a promulgação do AI-5 foi o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro, lançando um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares do 7 de Setembro e para que as moças, “ardentes de liberdade”, se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião outro deputado do MDB, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no Correio da Manhã considerados provocações. O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram “ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis”. O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político, entrecortados pela visita da rainha da Inglaterra ao Brasil, e no dia 12 de dezembro a

Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, “com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado – só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal. O AI-5 não só se impunha como um instrumento de intolerância em um momento de intensa polarização ideológica, como referendava uma concepção de modelo econômico em que o crescimento seria feito com “sangue, suor e lágrimas”.³

*Perdi o bonde (e a esperança),
porém garanto
que uma flor nasceu.
(Orides Fontela)*

E, então, quase às dezessete horas daquela outra tarde, de outro ano, num trabalho conjunto com pouco mais de uma dezena de mulheres, eu a conheci pessoalmente. A encontramos, a festejamos, a afagamos, a encorajamos, a celebramos.

Havíamos tramado esse encontro, numa daquelas tessituras de muitas mãos e mentes, numa *trama* de biografias, de experiências e de resistência diante do sistema misógino, perverso e institucionalmente ditatorial – GOLPISTA – que se instalava, outra vez, no país.

Quarenta e oito anos depois, era igualmente dezembro.

3) D'ARAÚJO, Maria Celina. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 01.05.2017.

Buscando oxigenar-nos mutuamente diante do impedimento do alentado sonho democrático; buscando oxigenar-nos diante da sequência de sustos, de tristeza profunda, de desapontamento agudo, de indignação com um Impedimento asfixiante, não somente a ela, mas a boa parcela da Nação, encontramos Dilma Rousseff.

Encontrei aquela que já bradava em dezembro de 1968. Encontrei aquela que exatamente na tarde de 13 de dezembro de 1968 vivia o terror da ditadura militar brasileira e ouvia, pelo rádio, de sua aterradora expansão no Ato Institucional Número 5.

Dilma Rousseff – também nascida em dezembro, aos quatorze dias – contou-me ela própria, na luz de um olhar dos mais brilhantes que já vi, na lucidez de sua mente acesa mais do que nunca e na ternura dos tantos aquecidos abraços recebidos, que naquela tarde do “ano que não terminou” estivera com amigos e amigas em um bar de estudantes na cidade do Rio de Janeiro. Espaço e tempo de resistências e de luta juvenil.

Na ocasião – contou-me Dilma, 48 anos depois –, tratou ela de se retirar do estabelecimento, assim como seus pares, pressentindo que estava, à flor da pele, o terror que se avizinhava. Já ouvia o silenciamento que se seguiria ao fechamento de rádios e equipamentos de comunicação no território nacional. Assistindo ao golpe fatal à democracia com o fechamento do Congresso Nacional, antevia a perseguição ainda mais acirrada a contestadoras e contestadores do regime militarista, perseguição esta que lhe seria atroz.

O que se seguiu, nos conta a história.

*Senhora
das feras
e esferas
Senhora
do sangue
e do abismo
Senhora
do grito
e da angústia
Senhora
noturna
e eterna
– escuta-nos!
(Orides Fontela)*

Chegado, pois, o dezembro de 2016, num enredo de coincidências, construo empatia e sororidade profunda com Dilma Rousseff, num encontro ecumênico e inter-religioso de mulheres, ocorrido em Porto Alegre.

Ela, eu, minha mãe e outras muitíssimas mulheres nos vemos vinculadas. E igualmente, vinculadas ao TREZE: dia de instalar grito e contestação, em dezembro de 1968, com meu nascimento, e numeral codificador da campanha de Dilma que lhe constituiu primeira presidenta do Brasil.

Procurei, nessa singela escritura – honrosa, sobremodo – reitar o abraço ao projeto de país eleito por milhões de brasileiros e brasileiras e protagonizado por esta mulher. Procurei entrelaçar datas, códigos e experiências de vida, pois sinto que uma das formas de resistência ao GOLPE parlamentar e jurídico que fez por destituir exatamente essa presidenta, esteja se dando na capacidade de simbolizar. No *simbólico*, temos alcançado congregação, reunir e fortalecer nossa indignação, nossos gritos, nossa resistência e nossa esperança. Assim foi no encontro do dezembro pós-Golpe.

O numeral TREZE tem suas ambiguidades simbólicas... (Qualquer sexta-feira que carregue junto ao calendário esse dia do mês comprova alguma suspeita por parte do senso comum...).

Por outro lado, honro e seguirei celebrando esse número. Em um certo dia 13, destinei ao mundo meu primeiro grito. Desse mesmo dia 13, Dilma guarda lembranças da sua experiência de luta e de resistência sendo concretamente construída. Em torno do 13 (número com estrela!), congregamos no projeto mais humanizado e atento aos dilemas sociais que nosso país já experimentou.

Gritei em 1968 contra o silenciamento imposto.

E grito hoje : Salve 13! Salve Dilma Rousseff, sempre presidenta do Brasil!

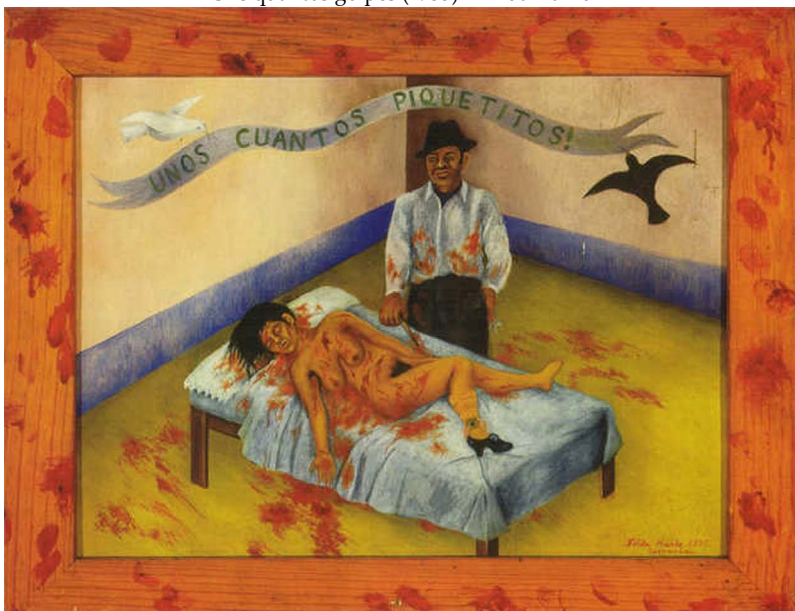
Mara Parlow

Professora e teóloga luterana, possui doutorado na área de Religião e Educação. Atua na IECLB, no estado do Paraná, como ministra ordenada.

UNS GOLPEZINHOS: APESAR DELES É PRECISO LUTAR SEM TEMER!

... Há dez mil modos de ocupar-se da vida e de pertencer a sua época... Repetindo, há dez mil modos de pertencer à vida e de lutar por ela. (Nise da Silveira)

Uns quantos golpes (1935) – Frida Kahlo



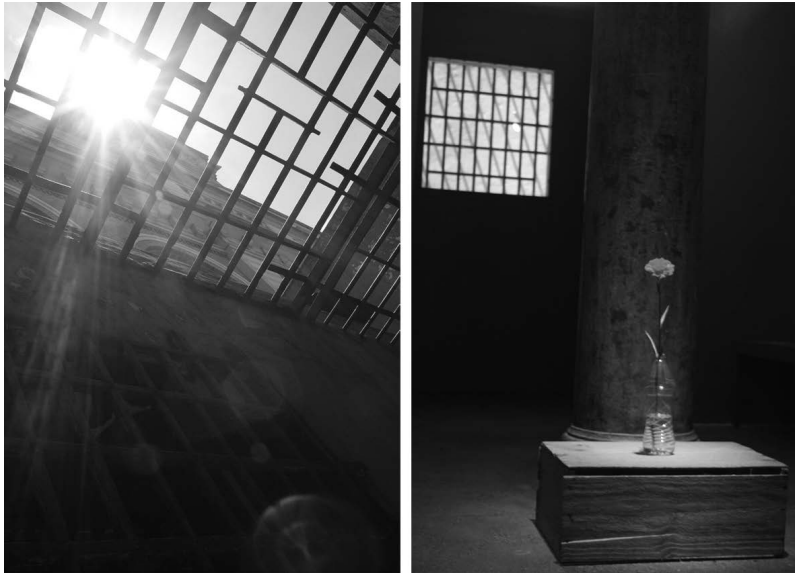
Fonte: <http://www.musarara.com.br/frida-kahlo-maravilhosa-e-visceral>

Esta pequena reflexão/desabafo começou a ser escrita na noite do dia 8 de março de 2017, ao som alto de Nina Simone. Por ser este um dia de luta e greve internacional de mulheres, entendi que ele era apropriado e inspirador para escrever as palavras que seguem.

Assim como Dilma Vana Rousseff, eu nasci em Belo Horizonte e residi em Porto Alegre. Dilma é forte, resistiu à ditadura militar (provavelmente a mais terrível das resistências) presa nos porões da ditadura por três longos anos em Juiz de Fora, São Paulo e no Rio de Janeiro. Ao visitar o memorial da resistência de São Paulo (anti-

go DEOPS-SP), é difícil não sair com lagrima nos olhos, de coração apertado. O memorial mantém viva a memória que a ditadura tenta apagar: os tempos de censura, perseguições, tortura, assassinatos, ocultação de cadáver entre outros.

Memorial da Resistência de São Paulo/SP



Fonte: Acervo de Eduardo Ângelo

Dilma foi a única mulher a ocupar o cargo da presidência do Brasil e também a única que foi presa e torturada pela ditadura (Fernando Henrique Cardoso foi exilado, Luiz Inácio Lula da Silva preso por 31 dias em 1980). Mas essa não seria sua única resistência, sobreviveu a um câncer e a um impeachment.

Ainda com forte emoção, lembro o dia da posse do seu primeiro mandato como presidenta do Brasil, em 1º de janeiro de 2011. Recordo de uma das jornalista que fazia a cobertura ter comentado que a presidenta fez a solicitação para que toda a guarda policial que acompanhasse seu carro fosse feita por mulheres. Ali, nós feministas já percebíamos o *tom* do governo de Dilma Rousseff. Além das policiais que seguiam o carro da presidenta, a qual estava com sua filha, outra questão muito me chamava atenção: a ausência de mulheres na política. Nesse ponto, também foi emocionante ver a quantidade significativa de mulheres que passaram a ocupar cargos

de ministras. Entretanto, mesmo assim, a maioria da política, que ali estava representada, era esmagadoramente composta por homens brancos e com poder econômico.

A autora Svetlana Aleksíevitch, na década de 1980, escreveu o dramático livro “A guerra não tem rosto de mulher”. A partir da reflexão feita por Aleksíevitch em relação à guerra, e a minha, em relação à política brasileira, ousou aqui escrever que a política não tem rosto de mulher. No planalto central, homens engravatados dão o tom da política brasileira. E a pergunta que muitas de nós fazíamos era: como ela iria manejar o machismo e a influente sociedade patriarcal?

Dilma terminou seu primeiro mandato e enfrentou uma segunda campanha política em 2014 pela reeleição, vencendo nas urnas com 51,64% dos votos válidos – o que corresponde a 54.501.118 votos –, o candidato tucano, também nascido em Minas Gerais, Aécio Neves. Ao ter conhecimento de sua derrota, o candidato derrotado se pronunciou avisando “*serei oposição ao governo sem dar trégua*”, e foi exatamente isso o que fez. Dilma tomou posse para seu segundo mandato como Presidenta da República em 1º de janeiro de 2015, com uma forte oposição. Meses após sua posse, Aécio Neves e José Serra, ambos do PSDB, afirmam com convicção: “*Dilma não termina seu mandato*”.

A partir dessa conjuntura, o que tivemos no Brasil foi a total confusão e manipulação dos fatos, principalmente pela grande mídia, partidos políticos e empresários. O país foi levado, assim, a assistir a um circo político que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Por 61 votos a favor e 20 contrários, a presidenta, democraticamente eleita, foi afastada e condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais”.

O que mais me impressionou foi, sem dúvida, a força que Dilma teve durante todo seu “julgamento” no Congresso Nacional respondendo às perguntas e acusações contra sua pessoa. Durante todo o processo de afastamento de Dilma e o período posterior, eu percebia como o fato de Dilma ser mulher fazia com que ela fosse “duplamente” atacada. Logo, seu *impeachment* foi um golpe para ela, para a democracia e para as mulheres. Em maio de 2016, a estudante Thais Viyuela escreve um forte artigo intitulado “A política não veste saia”. Ela está certa: se Dilma fosse homem ou se a política usasse saia, talvez a história tivesse sido bem diferente.

Em 1935, a artista mexicana Frida Kahlo pinta o quadro *Uns Quantos Golpes*. A artista conta que a obra foi feita a partir da notícia de um jornal de que um homem havia matado a esposa a facadas por causa de ciúme e, ao se defender no tribunal, diz ao juiz que foram apenas uns golpezinhos.

O quadro retrata um corpo, ferido, maltratado, imperfeito e mutilado, a imagem da mulher do quadro, que não serve para mais nada em âmbito social. Vivemos em uma sociedade patriarcal que insistentemente nos impõe um ideal de mulher, como Marcela Temer: “Bela, recatada e do lar”, que possui tatuagem com o nome do marido e que realiza um trabalho “social e voluntário”, explicando em entrevistas coletivas como ser uma “boa mãe” e nosso “valor” na vida dos filhos e filhas. Se fôssemos todas Marcelas, provavelmente não teríamos que temer os ataques deste governo, principalmente contra as políticas para as mulheres... Como não somos, os golpes têm sido duros, e é preciso compreender o quanto há de misoginia no processo político ocorrido (ainda em curso) no Brasil, o qual, sem dúvida, afeta profundamente as mulheres, sobretudo as latino-americanas.

No texto *Compreensão e política*, Hanna Arendt escreve que “o processo de compreensão também é com toda evidência e talvez em primeiro lugar, um processo de auto-compreensão. Pois, se apenas sabemos, mas ainda não compreendemos contra o quê estamos lutando, não sabemos nem compreendemos muito bem em favor do quê estamos lutando”.

Essa afirmação é, sem dúvida, muito atual para nós diante da dificuldade de compreendermos contra quê e em favor de quê estamos lutando.

Não há dúvidas que nós conquistamos muitas coisas, sim conquistamos, mas estamos sempre “ameaçadas”, como se estivéssemos em um lugar que não é nosso, mesmo que o tenhamos conquistado. Como afirmou Simone de Beauvoir, “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. E não é exatamente isso que o *impeachment* nos mostrou? Uma das primeiras ações do homem que subiu ao poder foi acabar com o ministério das mulheres e de outras “minorias” que são maiorias!

No dia 21 de setembro de 2011, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a discursar na abertura da Assembleia-Geral da ONU, no início de sua fala ela diz:

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral... É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher... Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

O discurso proferido em Nova York entra para história da ONU, e para mim foi singular ouvir o lugar político que Dilma se coloca como mulher.

A música *Não tenho não / Eu tenho vida*, escrita por Nina Simone, parece uma forte realidade para as mulheres. Nina canta que não tem nada, mas, logo em seguida, ela canta que tem vida! Presidenta Dilma, ao som de Nina Simone, no dia 8 de março e com imagens de Frida Kahlo, a comunidade feminista com sororidade te abraça! Nós temos vida e estamos lutando sem temer!!!! Luta também é uma palavra feminina! E Dilma lutou pelo direito das mulheres e isso não será esquecido por nós! Como a mulher que assina a epígrafe desse pequeno texto, Dilma lutou e sem dúvida marcou sua época e a história. Sigamos em luta!!!!

Amanda Motta Castro

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. Doutora em Educação pela UNISINOS com bolsa CAPES e período sanduíche realizado no departamento de Antropologia da UAM. Com o olhar na América Latina, tem-se ocupado em pesquisar os processos de produção do conhecimento de mulheres artesãs, buscando analisar a complexidade dessas aprendizagens articulando Educação Popular, Estudos Feministas, Formação e Trabalho.

O DIA D DILMA

Para que não se esqueça

O dia D é um termo militar que designa o dia de ataque, decisão, início ou ápice de um combate, o xeque-mate. O dia seis de junho de 1944 ficou conhecido como o Dia D com a invasão da Normandia pelos aliados, em operações militares que determinaram o princípio do fim da Segunda Guerra Mundial. Muitas vezes referimos o Dia D como um momento determinante, crucial, fatal em nossas vidas.

Eu ainda não era nascida quando transcorreu o Dia D da 2ª Guerra. Eu era criança quando o Dia D da Ditadura Militar instaurou-se no Brasil, uma longa noite que começou com a derrubada de um governo democrático e legitimamente eleito. E já no alto dos meus 50 anos eu assisti, perplexa, em direto pela TV portuguesa, a sessão da Câmara dos Deputados do Brasil que no dia D 17 de abril de 2016 reuniu 511 dos 513 deputados, dos quais 367 votaram pelo impeachment de Dilma Rousseff, a primeira mulher legitimamente eleita, e reeleita, presidenta do Brasil. Eu e milhões de brasileiras e brasileiros, e também a comunidade e a imprensa internacional estávamos a presenciar, na instantaneidade do mundo virtual, um triste e vergonhoso espetáculo, mas muito mais do que isto, um dia D de golpe no Estado democrático de direito. O dia do início de uma operação política conspiratória com o objetivo de tomar o poder. Em torno de 60 por cento dos parlamentares do Congresso sobre os quais pairam acusações de corrupção e outras irregularidades, estavam na Casa do Povo, com seus embustes de moralidade para votar pela destituição de Dilma, em nome da esposa, filha, sobrinha, neto, tia, família, Estado, propriedade, militares da ditadura, evangélicos, corretores de seguros, Deus, e... pelo fim da corrupção!

O afastamento da presidenta Dilma foi consumado sem que sobre ela pairasse qualquer envolvimento em atos de corrupção. Ela declarou que *“O que mais dói é a inominável dor da injustiça”*. Com o passar do tempo, vieram à tona as verdadeiras razões da injustiça cometida: além da acirrada sede de poder e loteamento de cargos,

a imediata implantação de medidas de liberalização econômica, a reversão das políticas sociais em tempo recorde, nomeadamente por meio das reformas trabalhista e previdenciária, o acobertamento dos escândalos envolvendo corrupção, e o desmantelamento em áreas essenciais como educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia. O Brasil está sob um Estado de exceção, com a restrição de direitos, a concentração de poderes, a suspensão do Estado democrático de direito através do direito e como forma de violência estatal. É uma nefasta violação aos direitos humanos na contemporaneidade.

Como nós, mulheres, olhamos, sentimos e vivenciamos o Golpe?

O Brasil tem uma história marcada por golpes de Estado e pelos sombrios anos de chumbo da ditadura militar. A incipiente democracia brasileira pós-ditadura vinha pouco a pouco se consolidando, especialmente graças às mobilizações sociais que tiveram papel decisivo na promulgação da Constituição de 1988. A nova Carta tornou-se um marco pela ruptura com o governo autoritário e a restauração da democracia, com um novo ordenamento jurídico, político e legislativo, e o avanço nos direitos civis e sociais. Entre as importantes conquistas, estão a igualdade de direitos e deveres da mulher na família, trabalho e sociedade. Entretanto, com uma mescla de incredulidade, indignação e estarecimento eu vi nos últimos meses algumas e alguns manifestantes carregando faixas e pedindo aos brados a intervenção militar no Brasil. O que levaria alguém a manifestar-se em prol de ditadores, autoritários, déspotas e torturadores no poder? O que levaria parte da sociedade brasileira a assistir passivamente, e apoiar o golpe parlamentar?

O Brasil teve à frente pela primeira vez uma mulher na presidência, que não somente manteve como ampliou medidas políticas de inclusão, investimentos em programas habitacionais e de distribuição de renda, melhoria no acesso ao crédito, ampliação de vagas nas universidades públicas, e foi o governo que sancionou a Lei Anti-corrupção, de acordos na delação premiada, que estruturou os órgãos de combate à corrupção, e passou a responsabilizar as empresas por atos de corrupção através de um sistema político mais transparente. Se, por um lado, foi uma ironia a presidenta ter sido afastada por obra de parlamentares de vários partidos políticos envolvidos em corrupção, de outra parte, esse julgamento sumário mostrou ao mundo inteiro uma mulher de caráter que não renunciou, e, em nenhum momento, soçobrou diante de tamanha conspiração.

A mulher e presidenta Dilma simboliza as mulheres que lutam pelo reconhecimento de seus direitos, combatem as discriminações e toda sorte de violência a que são submetidas em vários momentos de suas vidas. Representa o avanço, até então inimaginável na sociedade brasileira, de uma mulher chegar à Presidência da República. Esse avanço é de uma importância ímpar porque ocorre em uma sociedade extremamente desigual e competitiva, onde prevalece a dominação masculina de tal forma enraizada no inconsciente que certas ações inclusive por parte de muitas mulheres são no sentido de reforçar estigmas e naturalizar as desigualdades. A principal forma de dominação é a naturalização do masculino, ao contrário do feminino, que necessita sempre de justificação. Esta dominação inconsciente tem tal poder que se pode perceber em situações como por exemplo, o apoio e voto de mulheres em Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, apesar de suas declarações e comportamentos misóginos. O exemplo mais recente vem justamente de um homem que ocupa o cargo de Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem. Ele declarou ao jornal “Frankfurter Allgemeine” que “Não se pode gastar o dinheiro todo em copos e mulheres e depois pedir ajuda” ao referir-se aos países do sul da Europa afetados pela crise do euro. Suas declarações foram duramente criticadas por representantes de vários Estados europeus como preconceituosas, sexistas, ultrajantes. Ele recusou desculpar-se, e reiterou o que disse.

A desigualdade de gêneros manifesta-se também no que se refere à associação entre sexualidade e poder. Vale lembrar o caso político-sexual que ficou mundialmente conhecido como o “escândalo Lewinsky”. Na época, o presidente norte-americano Bill Clinton inicialmente negou todas as acusações. Anos depois Monica declarou, sobre a Autobiografia de Bill Clinton, que ele mentiu. Esperava que no livro ele explicasse que, na época, suas negativas eram uma forma de tentar proteger-se como Presidente. Entretanto, as referências de Clinton foram no sentido de profanar o caráter de Monica e mostrá-la como um bufê onde ele não conseguiu resistir à sobremesa.

De fato, em uma perspectiva falocêntrica, há uma atribuição de poder social ao homem que, possuidor de um pênis, também possui naturalmente a supremacia em casa, no trabalho, em todos os níveis na sociedade. O homem explorou primordialmente por meio da caça os animais, a natureza, a mulher, seu corpo. Entretanto, as primeiras culturas eram matricêntricas, baseadas na coleta, e eram

administradas por mulheres. À inveja do pênis contrapôs-se a inveja do útero, pela sua capacidade de gerar vidas. Mas importa ultrapassar essa corrida onde ninguém vence, de uma dominação por outra forma de dominação. Ou ainda, de um poder masculino mediante a dependência da mulher que não podia estudar, ter prazer, votar, trabalhar... Que não podia nada.

Desnaturalizar as desigualdades entre os gêneros, desconstruir o patriarcado como forma hegemônica de poder masculino e desconstruir uma soberania falocêntrica são desafios constantes e fundamentais na busca da equidade de gêneros. É um trabalho de gerações no sentido de reduzir o hiato entre os gêneros e gerar oportunidades para as mulheres que são oprimidas em sociedades marcadas por traços profundamente misóginos, possuem a concepção reinante da inferioridade da mulher, preconceitos morais e ainda utilizam-se de toda sorte de estratégias de exclusão da mulher. Inversamente, durante os seus mandatos como presidenta, Dilma não somente representou as brasileiras e os brasileiros como também a força e a coragem das mulheres. Em várias ocasiões, afirmou que as mulheres são a maior força emergente no mundo, com participação decisiva, e são a nova força a mover o Brasil. As mulheres representam mais da metade dos 36 milhões que saíram da extrema pobreza, e mais da metade das brasileiras conquistaram empregos entre os 4,5 milhões criados no país em seu governo.

A denúncia do silêncio é a forma de dar voz ao silenciamento das mulheres em um mundo patriarcal. Ao longo da história, as mulheres sofreram toda forma de golpes. A mulher-objeto desprovida de capacidade jurídica; não poder votar (até 1932); a mulher proibida de contato com o mundo exterior; cujo marido não sofria condenação por aplicar castigos corporais à mulher; a quem não era permitido ler, escrever, estudar (no Brasil mulheres e homens passaram a estudar juntos somente no começo do século XX); e que no Código Civil de 1916, em seu Art. 242, notabilizou a inferioridade da mulher que não podia, sem o consentimento do marido, entre outras coisas, aceitar ou repudiar herança ou legado, exercer profissão e aceitar mandato. Dilma, protagonista de uma biografia marcada por lutas pela emancipação da mulher e do Brasil, passou a ser, com a sua eleição, exercício do mandato e a dignidade com que enfrentou o julgamento político ao qual foi submetida, um ícone para as mulheres e para os homens que valorizam e respeitam as mulheres e igualmente a democracia.

A sororidade

A imagem midiática da mulher bela, recatada e do lar tem um forte componente ideológico que busca contrapor ao ideal da emancipação feminina, com o retorno à “idade de ouro”, e é um mecanismo perverso porque, ao invés da autonomia e equidade, leva ao julgamento prévio e seletivo entre as mulheres que são e as que não são... belas, recatadas e do lar. Inversamente, a sororidade é a capacidade de não emitir julgamentos prévios entre as próprias mulheres, não nutrir preconceitos que servem para obstaculizar as conquistas femininas e reforçar a supremacia masculina, machista e patriarcal. Muitas mulheres abrem mão de sua identidade, da necessária luta pela significação e autonomia e da busca de uma verdade livre das estruturas de poder e dominação características do discurso androcêntrico. A sororidade é uma forma de resistência porque em verdade nunca houve uma idade do ouro para as mulheres, e é uma forma de sensibilidade e delicadeza em um mundo dominado por sociedades conservadoras e injustas. A esse respeito, já no ano de 1405, era publicada a obra *A Cidade das Damas* escrita por Christine de Pizan, considerada precursora do feminismo moderno. A autora criou uma cidade utópica na qual, com a ajuda das damas Razão, Retidão e Justiça buscava proteger as mulheres das hostilidades masculinas. A obra de Christine é uma homenagem às mulheres pela coragem em lutar contra as injustiças de seu tempo. O componente utópico presente em sua obra ficcional é recorrente na literatura e na política, como modelos de sociedades ideais ou esperança de um mundo melhor. A utopia, ao contrário do que o senso comum aponta, não é o caminho fantasioso, ilusório, imaginário ou mesmo impossível.

Dilma, a mulher forte, com coragem e convicções, com densidade e intensidade, vai aonde tiver que ir em fidelidade às suas ideias e seus ideais. Já percorreu e sobreviveu aos porões da ditadura, aos conchavos de gabinetes, e não vendeu sua alma a Fausto. No dia D Dilma, faz-se o movimento em direção a um novo caminhar, uma perspectiva, uma não submissão ou rendição.

Um abraço e-terno e sororal.

Giancarla Brunetto

É natural de Porto Alegre, Brasil. Atualmente realiza estudos de Doutorado em Filosofia e é investigadora no Centro de Estudos

Filosóficos e Humanísticos da Universidade Católica Portuguesa. Mestre em Educação com Indicação de Louvor e Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Criou em 2006 e coordena a Liga dos Direitos Humanos da UFRGS. Criou em Portugal a ação educativa “Leituras da Utopia” com a realização de leituras encenadas em bibliotecas. É autora do livro “A utopia antecipada. Ação direta na educação em direitos humanos”; organizadora e autora do livro “Os hereges: temas em direitos humanos, ética e diversidade”; e membro do Comitê Editorial da Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UNESP. Foi idealizadora, coordenadora acadêmica e professora do Curso de Especialização Ética e Educação em Direitos Humanos da UFRGS. Autora do livro “Ensaio de um Jogo Amoroso”, tem poemas publicados em antologias no Brasil e musicados pelo compositor alemão Hannes Brunnes disponibilizados em sua página pessoal, <http://ww.giancarlabrunetto.com> – onde pode ser acessada sua filmografia como roteirista, documentarista, investigadora e ativista em direitos humanos.

A ELEGÂNCIA DA SENHORA DEMOCRACIA

E lá vem ela, aguerrida, forte, elegante como cabe a grandes mulheres e grandes estadistas. A democracia é feminina. Depois de 77 anos de voto feminino no Brasil, uma mulher assume a Presidência da República. Uma mulher que encarnava a própria democracia, pois lutou e sofreu no corpo as marcas da tortura implacável defendendo a democracia. Resistência e luta pela democracia, pela justiça, pelos direitos e o bem-estar do povo são o seu princípio de vida e o seu caminho trilhado desde a juventude.

No tempo em que atuei na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tive o privilégio de estar em diversos eventos na presença dela. Lembro da expressão facial diante da difícil situação de assinar o decreto da Comissão da Verdade perante o salão repleto de militares de todas as forças. Não eram os seus algozes, mas simbolicamente os representavam, embora ela jamais defendesse o revanchismo.

Lembro do choro em público quando houve o massacre na Escola Tasso da Silveira no Rio de Janeiro, matando 11 crianças, que ela chamou de “brasileirinhos que foram retirados tão cedo da vida”. E emocionada, na assinatura do Plano Viver sem Limite pelos direitos das pessoas com deficiência, diz: *Há momentos como o de hoje que “vale a pena ser Presidenta”*. E também recorro da Presidenta sorridente e amável com os contemplados do Prêmio anual de Direitos Humanos.

Dilma era a Presidenta do Brasil, mas era também a mulher que enfrentou a ditadura, vencia um câncer, fazia dieta, gostava de pedalar, alegrava-se com os netos; que acreditava na potencialidade das pessoas e na capacidade de superação do povo e que “o respeito aos direitos humanos é condição para o desenvolvimento do Brasil”.

A Presidenta não se curvava diante de pressões e chantagens políticas, era independente e não tinha marido, o que é imperdoável para uma sociedade patriarcal. Essa firmeza de postura e independência lhe custou caro. As oligarquias colonialistas não suportam mulheres fortes e insubmissas. Sentem prazer em pisotear, explorar,

aniquilar, violentar, ofender. As oligarquias econômicas, sociais políticas e patriarcais não a respeitaram como autoridade do país. E, assim, desrespeitaram todas as mulheres. O golpe de Estado também é um golpe nos direitos humanos e, em particular, nos direitos das mulheres.

Usaram de todos os subterfúgios para desqualificá-la como autoridade e como mulher, desde as vaias ensaiadas, boicotes políticos orquestrados, assédio moral até toda uma gramática de nomes impronunciáveis para atingir sua dignidade feminina. E não hesitaram em afrontar a intimidade de sua família. Nunca houve tamanha desqualificação moral e uma mostra de tamanha baixeza moral manifestada por um grupo social elitista em relação a uma figura pública do país.

Mas a Presidenta jamais demonstrou fraqueza diante destas atitudes, pois é uma mulher de uma força moral e de um senso de justiça inigualáveis. E continuou resistindo ante a acusação de crime de responsabilidade com ousadia, segurança e elegância. Mostrou-se uma fortaleza na defesa da vontade eleitoral do povo, da legitimidade do mandato presidencial e da democracia. Assumiu a elegância de ser a senhora democracia!

Dilma foi destituída do cargo de Presidenta, mas não perdeu o poder. Seu poder foi demonstrado pela elegância de seus passos ao sair dos espaços públicos do Planalto. Saiu pela porta da frente como cabe a uma grande líder e estadista. Saiu com o reconhecimento, a solidariedade e o carinho de seu povo. Experimentou a sororidade de suas companheiras de luta e foi abraçada pelas mulheres e homenageada com muitas flores.

Dilma Rousseff será para sempre o nosso exemplo maior de mulher de luta e a nossa querida Presidenta. O nosso coração valente!

Marga Janete Ströher

Doutora em Teologia, pesquisadora e militante dos direitos humanos e das políticas de gênero. Analista do Seguro Social no INSS. Mora em Brasília.

DE JACARANDAS E QUARESMEIRAS

O que se pode dizer de Dilma Rousseff desde a distância geográfica e relacional na qual se encontra quem escreve estas linhas?

Talvez nada novo, sou uma mexicana que se encontra a quilômetros de distância e cujo conhecimento do Brasil e de seus processos históricos limita-se ao aprendido de maneira intensa e abrupta nos meses vividos nesta bela e contrastante terra.

Vivi um Rio de Janeiro que se manifestava nas mobilizações, que opinava acerca da destituição de Dilma em meio a uma divisão social cuja opinião, em boa medida, parecia estar de acordo à divisão geográfica estabelecida entre o Sul e o Norte da própria cidade, com a sua organização de brancos, pardos, negros e todos os outros, entre eles eu, uma mexicana, latina, que falava espanhol, e que isso já me colocava num lugar social específico dependendo do lugar no qual me encontrava.

Escutei e presenciei diversas opiniões, fui observadora atenta da manifestação daquelas e daqueles que, como em dia festivo, saíram à rua, em família, com camisetas verde-amarelas e cuja pele clara e roupa branca vestiu a Copacabana, da imagem de um Brasil que promovia a defesa do status quo, de uma classe que traz o véu de defesa dos valores tradicionais, a família e a moral, reforçava a desigualdade de classe, o colonialismo, o racismo, a dominação e a exclusão.

Bastava ver a ausência de outros grupos em ditas manifestações para saber quem estava a favor da destituição presidencial, bastava só olhar um pouco para saber quem eram os ausentes, bastava atender superficialmente as advertências que “a gente de bem” me faziam acerca dos roubos para entender imediatamente que ainda quando não era efetivado já tinham sido culpados “os garotos negros”. Bastou ver isso para saber que algo não estava bem, que a aposta política pela destituição não era uma cruzada pela legalidade nem contra a corrupção, não se tratava de uma destituição limpa, pelo contrário, os interesses de uma classe política corrupta que enfrentava cargo, encontrou, sob uma classe social privilegiada,

o apoio para sair beneficiada. Um Rio cheio de contrastes e diversidades, rico em suas expressões e em suas desigualdades.

Fui nesta terra “a estrangeira”, “a dos olhos indígenas”, “a da pele mexicana”, a latina que falava espanhol, assim como as e os colombianos, peruanos, salvadoreños, e outras e outros tantos estrangeiros que vivem um Rio diferente daquele que é exportado aos nossos países. Pessoas que também observamos que o que acontece é um processo já conhecido em nossas próprias experiências geográficas, políticas e culturais. Somos também nós que desde longe compartilhamos as similaridades e as dores desta América Latina. Talvez por isso é que me sinto indignada com a similaridade de nossos processos.

México é um país também de contrastes, de profundas desigualdades e de numerosas injustiças. Um país em meio a uma crise que já não se percebe como temporal, senão como natural e crônica.

A riqueza natural e cultural de nossos territórios é tão vasta como a corrupção que nos acomete, o fissuramento de um tecido social que se fratura frente ao desequilíbrio entre os avanços em matéria de direitos humanos e a ausência de políticas públicas que os sustentem; é a batalha cotidiana daquelas e daqueles que ainda lutam por modificar o entorno, cada qual a partir de seus posicionamentos.

No meu país, a crise econômica, social e política vive-se todos os dias nos jornais como se fosse parte de um evento cotidiano, o número de pessoas violentadas, desaparecidas e assassinadas tem um espaço dentro das listas estatais e nacionais, assim como o discurso de uma classe política corrompida que insiste em que estamos bem, que são questões de percepção e que estamos crescendo.

As manifestações nesse território não são verde-amarelas, nem vermelhas, e já não são tão numerosas, o desgaste tem sido de grande magnitude, a impunidade esconde-se também dentro do Estado e suas instituições, o racismo, a discriminação e a exclusão também estão em nossas ruas.

A omissão do Estado no México tem passado da passividade e da indiferença à cumplicidade, os cortes em saúde, ciência, educação e cultura são parte das Reformas que o Estado vende como estratégias de melhora.

E entre o que o Estado vende, também estamos as mulheres.

Nesse país, segundo os dados oficiais, cada dia são assassinadas sete mulheres. As meninas e mulheres nesse país somos assediadas, violentadas e assassinadas diariamente, somos parte do comércio que enriquece, somos botim da direita e da esquerda, dos grupos do crime organizado e dos grupos do crime já institucionalizados, somos parte das estruturas e pouco das cúpulas. A participação política das mulheres e as ações em favor de nossos direitos são precárias em comparação às problemáticas mais agudas.

Ser mulher no Brasil, no México e no resto da América Latina não é fácil, a violência contra as mulheres tem se recrudescido em nosso continente de maneira avassaladora e dolorosa. As múltiplas formas de violência para conosco são naturalizadas e justificadas, não só através dos discursos machistas, misóginos e feminicidas, senão também através das omissões dos Estados e da falta de ações concretas e eficazes perante a situação que vivemos.

No entanto, frente a isso, e à profunda desesperança e dor que isso traz, também surge a imperiosa necessidade da emergência de outras e outros agentes políticos e sociais que conduzam à transformação.

A mirada da Dilma perante seus acusadores diz tudo. As mulheres somos incômodas, as mulheres queremos algo diferente, as mulheres podemos usar o poder para transformar, as mulheres estamos cansadas de ser o botim político e o botim social, de ser as que colocam seus corpos sacrificados para que outros mantenham suas posições.

A mirada da Dilma perante seus acusadores diz tudo. Uma frente a muitos, mas uma que, com mirada forte, legitima seu direito de estar aí, seu direito de ser e exercer, um espaço que não deveria ser ultrajado por seu gênero, e cujo gênero é o pretexto para o ultraje e o reforçamento da negação de seu direito.

A mirada da Dilma perante seus acusadores diz tudo. As mulheres que transgridem vivem a solidão de não fazer parte dos acordos e dos apoios de quem detém o poder. As mulheres que transgridem se fazem acompanhar de outras e outros que assim como elas não figuram nas cúpulas.

A mirada da Dilma perante seus acusadores diz tudo. Só com sua presença as mulheres causam fissuras nas estruturas, nossa presença evidencia a capacidade, a possibilidade de fazer de uma for-

ma diferente, desnaturaliza a injustiça e convida a olhar o mundo desde uma experiência diferente.

A mirada da Dilma perante seus acusadores diz tudo. É possível mudar o cenário, a legitimidade não está do lado de quem bebe do poder para submeter desde o autoritarismo e o implacável patriarcado, senão desde quem, sendo acusada, com sua mirada devolve o julgamento, para lembrar que o poder pode ser tomado por outras e outros, e que isso é legítimo como uma possibilidade de transformação.

Dilma mudou o cenário, e com isso, convidou-nos a mudar os nossos. Não é só uma mirada, é a mirada de muitas mais, que desde outras frentes também acusamos a nossos acusadores, aqueles que negam nossos direitos e ferem nossos corpos, a mirada de muitas que exigimos o direito de participar e representar, o direito a exigir que nossas palavras sejam escutadas e nossas vidas respeitadas, para lembrar que a violência não é natural e não pode ser justificada.

Nossa mirada diz tudo, o cenário deve ser mudado.

É tempo de jacarandás e quaresmeiras, o lilás feminista continuará enchendo nossas ruas com flores!

Sandra Villalobos Nájera

Doutora em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), mestra em desenvolvimento humano pela Universidade Veracruzana, licenciada em psicologia pela Universidade Autónoma de Aguascalientes, diplomada em feminismo pelo Centro de Investigações Interdisciplinares em Ciências e Humanidades da UNAM, realizou estágios de pesquisa na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Dedicada a pesquisa em gênero e religião desde uma perspectiva feminista.

DEUS É GOLPISTA E FALA PORTUGUÊS

Eu senti vergonha quando assisti à transmissão do processo de impeachment da Dilma. Sou teóloga feminista protestante, membro da igreja evangélica metodista da Argentina e fiquei perplexa observando grande parte dos deputados que votavam a favor da destituição com argumentos como *“por Deus, por meu pai de 78 anos que me ensinou a Palavra de Deus, pelos evangélicos, em contra de que crianças aprendam de sexo nas escolas”*. Esses deputados formavam parte da denominada *“bancada evangélica”* que no Brasil já é toda uma entidade política. A população evangélica no Brasil cresceu assombrosamente. No último censo de 2013, representavam quase 23% da população. Os evangélicos no Brasil possuem hoje seus próprios meios de comunicação, canais de televisão, emissoras de rádio, editoriais, agências de turismo, hotéis e estão presentes em todos os espaços públicos nas instituições do sistema de justiça, nas assembleias legislativas, municípios, hospitais, escolas, universidades. Desde começo dos anos de 1980, basearam seu discurso em direitos e democracia para justificar sua participação e assim incrementaram sua presença em todos os âmbitos. Os pastores e líderes religiosos não se conformam com indicar desde o púlpito aos membros das suas igrejas em quem devem votar, senão que também participam abertamente das campanhas eleitorais. Nos anos de 1990, o pentecostalismo cresceu de forma espetacular. Diferente do pentecostalismo histórico, tão apegado ao texto de Mateus 22: 21 *“Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”*, o neopentecostalismo caracteriza-se pelo seu interesse em participar em política e por uma atitude abertamente midiática. O exemplo mais claro é o da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), originada no Brasil, com sedes em todo o mundo, incluindo Moçambique com 1,87 milhões de fiéis. Seu fundador, Edir Macedo, é também dono da Rede Record, um dos principais canais de televisão do país. Caracterizam-se por suas posturas conservadoras com relação a questões relacionadas com a vida da religião, com a segurança pública ou legislação social e na rigidez com que enfocam todos os temas que atingem as mulheres. Visto desde a perspectiva de paridade de gênero na política, o gabinete de Dilma teve um número recorde de mulheres ministras.

Nos países da América Latina aonde a exclusão das mulheres da política é parte de uma exclusão maior do espaço público, esse dado é relevante. Será que Deus não quer que haja paridade de mulheres no poder?

Na cosmovisão do neopentecostalismo ao qual adere esta bancada evangélica, os problemas que padecem os fiéis se interpretam de forma maniqueísta através de uma explicação muito simples que tem grande aceitação entre os membros. Se uma pessoa não se dá bem na vida ou acontece algo mal é porque está longe de Deus. Pelo contrário, se uma pessoa desfruta dos benefícios de saúde, bem estar e riqueza é porque faz o bem e Deus está com ele ou com ela. Em maio de 2016, no Rio de Janeiro, uma moça de 16 anos foi estuprada por 33 homens, seus atacantes divulgaram os vídeos da agressão sexual coletiva pelas redes sociais. Minhas amigas e amigos brasileiros denunciaram este fato através da *hashtag* #NaoACulturaDoEstupro. Não se fala muito sobre a cultura do estupro, mas sim se praticam todos seus comportamentos, desde culpar a vítima (neste caso ela foi acusada de ter ido a uma festa *funk* numa favela), à coisificação sexual, a banalização do estupro ou a negação de reconhecer o dano provocado. Nessa ocasião, uma das primeiras em se fazer ouvir foi Dilma, que já estava afastada da presidência enquanto enfrentava o processo de juízo político: *“Uma vez mais reafirmo meu repúdio à violência contra as mulheres. É inaceitável que crimes como este continuem acontecendo. Repito, devemos identificar e castigar os responsáveis”*, escrevia Dilma. Nesses dias, milhares de mulheres saíram às ruas no Rio de Janeiro para protestar contra esse estupro massivo. Dilma acompanhou em todo momento essa marcha. Não encontrei nenhum tipo de pronunciamento em contra desse estupro aberrante por parte da bancada evangélica. Muito pelo contrário, não somente teve silêncio senão que obstaculizaram a atenção à saúde da vítima. Pouco tempo depois houve outro estupro em grupo, cinco homens estupraram uma jovem que residia no Estado de Piauí. Devido a esses fatos reiterados, a ONU pronunciou-se sobre o horror dos estupros coletivos. A organização ONU Mulheres exigiu aos poderes públicos que investigassem os dois casos incluindo a perspectiva de gênero e que fizessem efetiva a atenção às vítimas, com a inclusão da profilaxia da gravidez, conhecida como “pílula do dia seguinte”. É aí onde se confrontava a agenda da Dilma e das mulheres com os interesses de Eduardo Cunha e seus amigos da bancada evangélica, já que um projeto de lei defendido por Cunha complica o

processo para o atendimento médico das vítimas de estupro, assim como também endurece as penas no caso de aborto. Efetivamente, em rejeição à lei sancionada por Dilma em 2013, que previa a possibilidade do aborto para a mulher vítima de estupro, um grupo de deputados da bancada evangélica tentou aprovar com urgência um projeto que previa o direito à “objeção de consciência”¹. Será que esta moça de 16 anos estava longe de Deus e por isso merecia ser estuprada por 33 homens? Um dos estupradores foi seu noivo, filho de um pastor evangélico. Será que Deus quer que essa moça tenha um filho resultado do estupro dos 33 homens?

A bancada evangélica sustenta suas práticas na teologia da prosperidade, na qual se acredita que a bênção financeira e o bem estar físico são resultados da boa vontade de Deus para com eles, e que a fé, o discurso positivo e as doações para causas religiosas aumentarão consequentemente os bens próprios. Isso se traduz num marketing religioso explícito. A riqueza, o consumo e o trabalho são evidências da bênção de Deus. A inclusão da mulher no culto não é uma convicção de gênero senão um procedimento de corte publicitário. Tem mais adeptos um pastor que tira fotos com sua esposa virtuosa e bem vestida que um ministro solteiro. Seguramente essa família pastoral perfeita não tem necessidade de pedir o Plano Bolsa Família (PBF). Dilma destacou-se nas políticas de gênero que desenvolveu para esse programa já que o benefício do PBF é outorgado prioritariamente às mulheres porque elas conhecem as necessidades familiares e isto traz efeitos positivos em matéria de gênero. O PBF outorga assistência financeira direta às famílias pobres e extremamente pobres e não aos membros por separado². Mulheres e homens que nem sequer tinham um documento de identidade, que não podiam buscar o subsídio porque viviam no Amazonas, por exemplo, longe do escritório onde eram geridas as ajudas, foram atingidas por esse plano enquanto Dilma foi presidenta. A Secretaria da Assistência Social identificava esses casos, a equipe municipal mais próxima inscrevia essas famílias, explicava-lhes como funcionava o programa e como conseguir os documentos exigidos. Será

1) Na plataforma da Paralisação Internacional de Mulheres (PIM), realizamos um vídeo coletivo entre dez países com a consigna “Sim ao aborto legal!” em oposição a esta tentativa da bancada evangélica. A diretora do vídeo é a periodista brasileira Mariana Bastos. Disponível em: <https://www.facebook.com>.

2) BIRCZ, Ana. *Políticas públicas: Programa Bolsa Família Brasil*. Universidad de La Matanza, 2014.

que Deus castigou a esses excluídos porque não podiam dar uma oferenda na igreja?

América Latina é uma das regiões do mundo com mais feminicídios. Temos conversado muito sobre isso com nossas companheiras da Paralisação Internacional de Mulheres (PIM) e temos percebido que a luta contra a violência de gênero é o fio condutor que nos irmana a todas as feministas latino-americanas e caribenhas. Brasil é um dos países com mais violência de gênero. No ano de 2015, Dilma assinou a nova Lei do Feminicídio, que tipifica o feminicídio e estabelece punições mais duras para os responsáveis deste crime. A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio são as duas únicas leis que protegem as mulheres no Brasil. O massacre de Campinas, em janeiro de 2017, no qual Sidnei Ramis Araujo matou sua ex-esposa, a seu filho, a outras nove pessoas e depois cometeu suicídio, registrou a mensagem do assassino contra o “sistema feminista”. O feminicida deixou no carro seu celular com umas gravações e do lado um papel com a senha de acesso ao aparelho. Assim se conheceu que era o ex-marido e o pai das duas primeiras vítimas, e que tinha perdido a custódia de seu filho acusado pela mãe de tentar abusar do menor. Também escreveu duas cartas nas quais confessava que o crime era premeditado, e declarou nelas seu ódio contra a mulher, que começou a somar defensores nas redes. Os homens que o apoiavam se queixavam do “sistema feminista” que se vive no Brasil, fazendo referência a essas duas únicas leis que tentam proteger as mulheres. Esse ódio para com as conquistas dos direitos da mulher é compartilhado também pela bancada evangélica e seus parlamentares. O pastor Silas Malafaia nos sermões de seu programa televisivo repetia: *“Temos que controlar essas feministas que querem dominar o país com suas políticas indecentes”*. O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, também evangélico, tem expressado mais de uma vez que *“as mulheres de verdade têm que obedecer aos homens”*. O caso mais escandaloso é o de Jair Bolsonaro, o deputado mais votado do Rio de Janeiro. No Congresso, falou para uma deputada *“não estupro porque você não merece”*. Bolsonaro também foi quem dedicou seu voto a favor do impeachment ao torturador de Dilma Rousseff, conhecido por colocar ratos nas vaginas das mulheres. Eles são os que organizam campanhas virtuais contra o que os conservadores mais extremos de América Latina chamam de “ideologia de gênero”. #NaoAldeologiaDeGenero é a *hashtag* que os une tanto no Brasil quanto no Perú, uns em português e outros em espanhol, mas o conteúdo é

o mesmo: a oposição à educação sexual com perspectiva de gênero nas escolas. Será que Deus realmente tirou a Eva de uma costela de Adão?

Considero que a agenda do feminismo e a de Dilma, no geral, têm coincidido no reconhecimento da violência de gênero, na batalha contra a desigualdade, na luta pelos direitos das mulheres. No entanto, penso que um dos erros mais graves da Dilma foi teológico, porque para ser reeleita caiu na tentação de negar que estava a favor do aborto para conseguir assim o voto evangélico. Apesar disso, Dilma está se convertendo em insígnia do feminismo brasileiro. Coincidiu com a opinião da escritora e ativista dominicana Raquel Rosario Sánchez, especialista em Estudos da Mulher, Gênero e Sexualidade em que o maior crime de Dilma é o de ser mulher, e também uma mulher que não duvidou em colocar no centro de suas políticas as temáticas de gênero, em particular a erradicação da violência contra a mulher. Nas palavras da Dilma: *“O golpe vai contra o povo e a nação. É misógino. É homofóbico. É racista. É a imposição da intolerância, o preconceito, a violência. Voltaremos. Voltaremos para continuar nosso forjado rumo a um Brasil no qual o povo seja o soberano”*.

María de los Ángeles Roberto

É argentina, professora de Letras, Mestre em Sagradas Escrituras (ISEDET) e Diplomada em Estudos de Gênero (CEFYT). Foi assistente da cátedra da Dra. Mercedes García Bachmann em Hebraico Bíblico no Instituto Universitário de ISEDET (2013-2016). Atualmente dirige a empresa de correção, edição e tradução www.lascorrectoras.com onde desenvolve conteúdos digitais para organismos ecumênicos internacionais. Tem publicado ensaios sobre o livro de Juízes e sobre os Cantares de Salomão com ênfase especial na perspectiva de gênero. É coordenadora em América Latina do Bible Reading Project de Evangelical Mission in Solidarity (Alemanha). É ativista feminista e membro da Igreja Evangélica Metodista Argentina.

PROSEANDO COM DILMA SOBRE MOSAICOS DE SORORIDADE...

Dilma de resistência e esperança... venho a escrever umas linhas para te dizer que és um exemplo de persistência, resistência e sororidade para milhões de mulheres e homens desse mundo.

De quanto mais pedaços e cacos – melhor será a obra de arte!

Escrever para ti é como formar um mosaico – a gente recolhe, escolhe, encaixa e desencaixa mil vezes – vai testando, vai dando forma, e no final meio que convencida, meio que não, olha e diz: não sei, mas é isso!

Dilma dá esperança para este país e para a América Latina, com as marcas da dor, da luta, da teimosia e da transgressão por acreditar numa sociedade diferente e possível.

A ti, querida companheira: Resistir sempre, desistir jamais!!!
Reconstruir sempre na sororidade!!!

*Mosaicos de sororidade...
Procuro algo sobre a sororidade
e ela vem dos pedaços da vida
Ela vem no cheiro do café
e na memória de conversas em qualquer mesa de café num canto do mundo
ela surge no meio da noite
olhando as estrelas no céu, lembrando as montanhas e sua beleza,
vem no sabor do mate, das cuias que sendo outras e muitas na vida
tem o mesmo sabor de sororidade.
E de repente a orquídea deu flores,
ninguém esperava,
hum!!! deve ser o carinho de surpreender para o dia das mães
a natureza é entrega sem nada esperar... é sororidade.
sororidade... caminhar a pés descalços na grama no final de tarde,
e na memória vem as gramas pisadas num parque hoje resignificado
do que em outros tempos foram pisadas
por pesadas botas de uma ditadura de morte e horror.
É madrugada ainda e o sonho que despertou
leva ao pensamento distante no tempo
e surge o encontro com a bisavó húngara – judia*

*desconhecida na historia, porém amiga intima da alma
e te acaricia e diz: aqui estou!
É a sororidade com suas asas voando no tempo pela rota da alma.
A sororidade se apresenta para resignificar,
resurgir e dar a luz a novas ideias.
Sororidade que não se mede no tempo,
nos sentimentos e nos sabores, cheiros e lágrimas
que brotam do nada e do tudo,
do que foram pedaços, na esperança de ser resignificados
e na esperança de uma nova obra de arte pela vida,
pelo sonho, sonhado juntas e juntos de que outro mundo é possível!!!
Sonhando com uma nova obra para a historia: Mosaicos de sororidade com
Dilma!!!!
Transgredir sempre!!!*

De memórias e momentos: política e teologia – amigas inseparáveis....

Quando hoje ainda ouço que criança pouco ou nada sabe da vida, incomoda-me a ignorância da afirmação. Era lá pelos anos de infância que às escondidas na calada da noite, enquanto a família dormia, meu pai ligava seu antigo e enorme rádio para ouvir a rádio de Moscou, eu sem muito entender aquilo, andava por trás das paredes, e no escuro, tentar daquele baixo volume, ouvir algo. Meu pai faleceu aos meus 7 anos de idade, mas sempre soube que dali vinha minha sede política de transgredir o “correto” e dar ouvidos, no silêncio da noite, àquilo que a clássica educação familiar com rasgos germânicos não o permitia. Era prática do meu pai ler a Bíblia de noite para nós, antes de dormir, lembro como destacava a pessoa de Jesus, como uma pessoa que vinha para mudar as coisas; que era simples, mas de ideias muito inteligentes, para convencer do que era melhor para todos.

E quando já na infância transgredia as ordens de meus irmãos homens para realizar-lhes favores, oriundas de uma atitude machista, só crescia minha convicção de estar certa no caminho decidido e na luta a enfrentar.

Aos 13 e 14 anos, li entre outros clássicos: O que o vento se levou. O livro “OLGA – Vida de Olga Prestes” e “1968 – O Ano que Não Terminou”. Sobre OLGA, lia à luz de velas, de noite, para minha mãe (vivíamos no campo sem luz elétrica). Chorávamos juntas, porque não entendíamos porque uma mulher devia parir dentro de

uma cela num campo de concentração. Minha mãe dizia: porque tanta maldade? Se aqui no campo nós damos todo cuidado às vacas quando vão parir.

Na juventude, participei do primeiro grupo de apoio e formação do núcleo do PT em minha cidade. As carreatas e organização faziam parte da atividade do grupo de jovens luteranos na comunidade. Desde então questionava os ensinamentos de casa, em quanto à visão clássica do evangelho e da pessoa de Jesus Cristo e da visão política do medo e submissão ao sistema político do país – meu sentimento era que política e Deus eram a mesma coisa.

Acreditava que deveria haver outra leitura e interpretação possível desde o mesmo evangelho. E que, na sua flexibilidade e riqueza de ser interpretado, haveria ali significativas propostas de outro mundo possível, do qual não fosse só a ordem e o progresso com raízes hitlerianas em casa.

Nas brigas entre irmãos (coisa de infância), sempre ouvia a frase nos gritos de briga: seu judeu, você merece o inferno. Frase, que ainda que gritei algumas vezes, faziam eco nos meus ouvidos, como dizendo: algo está errado...

Havia que seguir transgredindo... E aos 18 anos, depois de minha mãe não permitir uma carreira de detetive (que anelava por ter lido todos os livros de Agatha Christie), apoiou-me para estudar teologia.

A Escola Superior de Teologia em São Leopoldo, finalmente permitiu-me deparar com uma crise existencial. Os primeiros semestres, carregados de aulas de introdução a todas as matérias, e ainda grego, alemão e hebraico... eu me afundava em livros filosóficos e teológicos sobre o existencialismo em busca de mim mesma. Daquela antiga dúvida sobre judeus e a origem do movimento de Jesus; de uma educação hitleriana com o ódio aos judeus, e a busca do filho de Deus defensor dos humilhados e torturados, perfilava-se as respostas necessárias para o caminho teológico que deveria trilhar.

O participar ativamente do núcleo do PT dentro da faculdade muito me ajudou a formatar o perfil entre teologia e política que me perseguia desde a infância. Tempos de núcleo em que pude equilibrar a formação teológica com uma formação política da vida, aprendendo com as e os grandes mestres do núcleo do PT que: para opinar

sobre política se deve primeiro saber de análise de conjuntura! Hoje se sofre ouvindo reproduções da Globo para opinar sobre política.

A chave de ouro fechou esta etapa deslumbrante com a campanha: Lula, lá... meu 1º voto foi pra fazer brilhar nossa estrela. Até então, com minha estrela confiante para um futuro promissor. Eram tempos que saíamos de madrugada a pichar a cidade para a campanha, entre latões de tinta e aproximação da polícia vigilante, corri muitas vezes pelas ruas e longas avenidas de São Leopoldo. Resistir de um outro modo, pois as 7h 15m da manhã havia aula de grego, e lá estava eu, fielmente.

Transgredir é coisa antiga! Estudando teologia, descobri o mito de Lilith – a mulher que antes de Eva, sendo esposa de Adão no “paraíso”, não se submeteu às ordens patriarcais do modelo imposto. Fugiu do paraíso abandonando Adão! Acredito que até hoje anda solta por aí em cada uma das mulheres que decidem pela transgressão. Isso, também, lembra a frase: as mulheres boas vão para o céu e as más vão para todas partes.

De pedaço em pedaço: de Dilmás, Marias, Yolandas... e outras mulheres...

Já no Chile, a princípio por programa de estudo e intercâmbio, depois definitivo, conheci a realidade social, política e teológica de um país recém em reconstrução da democracia, depois de 17 anos de ditadura militar. Participando numa Igreja Luterana dividida pelas razões políticas do país, integrei-me ao trabalho de uma Igreja comprometida com a luta social contra a ditadura e defensora dos direitos humanos.

Ali, em meio às “*poblaciones*” (setores de favelas da capital), aprendi muito do que significa resistir e persistir no meio da morte, da dor, da perda, com esperança de dias melhores. Nas histórias de cada homem e cada mulher, sempre vinha a pergunta: de onde vem tanta força para resistir e não desistir?

Essa é a mesma pergunta que faço a ti, Dilma querida: como resistir em meio à dor, humilhação e desumanidade? Como resistir a um Golpe monstruoso em tempos de democracia? Como resistir e não desistir?

Na minha experiência de convívio, não tive uma resposta, se não o silêncio, aquele silêncio de Deus, quando seu filho na cruz

pergunta: Pai, por que me abandonaste? Hoje muitas pessoas silenciadas no tempo, esperamos respostas, depois das lutas que um dia valeram a pena, mas que hoje estão sufocadas pelas pesadas botas do patriarcado, do machismo, do imperialismo e das manobras políticas no nosso amado Brasil.

Tantas Marias ouvidas durante 20 anos no Chile, das suas histórias, sonhos e esperanças!

Yolanda, minha mãe chilena – hoje com quase 90 anos de idade – perdeu seu filho na ditadura, ele é um “detenido desaparecido”. Ele nunca foi encontrado, mas tem sido sempre sonhado (em sonhos) por ela. Yolanda sonha que seu filho está no fundo do mar! Há tantas Yolandas e mães da Praça de Maio, mulheres que não saberão onde estão seus filhos e filhas, que terão que morrer com a pergunta sem respostas. Com ela, aprendi, de algum jeito, algo mais sobre o resistir e o não desistir, mesmo que ainda eu não encontre as palavras para descrevê-lo. Até hoje, na distância, conversamos via WhatsApp para dizer-nos o quanto nos queremos, e ainda cantamos *Alfonsina y El Mar* (de Mercedes Sosa). Com voz doce, Yolanda sempre me lembra: Não vou perder a esperança!

Gioconda Belli, escritora nicaraguense, em *La Mujer Habitada* já nos lembra que o compromisso libertador, a paixão pela vida e a resistência são fieis companheiras para a emancipação e um novo projeto de mundo.

É na lembrança que levo a Vila Grimaldi, em Santiago de Chile, lugar de tortura em tempos de ditadura e agora transformado em Parque aberto, onde cada Sexta-Feira Santa se segue em procissão para um encontro. Encontro onde a dor da lembrança e a paz da esperança são parceiras e em sororidade fundem-se num ato ecumênico, carregado de sentido e emoção. Cheiros, imagens, sentimentos de dor e lágrimas misturam-se à confiança do canto: *Para que Nunca Más en Chile*.

Estando em Berlim frente a um resto de torre da segunda guerra, voltei a sentir a presença de minha bisavó, me emocionei, chorei inconsolavelmente, senti os mesmos maus odores de quando lia Olga para minha mãe, de quando caminhava pela Vila Grimaldi; e na Alemanha não tive a coragem de visitar nenhum dos lugares que um dia fora lugar de tortura e morte... Acredito que a bisa continua a me habitar e nossa genética se funde em sororidade!

Quanto mais pedaços, melhor o mosaico final: somos e sere-
mos muitas mãos para recolher, escolher e encaixar resignificando a
vida, a história, a humanidade toda!

Sobre o sentido da vida e todos os sentidos sororais...

Foi em tempos de estudo do mestrado no Brasil, ano 2000, que eu e a Nivia Núñez buscávamos e pesquisávamos sobre a Logoterapia de Viktor Frankl, e foi assim que tomamos conhecimento de uma mulher psicóloga e brasileira que tinha difundido essa importante obra, sobre o sentido da vida, no Brasil. Numa bela tarde de outono, meses depois, tivemos o privilégio de encontrarmos com Izar Aparecida de Moraes Xausa, no seu apartamento em Porto Alegre. Uma mulher sábia de certas palavras, cheia de amor nos seus olhos, nos expunha, acompanhada do sabor de um chá muito especial, sobre o que significa viver a vida com sentido e dar sentido à vida. Mostrou-nos suas obras de arte e falou do sentido dos sonhos na nossa vida. Sai daquele lugar carregada de paz e de amor, saí com a certeza de que a vida sempre tem sentido. A sororidade fez-se presente como uma bela borboleta que vem e senta na flor que você esta admirando no teu jardim, vem para embelezar ainda mais...

Em razão dessa experiência, quando retornei ao Chile, refletia sobre o sentido de ter mulheres liderando os países latino-americanos. E sonhava com encontros sororais, com saberes de todas as áreas do conhecimento, de todos os tempos e das experiências latino-americanas. E um tempo depois estavam: Dilma Rousseff no Brasil, Michelle Bachelet no Chile e Cristina Kirchner na Argentina... era início desse grande sonho, de construir alternativas que fariam a diferença.

De brindes e sabores... Viva nossa presidenta do Brasil!

No dia da eleição da Dilma, primeira mulher presidenta do Brasil, estávamos reunidos em minha casa no Chile com três professores brasileiros amigos que, de passo por Santiago em funções acadêmicas, tinham feito a opção do encontro para acompanhar as eleições do dia... e comemorar!!! A cada novo resultado, brindávamos ao melhor estilo com vinho chileno, acompanhado de um bom salmão. Nossa casa foi um palco de festa e desfile com a bandeira do Brasil. Era momento de um sonho se realizando para milhões de mulheres aqui e acolá. Por esse acontecimento é que hoje, apesar do

grande GOLPE e de todos os outros golpes, sigo acreditando na possibilidade de num belo mosaico. É dos pedaços que reconstruímos e resignificamos mil vezes e, então, a obra fica cada dia melhor. E se nos voltam a destruir, voltamos a resignificar aquela obra prima e única, carregada de sororidade em mãos unidas e persistentes.

Pois é, não sei, Dilma querida, mas é isso! Continuo recolhendo e acreditando nos pedaços!!!

VOLTA DILMA O BRASIL PRECISA DE TI!!!!

Neli Maske

Autora do poema “Mosaicos de sororidade”, mãe de Thaís e Bruno. Morando em Matelândia, oeste do Paraná. Com formação teológica e Mestrado em Teologia. Com estudos em PNL – atualmente Professora e Terapeuta em Programação Neurolinguística. Amante do Chimarrão no final de tarde, de caminhadas por trilhas, da melhor companhia dos filhos e de um brinde com um bom vinho – em boa companhia!

PRESIDENTA DILMA, PRESENTE!

Estava morando na Alemanha quando Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez Presidenta da República Federativa do Brasil. Senti enormemente não ter estado aqui para participar de perto de toda campanha. Não fui às ruas participar das carreatas, nem dos comícios, não votei, não fiz boca de urna, mas, mesmo distante, exerci a militância acompanhando todas as notícias, os programas, os debates e tentando influenciar familiares e amigos contrários a sua candidatura. No dia da votação, toda a vizinhança viu na minha janela as bandeiras vermelha e a verde e amarela tremulando juntas e enfrentando a ventania do outono germânico. Foi enorme a euforia que senti ao saber do resultado final das eleições: mais de 55 milhões de votos. E dei-me conta do que isto significava para nós mulheres feministas: ter, pela primeira vez depois de 132 anos da Proclamação da República, uma mulher a ocupar o cargo de Chefe do Executivo.

Quando a vi desfilar em carro aberto pelas ruas de Brasília com a filha ao lado, ovacionada em todo o trajeto por milhares de mulheres que para lá se dirigiram para levar até ela o apoio e mostrar o quanto aquela vitória era simbólica para todas nós, lembrei-me de quantas mulheres lutaram para que aquele momento acontecesse. A emoção maior foi vê-la subir a rampa do Palácio do Planalto para receber a faixa presidencial com a altivez de quem tem legitimidade de recebê-la. Afinal, trazia no seu corpo a história marcada por lutas estudantis, por prisões e por torturas bárbaras a que foi submetida, combatendo e resistindo ao regime militar, lutando por igualdade e justiça. Estava ali uma mulher que me representava! Era o dia 1º de janeiro de 2011 e eu estava arrumando as malas para fugir do frio alemão e vir passar férias no Brasil. Enquanto arrumava as malas, assistia ao vivo pelo computador a transmissão que me fez ir às lágrimas. Foi como se um filme passasse pela minha mente. E eu lembrei da década de 1980, quando comecei a estudar teologia e a ter acesso a textos que me possibilitaram refletir sobre democracia participativa, espaços de poder, luta de classes, feminismo, racismo, justiça social – todos eles temas que me ajudaram a tornar-me um ser político consciente.

Foi boa esta viagem no tempo. Depois de tantos anos exercitando a prática cotidiana das resistências, que nós mulheres sabemos fazer como ninguém, após tantos anos de estudos e militância, discussões e aprendizados junto aos movimentos populares, nos grupos de fé e política, nos espaços de formação popular com grupos de mulheres, era muito forte a emoção ao assistir aquela festa democrática e ver a primeira mulher Presidenta do meu país. Agora poderia olhar os alemães em pé de igualdade. Se eles tinham uma Chanceler, eu, brasileira, tinha agora uma Presidenta eleita democraticamente. E, como mulher nordestina, tinha mais um motivo de ficar orgulhosa. Na região de mulheres fortes, lutadoras e guerreiras como Dandara dos Palmares, Luisa Mahim, Maria Bonita, Maria da Penha e muitas outras, a mulher que enfrentou os porões da ditadura venceu em todos os Estados.

Aquele foi um verão de alegria, de comemoração, de encontros com companheiras de lutas, de sonhos e resistências com quem relembramos a época da descoberta, em estudos e encontros, da teologia feminista, quando questionávamos o patriarcado e suas representações nos diversos espaços de poder; relembramos a descoberta e a utilização da categoria de gênero como referencial libertador para a nossa atuação. Claro que não éramos tão ingênuas de acreditar que o fato de uma mulher chegar ao poder seria suficiente para nos deixar menos atentas, vigilantes e combativas. O patriarcado sabe se reinventar. Mas era um claro sinal de esperança.

Retornei definitivamente ao Brasil em tempo de votar na segunda eleição e ter a satisfação de vê-la reeleita, apesar de alguns desencantos e frustrações. Porém, o tom misógino e conservador que imperou durante a campanha eleitoral já nos alertava de que era preciso “estarmos atentas e fortes”. A Presidenta Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos válidos, ou seja, 54,5 milhões de votos. Embora a reeleição fosse um motivo de alegria, era possível perceber que a euforia já não era tão grande como na eleição de 2010. Pelo tom e pelo clima que imperou durante a disputa eleitoral e que culminou no resultado da eleição, aquele segundo mandato não seria nada fácil.

Ainda estávamos saboreando e comemorando o gosto da reeleição e já se vaticinava: “*ela não vai governar*”. Era a fala dos adversários políticos derrotados que não se conformavam em ter perdido mais uma eleição no campo democrático das disputas. Mesmo com todas as concessões e acordos que foram feitos, as oligarquias repre-

sentadas por latifundiários, grandes empresários e especuladores da ciranda financeira precisavam pôr fim à sucessão de eleições de um governo aliado com o povo e que, de certa forma, avançava no seu projeto de proporcionar justiça social e na sua política de inclusão. A guerra foi declarada e o golpe começou a ser arquitetado. A partir dali, o que assistimos foi um crescente ataque ao direito de uma mulher fazer política e de ganhar eleições. Como punição por tamanha ousadia, assistimos à difamação, à calúnia e à violência simbólica e institucional que passaram a ser constantes nos diversos níveis e espaços. Telejornais, charges, programas humorísticos tornaram-se um bombardeio midiático contínuo de sua imagem e de sua atuação pública. Tudo isso, sem dúvida, contribuiu para o enfraquecimento de sua condição de chefe de Estado.

Por mais que tivéssemos, também nós, as nossas críticas, frustrações e mesmo desencantamentos, jamais iríamos permitir que os velhos preconceitos machistas – de que as mulheres competem entre si, ou de que, entre mulheres, não existe parceria e solidariedade – tomassem espaço nos nossos movimentos. Tínhamos consciência de que a Presidenta se manteve distante e não se posicionou em algumas questões que eram cruciais para o movimento de mulheres e que não havia conseguido realizar tudo que os movimentos sociais esperavam, mas sabíamos que ela buscou ser fiel aos programas de inclusão social e conseguiu fazer muito mais do que as elites oligárquicas que, por séculos, dominaram a política no país. O sentimento geral nos grupos de mulheres de que participei e nos encontros que tive com diversos segmentos dos movimentos sociais era de que precisávamos ir às ruas e denunciar a manipulação machista que, quando lhe convém, prega a competitividade e o isolacionismo para dar o golpe. O que aprendi com tantas companheiras em longos anos de escuta amorosa, atenta, interessada, cuidadosa, solidária e política é que é preciso resistir, apoiar, estar ao lado e não se omitir, pois sabemos muito bem o que nós mulheres precisamos enfrentar quando estamos em espaços de poder e decisão. Temos uma Presidenta, nós a elegemos e faremos de tudo para mantê-la onde nós a colocamos. Sim, nós sentimos um orgulho danado de tê-la como nossa Presidenta. É claro que, como qualquer ser humano, também ela errou e acertou, teve suas lutas e fraquezas – como todas nós. Também por isso, fomos às ruas, nos mobilizamos, emitimos notas públicas, fizemos pronunciamentos, realizamos encontros para levar o nosso apoio e solidariedade e para denunciar ao mundo o ca-

ráter misógino deste golpe escamoteado de discurso anticorrupção. Já estávamos fartas de escutar sobre a incapacidade das mulheres de fazer política. Sim, naquele momento, uma onda de sororidade feminina tomou conta do país, enquanto a mídia manipulava informações, selecionava imagens e escolhia palavras e símbolos que reafirmassem as “verdades” tão habilmente construídas nos bastidores do golpe de que o país estava dividido.

Depois de longos meses de paralisação do Congresso e do Senado com o fim de viabilizar o golpe através de trancamento de pautas importantes para a governabilidade do país, após um longo período de chantagem e de discurso anticorrupção, quando o circo foi sendo armado, chegou o dia 17 de abril. A sensação de acordar e se colocar na frente da televisão para assistir à sessão da Câmara dos Deputados, na qual foi aprovada a abertura do processo de golpe, que chamaram de *impeachment* para dar uma capa de legalidade, foi de tristeza e revolta. Um espetáculo midiático grotesco e deprimente que conseguiu revelar o cinismo de grande parte do parlamento. Como em uma arena de gladiadores, alternavam-se os seus algos. A espetacularização de todo o processo, amplamente divulgado nacional e internacionalmente, que culminou naquele momento já deve estar sendo estudado em diversas áreas do saber, em cursos de pós-graduação, de modo que gerações futuras poderão entender como, neste país, se orquestra e se executa um golpe de estado com a cumplicidade dos quatro poderes que imperam na sociedade brasileira: o legislativo, o executivo, o judiciário e o midiático. É necessário frisar que as redes privadas de televisão do país, que tanto investiram na criação de um clima favorável para a ruptura da legalidade democrática, obviamente para receber benefícios, dedicaram todo o seu potencial para alienar e mascarar o verdadeiro significado do que, de fato, estava acontecendo.

A votação do processo de cassação e, depois, do Impedimento, protagonizados pelos golpistas, serviu para escancarar a todo o mundo o que já se sabia. Os motivos alegados para o golpe instaurado foram desmascarados através dos discursos dos parlamentares, que evocavam, em suas falas, razões religiosas, familiares e até pessoais, proferindo palavras violentas e eivadas de machismo contra a pessoa da Presidenta. O brilho de satisfação no olhar, as bocas espumando de raiva e o rosto em êxtase de muitos parlamentares foi o suficiente para desmascarar o que estava por trás do golpe: o ódio às mulheres, aos pobres, aos indígenas, aos negros, aos gays,

às lésbicas e a todas as minorias que, no entender da elite brasileira, não têm o direito nem de sonhar. Invoca-se cinicamente a Deus, a tradição e a família.

A Presidenta é afastada, os golpistas assumiram e, agora, o que vemos é o desmonte da Constituição. Vemos a retirada diária de direitos, a criminalização de pessoas e movimentos que atuam na defesa dos direitos humanos. Voltamos a viver num estado de exceção, com estudantes sendo presos, manifestações públicas e pacíficas sendo reprimidas com violência, indígenas, quilombolas e sem-terra sendo assassinados em todos os recantos do país.

De mulher para mulher, nós sabemos que a nossa luta é histórica e está longe de acabar. Sofremos um retrocesso, mas não nos calarão nem nos impedirão de prosseguir. Não considero que perdemos a batalha, o meu sentimento não é de derrota. Derrota não combina com a gente. Derrotados são aqueles que precisam forjar situações e criar mecanismos para se eleger, porque no voto não conseguem. Continuaremos nos articulando e atuando em prol da reforma do sistema político, defendendo a paridade entre homens e mulheres como dimensão necessária e democratizante desse sistema e como forma de superar o caráter hierárquico dos partidos políticos e a mercantilização dos processos eleitorais. Certamente que nos orgulhamos de ter ajudado a eleger uma mulher Presidenta, pois foi e é importante para a nossa luta. No entanto, mais importante é garantir a reforma do sistema político, porque, enquanto ele continuar como se configura, o Congresso atuará de forma a derrubar quem ousar tirar seus privilégios. Estou feliz por estar de volta ao Brasil e, neste momento, poder unir-me a tantas gentes e a tantos movimentos e grupos que procuram fazer a resistência democrática.

Sônia Gomes Mota

Pastora da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Mestra em Teologia e Licenciada em Filosofia. Diretora Executiva da CESE (Coordenação Ecumênica de Serviço). Faz parte da Coordenação do FEACT-Brasil (Fórum Ecumênico Brasil) e do PAD (Plataforma de Diálogo e Articulação).

ABRAÇOS PARA DILMA

Pois é, Dilma! Não aguentaram ver você lá. Lá na cadeira da Presidência do Brasil, a primeira Presidenta do Brasil.

Eu sou uma das 54 milhões de pessoas que votou em você em 2014. Também votei em você em 2010. Nesta época, estava vivendo e trabalhando na Costa Rica e meu voto por você veio lá da América Central.

Por estes dias (março de 2017), relembramos o Dia Internacional da Mulher, manifestando nosso apoio à causa das mulheres, através de diversas marchas e ações pelo país. Foi o primeiro Dia Internacional da Mulher, desde que homens, brancos, ricos, com interesses pessoais, te tiraram da cadeira da Presidência. E, durante nossos manifestos, gritávamos pelas ruas “Fora, Temer!” Te tiraram a cadeira, Dilma, mas não o bom sono de alguém, para quem inexistente a responsabilidade por quaisquer crimes.

O “Fora, Temer!” significa, para além da saída efetiva deste presidente não eleito, um pedido de retirada das ameaças aos direitos constitucionais, significa pedir pela volta da democracia, da cidadania digna, participativa, do Estado Democrático de Direito. O golpe ocorrido no Brasil em agosto de 2016, foi um golpe à democracia, e a todas as mulheres.

O processo de impeachment foi machista e sexista, para dizer o mínimo. O pior é que não para por aí. As declarações do presidente não eleito em relação ao Dia Internacional da Mulher foram de uma visão extremamente depreciadora e misógina, perpetuando o lugar da mulher dentro de casa, exclusivamente ocupada com os afazeres domésticos. Ouvir tais palavras causa dor, náuseas, indignação, gera um meneio de cabeça, um olhar abismado de incredulidade.

“Mulher bonita é mulher que luta!” dissemos para você, Dilma, em coro, quando nos encontramos para um café em Porto Alegre (dezembro 2016). A luta das mulheres continua. A tua luta, Dilma, continua. Esta situação de descaso, desconsideração, objetificação, violência contra as mulheres, nunca realmente acabou. Esses momentos nos desnudam sempre de novo, expondo o nosso íntimo

quando não o queremos, e a quem não desejamos. Houve momentos de melhora, de conquistas alcançadas e comemoradas, momentos de paz, de harmonia, de igualdade e de libertação. Espero que cada uma de nós já os tenha experimentado alguma vez em suas vidas. Porém, são momentos frágeis e fugazes, que escapam aos dedos.

Os homens-brancos-ricos-pessoalmente-interessados lidam com os direitos das mulheres, como se os tivessem dado pessoalmente a nós. A história, no entanto, é bem outra. Os direitos das mulheres, dos diversos movimentos sociais, os direitos humanos no país foram conquistados com muita luta, muito suor e lágrimas. Foram garantidos na Constituição de 1988 e em leis internacionais, das quais o Brasil é um de seus signatários. Neste contexto, precisamos sempre de novo afirmar que direitos não se negociam, direitos se cumprem!

Não podemos, como mulheres, calar nossa voz, não podemos deixar que tomem a nossa vez. Nos calam, nos invisibilizam, nos tornam meninas quando somos mulheres; nos oprimem com “reformas” de todos os tipos, não nos percebem com força política e, acima de tudo, não percebem a nossa força, nascida da resistência, da resiliência, da sororidade. Nós somos protagonistas de nossa história!

Nós somos muitas e temos poder, o poder da mutualidade, da reciprocidade, da comunidade; da união, do mutirão, do canto; o poder das nossas religiões e espiritualidades, das nossas diversidades. Pensamos e existimos. Criamos nossos filhos e filhas, criamos nossos livros e teses, criamos ciências, saberes, conhecimentos. Somos mulheres de todos os tempos e estamos em todos os lugares.

Que nos enxerguem e nos respeitem! Que não se apropriem do que não é seu, através de interpretações melindrosas e manipuladoras, interesseiras e farisaicas da Magna Carta. Dessa forma, lançam bases para manter discursos aparentemente críveis e corretos, de quem *somente* está obedecendo regras de um jogo, regras e jogos permeados por dois pesos e duas medidas.

Que graves retrocessos estamos vivendo! Retrocessos de décadas na saúde, na educação, na assistência social, nos direitos trabalhistas. Estão em alta as privatizações e a venda de terras para pessoas e empresas estrangeiras (*land grabbing*). Crescem e tornam-se explícitos os apoios irrestritos ao agronegócio, ao uso de agrotóxicos. Mas não podemos parar. É preciso agir e seguir... cantando! Mesmo

que o canto não mude o país, ele carrega em si a força da denúncia e do anúncio, cortando o silêncio e a estupefação.

Querida Dilma, cá estamos nós, com nossas bandeiras, vestindo nossas camisetas, querendo um mundo digno e justo para cada mulher, para cada vida sofrida, dando lugar para todas as experiências e cotidianos. Estamos firmadas na esperança de dias melhores, com mais educação, saúde, trabalho, cultura, lazer.

O Brasil é uma sociedade multiétnica e pluricultural. Somente considerando os povos indígenas, segundo o censo de 2010, há 304 diferentes etnias, falando 274 diferentes idiomas.

Os povos indígenas e suas mulheres têm sido massacrados durante séculos. Recém em 1988, com a Constituição Federal, dá-se-lhes um lugar de cidadania, não mais de tutela, através dos artigos 231 e 232, garantindo-lhes sua organização social, língua e jeito de viver próprio. Já se passaram 29 anos desde a sua promulgação. E, ainda hoje, terra de povos indígenas é difícil ser homologada e fácil de ser invadida.

A terra é, para os povos indígenas e para os povos e comunidades tradicionais, elemento fundamental de sua sobrevivência. Mas não nos enganemos, para nós também é assim. Mesmo se não pleiteamos diretamente um pedaço de chão para plantar, precisamos dele para morar, construir nossa casa ou ter a possibilidade de comprar um apartamento. Dependemos da terra também para nos alimentar, pois não é dos supermercados que tiramos o nosso sustento.

Do contrário que muitos pensam, não são as grandes safras de milho, soja, arroz, feijão que põe a comida na mesa de brasileiros e brasileiras. Essas safras estão pensadas para a exportação. O alimento produzido no Brasil e que chega aos nossos pratos vem da agricultura familiar, que planta a terra a partir da biodiversidade e não da monocultura. Nós dependemos de que estas famílias em geral, e de que as trabalhadoras rurais em particular, recebam apoio para seguir em seu trabalho de trazer comida livre de agrotóxicos para nossas mesas.

Assim, a causa indígena é a causa de todas nós, pois, afinal, ar limpo, água potável e terra fértil são direitos e necessidades de cada ser vivo.

Estamos vivendo graves ameaças ambientais, que não deixarão somente suas marcas através da poluição, do desmatamento, da

construção de hidrelétricas ou de grandes estradas e portos. Cada vez que uma árvore é derrubada na Amazônia, muitas vidas, culturas e línguas caem com ela. São destruídas a flora, a fauna, o rio; mulheres, homens, crianças e pessoas idosas de comunidades tradicionais também desaparecem. Toda a sociobiodiversidade é agredida, juntamente com seus ciclos e processos de renovação.

Sabe, Dilma, esses não são assuntos fáceis, nem leves. São assuntos duros, tensos, que trazem à tona muitos sentimentos, palavras e ações negativas. Mas há que se falar neles, agir contra injustiças, diminuir discriminações e preconceitos e, ao fazê-lo, insistir no diálogo intercultural, na compreensão da outra pessoa, enquanto pessoa que pensa e é diferente de mim.

A interculturalidade propõe o respeito e o reconhecimento da diversidade, não criando hierarquias de qualquer tipo entre pessoas ou culturas. Estendendo esta compreensão para além da humanidade, cabe ter empatia pela natureza e demais seres vivos. Somos muito antropocêntricos e, na relação com os povos indígenas, aprendemos a ser mais cosmocêntricos.

Da mesma forma, essa abertura é necessária em relação à vida espiritual, com seus seres, mitos e ritos. E não me refiro somente à alteridade em relação aos povos indígenas. Se olharmos para as mulheres... quão diferentes somos umas das outras! Ao mesmo tempo estamos unidas pela luta e pelo ideal de uma sociedade com equidade de gênero, levando em consideração nossas diferenças espirituais, religiosas, sociais, econômicas, étnicas.

Não tocar nesses assuntos é achar que se vive em um Brasil onde somente se fala português. E dessa realidade estamos muito longe.

Um grande abraço, Dilma!

Renate Gierus

Pastora luterana, indigenista, teóloga feminista. Trabalho no COMIN (Conselho de Missão entre Povos Indígenas), em São Leopoldo/RS, na coordenação pastoral e programática. Nesta organização da sociedade civil, lutamos pelos direitos humanos dos povos indígenas, pela sustentabilidade socioambiental e propomos um diálogo intercultural e inter-religioso. Vivi e trabalhei na Costa Rica, América Central, de outubro de 2006 a janeiro de 2011, realizando

um trabalho de formação sobre identidade luterana na ILCO (*Iglesia Luterana Costarricense*). Tenho um doutorado em Teologia, na área de História do Cristianismo. Pesquisei sobre a história de mulheres, especificamente as mulheres que vieram ao sul do Brasil durante o século XIX. Estes estudos aconteceram em São Leopoldo/RS.

SIM ESTOU CANSADA... MAS VALE A PENA, CONTINUEMOS

Sou imigrante no Brasil, mas não porque venha de outro país. Sou imigrante porque levo a marca diferente ao falar, ao sentir e cheirar, ao olhar e dizer, mas sobretudo para algumas pessoas carrego a marca por não dizer e falar sobre aquilo que “todos” falam e da forma que “todos” dizem. A marca, assim entendida, não me pertence; e é uma marca que não é exclusividade das pessoas imigrantes. No entanto, essa – a marca – é e deixa de ser por estar aqui e desta forma. Sou neta de imigrantes, companheira de um imigrante e mãe de uma pequena imigrante. Por sobre tudo, sinto e vivo na diferença daquelas e daqueles que não respondem ao *dever ser*.

“Desembarquei” no sul do Brasil em 1999, cheia de contradições e sempre carregada de sonhos. Senti que se havia um lugar no qual haveria espaço para se arriscar, esse lugar seria Brasil. Suas terras do sul e sua gente, tão diferentes, mas tão familiares, pareciam aos meus olhos de migrante, espaços enormes e cheios de oportunidades, onde era preciso lutar para sobreviver.

Sofri nostalgia, carências, ainda às vezes... mas sobretudo comecei a descobrir-me e sentir-me na minha própria pele em diversos momentos, muitos mais dos que até então imaginava. Também senti indignação por tanta riqueza e tanta pobreza, assim como também pela minha própria riqueza e minha própria pobreza. Doía em mim o machismo institucional e o da rua, porque a este país cheguei recém casada, quando nenhum de nós dois tinha autorização para trabalhar em um Mercosul que ainda não chegava a um acordo para permitir que a juventude pudesse navegar e desenhar suas vidas.

Com meu companheiro de sempre, da vida, quisemos e lutamos para fazer do Brasil o lugar a partir do qual *sim era possível* estudar, ler, pensar, *ser* para existir. A docência e a pesquisa era nossa luz ao final, ao início e durante todo o túnel. Por isso, participamos e acreditamos, e continuaremos acreditando e participando no projeto de um lugar para todas as pessoas, inclusivo, sem fome, menos misógino e xenófobo... mais que um país, uma América Latina sem medo à justiça social, porque *esta* não tira de ninguém, senão que

cuida de todos e de todas. E justamente ao cuidar incomoda, um projeto que incluía a todos e todas não é do interesse de alguns.

No ano de 2011, já com cinco anos vivendo então na capital, Brasília, minha vida parecia completar-se e invadia-me um sentimento profundo de paz e luz interior. Ver a nossa presidenta Dilma ocupar um cargo não somente até hoje sempre ocupado por homens, senão vê-la chegar lá *apesar da* sua história pessoal, reforçava o sentimento de que sim, é aqui, neste momento e agora, que há espaço para arriscar-se e lutar pelo mundo que queremos.

No mesmo ano, nasce nossa filha em Brasília, uma “*pequena mulher migrante*”, muito aguardada, muito forte e *questionadora* que tantas vezes nos faz e repete a pergunta: *por que tiraram a Dilma mãe? Não sei filha...* sendo que em realidade sim sei, mas ainda não quero dizer pra você filha, hoje com tão só cinco anos, que ser mulher, que se vives de acordo a tuas convicções, seguramente terás custos muito altos, te causará muitas dores. Mas *sobretudo* lembra disto: sempre, sempre estarás com a paz interior que somente as grande pessoas mantêm ao longo de suas vidas.

É duro filha, “machuca” dizem no Brasil, doe muito e lastima, mas vale a pena viver sem medo. Nunca terás medo de teus erros, pois Dilma seguramente equivocou-se, como acontece àquelas pessoas que fazem e ajudam a que as coisas aconteçam. No entanto, há algo que a Dilma ninguém tem podido tirar. Ela consegue olhar nos olhos de qualquer um, incluso daqueles que antes a torturaram e recentemente a ajuizaram no parlamento, com a paz e a transparência não só de quem fez senão sobretudo de quem continua fazendo e vivendo.

Mas filha, sim estou cansada... mas vale a pena, continuemos.

Temos hoje um parlamento misógino, corrupto, pessoas historicamente impunes, cujo respaldo está em seus iguais; porque a corrupção, a discriminação e o sentimento de impunidade não são exclusividade de uma classe, de uma elite ou de um país. No entanto, sociedade mais justas, ou menos injustas, são aquelas cujas elites e lideranças, cujos empresários e intelectuais, em sua maioria, vivem de acordo ao que dizem, ao que prometem a sua população.

América Latina tem se especializado em servir, nos dizia Galeano. A isso agrego que às mulheres latino-americanas nos têm convencido de que nosso lugar está na retaguarda de “nossos” heróis e líderes, que vivem para servir. E de repente... chega **Dilma Rousseff** e

atreve-se a ser chamada de *Presidenta* e enfrentar a lógica misógina, inclusive dentro de seu próprio partido e na classe política historicamente corrupta. “É dura, grosseira, mal humorada. O marido a deixou porque uma mulher assim não se pode aguentar”, isso só por recriar os argumentos mais inverossímeis que se podem esperar como crítica a uma mulher que mais da metade da população de um país enorme como é o Brasil a votou para conduzir o leme do gigante latino-americano.

Dilma entra em nossas vidas e soma-se à lista milenar da história latino-americana de lideranças e talentosas mulheres que nos deixaram sua marca. Marca que, sistematicamente, a lógica patriarcal incorporada por muitos homens “nossos” e também mulheres “nossas” se propõe apagar das páginas de nossa história. E isso apesar do talento e do brilho de tantas elas. Quero lembrar algumas cujas obras artísticas estão aí, sobrevivem e por isso são nossas companheiras de luta: Sor Juana Inés de la Cruz, Delmira Agustini, Luisa Luisi, Maria Eugenia Vaz Ferreira, Ida Vitale, Gabriela Mistral, Alfonsina Storni, María Luisa Bombal, Rosario Castellanos, Frida Kahlo, Violeta Parra, e tantas outras que nunca saberemos seus nomes, mas as levamos nas nossas entranhas.

Procuo, apesar das minhas contradições, levar uma vida digna de forma que minha filha e outras meninas e meninos hoje enxerguem no micro o sentido da luta, que a essência de viver está nisso, em cada alinhavada que damos neste tecido comum da nossa história.

História de mulheres e daqueles que queiram entrar na nossa história, porque *a nossa se tece de outro modo*, a nossa é a história mínima, de cada instante que soma, que faz e que voltará a fazer possível que tenhamos muitas Juanas Inés, Delmiras e muitas, muitíssimas Dilmãs, inclusive nossa Dilma que continua tecendo e fazendo de nosso modo.

Delia Dutra

É imigrante, docente e investigadora no Brasil. Realizou seus estudos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) graças ao apoio do CNPq e da CAPES. Coordena o grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG) no Departamento de Estudos Latino-americanos (ELA-CEPPAC) da Universidade de Brasília e é Pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais do Brasil (OBMigra). Em Uruguai, é Pesquisadora Associada Nível I do Sistema Nacional de Investigadores (ANII).

À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E A TODAS AS MULHERES, COM CARINHO

Em 2010, concorri à posição de pastora em uma paróquia no Rio de Janeiro. Naquele então, vivia em Genebra, na Suíça, onde exercia a função pastoral na Igreja Luterana local desde 2003. Após a análise da documentação requerida, o processo de seleção para o pastorado da Paróquia no Rio de Janeiro incluía a celebração de um culto e uma entrevista com o Conselho Paroquial. Meu marido e eu nos dispusemos a viajar, com recursos próprios, para participar desta parte do processo. A entrevista durou cerca de 90 minutos, dos quais um homem, membro do Conselho, falou a maior parte do tempo, repetindo, de quando em vez, três perguntas: 1. A senhora é feiticeira? 2. A senhora é paranormal? 3. A senhora entende-se como um oráculo? Dada a estapafurdice do discurso, após cerca de vinte minutos de fala ininterrupta, a presidenta do Conselho solicitou que o homem encerrasse a sua fala. Como ele não parava, outros membros do Conselho intervieram e formou-se, assim, uma situação de tumulto. A fim de resolver o episódio, o pastor local levantou-se, e com voz firme em tom mais elevado, pediu silêncio, devolvendo ao homem a palavra, pois, na compreensão do pastor, este homem tinha o direito de continuar a sua linha de reflexão pelo tempo que quisesse.

Durante alguns anos avalei que tal situação devia-se ao fato de que, naquela paróquia, a perspectiva de gênero esteve ausente dos ensinamentos e reflexões teológicas, bíblicas e litúrgicas por tempo demasiadamente longo. E isso é fato. No entanto, durante a campanha presidencial de 2014, na qual a Presidenta Dilma Rousseff foi uma das candidatas, percebi que aquela paróquia do Rio de Janeiro não era um exemplo isolado de um trabalho deixado por fazer quanto à integração da perspectiva de gênero; parte considerável das igrejas e da própria sociedade brasileira nunca fizera tal trabalho. Desse modo, no processo eleitoral de 2014 e subsequente processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, foi possível vislumbrar quão profundas são as raízes do patriarcalismo nas igrejas e em parte da sociedade brasileira.

Misoginia é uma palavra adequada para descrever as manifestações de ódio contra a Presidenta Dilma Rousseff, assim como contra tantas outras mulheres. Junto com ela, todas as mulheres sofreram violência quando as agressões verbais e visuais circularam pelas redes sociais, quando a imprensa transformou em monstro uma mulher decente, quando o estupro foi naturalizado na boca de um determinado deputado federal, no vídeo exibido por um ator despuadorado no qual estuprava uma mãe de santo, ou na atitude de um grupo de rapazes que consideraram normal promover um estupro coletivo. Uma violência admitida implica em inúmeras violências assimiladas. Deste modo, o mecanismo de justificação das violências foi incorporado e tanto homens quanto mulheres aderiram aos discursos propagadores do machismo e das muitas fobias derivadas do sistema patriarcal.

O fundamentalismo religioso cristão é responsável por grande parte das violências cometidas contra as mulheres. Ao reforçar noções de subordinação das mulheres em relação aos homens e ao construir teologias e práticas que tomam o masculino como referência, excluem as mulheres da condição de sujeito e de protagonistas das relações religiosas, sociais, profissionais, de cidadania e de produção de conhecimento.

O fundamentalismo religioso não vem desacompanhado. Junto a ele, o fundamentalismo econômico e financeiro forma uma rede hegemônica produtora e perpetuadora de desigualdades. As desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais, epistemológicas e de gênero são baseadas “nas interações entre três estruturas principais de poder e dominação – capitalismo, colonialismo e patriarcalizado ...” (SOUSA SANTOS, 2014: 34). A articulação destas três estruturas, tão bem resguardadas pelos discursos religiosos fundamentalistas (e não raro também presente nos círculos progressistas), e amparadas por uma aliança entre o sistema judiciário, político e midiático nacional, promoveram o impeachment de uma Presidenta democraticamente eleita pela maioria da população brasileira. Foram praticadas violência política, legal e de gênero.

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff interrompeu a democracia no Brasil. O processo eleitoral que a elegeu em 2014 com 54 milhões de votos foi descartado por um Congresso Nacional composto de 513 deputados federais, dos quais 303 estavam sendo investigados por algum tipo de crime à época do impeachment,

e um Senado composto por 81 senadores, dos quais 49 estiveram sob investigação¹. O projeto vencedor nas urnas não subsistiu frente ao medo dos membros do Congresso Nacional de que a Operação Lava Jato chegasse às últimas consequências e, após esgotar a sua linha preferencial de acusação e criminalização de líderes do Partido dos Trabalhadores, chegasse a indiciá-los. O fato de a Presidenta Dilma Rousseff não intervir no rumo das investigações deixou exposta aquela parcela dos membros do Congresso Nacional que, de um modo ou de outro, está envolvida com a corrupção sistêmica da máquina política brasileira. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, indiciado e preso sob a acusação de receber 40 milhões de dólares americanos advindos de propinas e mantidos em conta na Suíça, foi o mesmo que abriu o processo de impeachment contra a Presidenta como represália por ela não ter influenciado os deputados federais do Partido dos Trabalhadores a apoiá-lo no âmbito da Comissão de Ética do Congresso Nacional. Assim sendo, construiu-se o impeachment de uma Presidenta democraticamente eleita, por vias juridicamente tortuosas.

No entanto, para além das fronteiras nacionais, o impeachment levado a cabo contra a Presidenta Dilma Rousseff, não pode ser apartado do que a sentença do Tribunal Internacional Pela Democracia no Brasil denominou como “interesses econômicos, vinculados a consórcios e conglomerados internacionais...” (TIDB, 2016: 60)² e Sousa Santos chamou de “ação desestabilizadora norte-americana, inspirada e financiada pelos norte-americanos” (SOUSA SANTOS, 2016: 140). Além dos interesses das empresas da área do petróleo, o governo dos Estados Unidos da América tem sido apontado por diversas autoras e autores como um articulador do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, uma vez que o seu principal objetivo é “neutralizar o Brasil como um dos protagonistas dos BRICS” (SOUSA SANTOS, 2016: 140). O BRICS é “uma ameaça extraordinária para os EUA, porque os EUA são uma economia em dependência que se aguenta fundamentalmente porque detêm importante capital financeiro e, portanto, por aceitação universal do dólar” (SOUSA SANTOS, 2016: 140). A criação de um Banco pelo BRICS que se

1) Dados fornecidos pela ONG International Transparency no seguinte link: <https://www.transparency.org>. Acesso em: 05/11/2016.

2) A resistência internacional ao golpe de 2016. Org. PRONER, CITADINO, NEUENSCHWANDER, PEIXOTO, GUIMARÃES. Bauru: Canal 6, 2016.

apresenta como alternativa ao Banco Mundial significa uma ameaça à predominância dos Estados Unidos no cenário financeiro internacional. Deste modo, numa estratégia neo-colonialista, os Estados Unidos têm articulado e financiado os chamados “golpes brancos” (PRONER, 2016: 155) em vários países da América Latina, tais como aqueles ocorridos em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012, e no Brasil em 2016. Não parece ser coincidência que a embaixadora dos Estados Unidos Liliana Ayalde, que alguns afirmam ser especializada em produzir “golpes brancos”, tenha sido enviada ao Brasil em 2012 depois de terminar seus serviços no Paraguai, onde esteve na função de embaixadora durante a produção do golpe de Estado que derrubou Fernando Lugo (BORON, 2016: 115), e mais recentemente foi transferida para a Venezuela onde se tenta a derrubada de Maduro. A interferência dos Estados Unidos para a produção do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e para dar posse ao governo de Michel Temer objetivou “realinhar o Brasil pela política americana” (SOUSA SANTOS, 2016: 140) no contexto do “projeto de recolonização continental” (ESQUIVEL, 2016: 75).

O neo-liberalismo agressivo do mundo financeiro, com a parceria da elite nacional que, no momento do impeachment, foi representada principalmente pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo, fomentou o golpe. A FIESP desaprovou a suspensão do pacote de isenção de impostos que a Presidenta Dilma havia conferido durante o seu primeiro mandato com o objetivo de que a indústria mantivesse pleno emprego. Tal pacote seria suspenso quando fosse necessário. No início do seu segundo mandato, quando o preço dos comódites no mercado internacional começou a cair, chegou o tempo de se renegociar o pacote de isenção. A indústria havia passado vários anos obtendo lucros maiores por causa desta isenção e, quando o país precisou que a mesma voltasse a contribuir através dos impostos, recusou-se. Solidariedade não é uma palavra que faça parte do léxico da indústria nacional e muito menos da elite financeira.

Em termos legais, para que o impeachment fosse levado a efeito, a Presidenta Dilma Rousseff foi alvo de duas acusações. A primeira refere-se ao fato de ela ter assinado três decretos de abertura de crédito suplementar que estariam, supostamente, agredindo a lei, uma vez que estariam “descumprindo” as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A segunda refere-se a atrasos que teriam ocorrido no pagamento da União ao Banco do Brasil no âmbito do programa de apoio à agricultura familiar chamado Plano Safra.

Tais atrasos teriam se constituído em “operações de crédito”, ou seja, empréstimos, o que seria vedado ao governo pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais acusações, nas palavras da defesa de Dilma Rousseff, “não passam de ser meros pretextos jurídicos para a destituição ilegítima de uma Presidenta da República eleita por 54 milhões de brasileiros” (CARDOZO, 2016: 37). O advogado, ex-Ministro da Justiça e ex-Advogado Geral da União, José Eduardo Cardozo, afirma que “governos anteriores, sob a mesma legislação, editaram decretos idênticos aos editados por Dilma e não foram sequer criticados por isso” (CARDOZO, 2016: 37). No caso dos supostos atrasos de pagamento, esclarece ele que “sequer prazo estabelecido havia para que o governo federal pagasse as subvenções devidas ao Banco do Brasil. Governos anteriores também atrasaram pagamentos em contratos de prestação de serviços firmados com instituições financeiras estatais, e também aqui, jamais foram considerados ‘empréstimos bancários’ vedados por lei” (CARDOZO, 2016: 37).

A utilização destas duas acusações foi ligada à figura constitucional tipificada no artigo 85 da Constituição Federal e na Lei nº 1079 de 10 de abril de 1950 que versam sobre os crimes de responsabilidade. São considerados crimes de responsabilidade “os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal”³. O texto constitucional deixa claro que crimes de responsabilidade são ofensas gravíssimas contra a administração pública, “cometidas intencionalmente contra interesses legais diretamente ligadas à estrutura da Constituição e, conseqüentemente, do Estado Brasileiro”, ensina Shahshahani. No entanto, continua ele: “A Lei nº 1079 não inclui erros de contabilidade orçamentária ou falta de financiamento na categoria de crimes de responsabilidade” (SHAHSHAHANI, 2016: 118).

Depois de analisar as acusações que pesavam contra a Presidenta Dilma Rousseff, o Ministério Público Federal declarou que Dilma Rousseff não era culpada dos crimes a ela atribuídos.

O jurista alemão Friedrich Müller afirma que “os atos relevantes para o Impeachment da Presidenta eleita não foram legalmente comprovados. Mesmo quando as correções orçamentárias imputadas a ela venham a ser comprovadas no futuro, ainda assim não

3) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05/11/2016.

serão fundamentos suficientes para uma exoneração pela Constituição de 1988” (MÜLLER, 2016: 217).

Apesar da falta de provas para uma condenação por crime de responsabilidade, o Congresso Nacional procedeu com o impeachment. A votação na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril de 2016 deixou claro que os votos dos deputados não estavam relacionados às acusações feitas contra a Presidenta, uma vez que, para justificá-los, evocaram a família, a moral, Deus, e até a ditadura militar. Apenas sete por cento dos deputados enunciaram razões relacionadas aos “crimes” cometidos pela Presidenta (SHAHSHAHANI, 2016: 117). No dia 12 de maio de 2016, cinquenta e cinco senadores votaram a favor de iniciar o processo de impeachment e no dia 31 de agosto o plenário do Senado aprovou por 61 votos a 20, a efetivação do mesmo.

Após afirmar que o processo na Câmara dos Deputados continha “graves erros de jurisprudência”, sendo o “encaminhamento do processo ao Senado” e a “suspensão provisória por 180 dias da Presidenta eleita” “insustentáveis”, o que tornava todo o processo “infecundo e inexistente”, Müller refere-se aos procedimentos e decisões por parte do Congresso Nacional como um “golpe frio”, aplicado com o objetivo de “trazer o poder às pessoas já no poder, para protegê-las da perseguição na investigação da ‘Lava Jato’ ... para executar às pressas as ... medidas reacionárias” e para “enxertar a ‘desejada lista definitiva de investidores’ (segundo o New York Times) à custa da maioria da população” (MÜLLER, 2016: 218).

De modo semelhante, após ensinar que o instituto do Impeachment “não é expediente criado para retirar do poder quem ocupa cargo eletivo” e tampouco é “expediente para suprimir instâncias judiciais”, a constitucionalista Margarida Lacombe avalia que os procedimentos utilizados pelo Congresso Nacional se constituem num “uso canhestro do Impeachment” e, por isso, “tem sido chamado de golpe”⁴.

Ao avaliar o impeachment, a professora de Direito da UFRJ Juliana Neuenschwander refere-se à Constituição Federal de 1988 afirmando que a mesma foi “golpeada” e “enfraquecida” devido ao “desrespeito à cláusula democrática e ao voto popular”. Continua dizendo que “o que se pretende é destruir a Constituição” e “Impe-

4) Disponível em: <http://jota.info/o-impeachment-e-o-golpe>. Acesso em: 06/11/2016.

dir, formalmente, a possibilidade da realização do projeto constitucionalmente desenhado, alicerçado na erradicação da pobreza e na efetivação dos direitos fundamentais”⁵.

Um golpe admitido transforma-se em inúmeros golpes forçosamente assimilados. Assim sendo, o golpe que impediu a Presidente Dilma Rousseff transmutou-se rapidamente em outros golpes contra a população brasileira, tais como: a PEC 55, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a venda de parte do pré-sal, a venda das terras brasileiras e a venda das fontes de água para empresas transnacionais etc. Essas medidas implicam no desmantelamento de toda a rede de proteção social, na precarização do trabalho, na privatização dos recursos do país, no rompimento das estruturas de solidariedade intergeracionais, no retorno à miséria, no impedimento de um futuro mais justo e mais democrático para o povo brasileiro.

Mas o golpe ainda não terminou. As eleições de 2018 são o próximo alvo. A Operação Lava Jato que, na minha opinião, é parte do mecanismo golpista, tem a clara intenção de impedir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de concorrer à presidência da República em 2018. O discurso da corrupção é facilmente assimilável, pois é raro alguém que aprove a corrupção. No entanto, ele é facilmente manipulado para propósitos políticos. Assim aconteceu em 1954 e 1964, quando a imprensa fez uma acirrada campanha contra Getúlio Vargas e João Goulart. Em ambos os casos, a aliança era política, midiática e militar. No presente momento, a aliança é política, midiática e judiciária. Em todos os casos, os interesses econômicos da elite nacional em conjugação com os interesses da elite financeira internacional e da preservação da hegemonia geopolítica da América do Norte, são elementos definidores dos golpes de Estado no Brasil. Para além da ameaça à hegemonia norte-americana no cenário geopolítico mundial com a criação do BRICS, de um banco do BRICS e das alianças sul-sul com países latino-americanos e africanos, penso que o grande perigo que Lula e Dilma representam para as elites nacionais e internacionais é que eles provaram que é possível acabar com a miséria e a pobreza. Aí reside um grande perigo. Miséria e pobreza são o contraposto das grandes riquezas. Não há riqueza sem pobreza. Não há grandes fortunas sem miséria. Quem pagaria

5) Nota presencial da autora.

a conta da preservação histórica da riqueza nas mãos das mesmas famílias? Quem trabalharia em condições precárias para que os privilégios das classes mais abastadas fossem mantidos?

A solidariedade com a Presidenta Dilma Rousseff não é uma escolha, é uma obrigação. Mulheres e homens que lutam por um país mais justo e uma humanidade mais solidária não podem deixar de se pronunciar e de tomar posição; não podem esconder-se por trás das instituições e dos conservadorismos nelas impregnados. Tampouco podem esconder-se atrás de discursos de caráter “progressista” que colocam em pauta a questão de gênero a nível da epiderme, sem transformar as práticas mais profundas ainda arraigadas no patriarcado. A narrativa do golpe é uma narrativa de resistência.

Tive o privilégio de conhecer a Presidenta Dilma Rousseff na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Encontrei nela uma companheira de valor, uma mulher de extrema inteligência, corajosa, acessível, carinhosa, espontânea e verdadeira.

Com ela viajei a Genebra acompanhando-a na visita feita ao Conselho Mundial de Igrejas e à Federação Luterana Mundial, o que ocorreu em 10 de março de 2017. Sob solicitação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil, o Conselho Mundial de Igrejas a recebeu para ouvir a sua narrativa acerca do impeachment, do atual momento do Brasil e para discutir ações futuras. De igual modo, também a Federação Luterana Mundial quis recebe-la e ouvi-la. Ambas organizações ficaram entusiasmadas com a presença desta mulher que, vítima da ação de um neoliberalismo agressivo, dos interesses das elites financeiras e políticas, do machismo e de um sistema judiciário-midiático cuja atuação se assemelha mais à de um partido político, levou a voz e o brilho de uma inteligência incontestável, de uma simplicidade acolhedora, de um compromisso firme com os valores que ambas organizações têm defendido no decorrer das suas histórias. A Presidenta Dilma, por sua vez, emocionou-se por encontrar, no âmbito das igrejas, organizações tão progressistas, e com agendas tão semelhantes àquelas por ela defendidas enquanto pessoa e enquanto chefe de Estado. Emocionou-se com a “Peregrinação por Justiça e Paz”, do Conselho Mundial de Igrejas, e com os sub-temas da Assembleia da Federação Luterana Mundial que afirmam: “a salvação não está à venda”, “a criação não está à venda”, “os seres humanos não estão à venda”.

A solidariedade com a Presidenta Dilma Rousseff é solidariedade com todas as pessoas que lutam pela dignidade das mulheres, por uma sociedade menos desigual e por igrejas nas quais uma pastora ou qualquer outra mulher não seja desrespeitada e inferiorizada; igrejas nas quais palavras tais como “feiticeira”, “paranormal” e “oráculo” não sejam utilizadas como instrumento de depreciação e de restrição de direitos.

A solidariedade com a Presidenta Dilma Rousseff é um ato de resistência aos muitos golpes que as mulheres sofrem cotidianamente.

Textos de referência

BORON; CARDOZO; CITADINO; ESQUIVEL; GUIMARÃES; NEUENSCHWANDER; PEIXOTO; PRONER; SHAHSHAHANI. *A resistência internacional ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PIKETTI, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SOUSA SANTOS, B. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado*. Rio de Janeiro: Ieya, 2016.

Lusmarina Campos Garcia

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com o tema de pesquisa: O Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a complexa relação entre Direito e Política no Brasil. Mestra em Direito (2016), Bacharel em Direito e Ciências Sociais (1994) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (1985). Seu trabalho conecta Direitos Humanos, Sociedade, Teologia e Arte através do viés litúrgico e humanitário, buscando identificar e discutir temas relacionados à realidade de diversos segmentos sociais, principalmente de grupos minoritários.

DILMA: TÃO GRANDE QUANTO O MAR!

Dilma Rousseff lembrando a experiência do cárcere disse: “as mulheres têm uma força incalculável. Não por acaso, a memória, a história, a narrativa, a sobrevivência, a resistência, a luta, a vitória, tem a nossa marca, apesar dos apagamentos que nos são impostos”.

(Porto Alegre, 31 de março de 2017)

O nome *Dilma* é de origem grega e significa do mar, proteção da nobreza ou caminho do carneiro, ou seja, este nome refere-se às características de quem é honrada, respeitada e protegida. O significado do nome *Dilma*, entre outros, aponta para a grandeza do mar. É assim que entendo a história de vida de Dilma Rousseff, a primeira mulher que assumiu a presidência no Brasil. Com ela, abriu-se uma nova possibilidade histórica para as mulheres brasileiras. Elas podem sim ser presidentas do Brasil. Mulheres são capazes, são inteligentes, são excelentes gestoras, são lutadoras, são sensíveis, são resilientes. A trajetória da presidenta do Brasil é tão grande e profunda quanto o mar. As ondas vão e voltam, mas nunca retornam iguais, sempre de forma diferente. Os golpes e as dores sofridas por ela a fizeram e fazem mais forte, corajosa, empoderada, emancipada; foi o golpe militar de 1964, a dor da doença do câncer e o recente golpe midiático, jurídico, patriarcal, classista, sexista de 2016. A trajetória de vida da mulher Dilma Rousseff marcará para sempre a nossa história de mulheres brasileiras, bem como a de um projeto de país chamado Brasil.

A história da primeira presidenta do país abriu possibilidades históricas para que as mulheres pudessem ter a certeza de que elas podem estar em todos os lugares, inclusive na presidência da república. A luta e os sonhos da construção de um país mais justo e igualitário não acabaram. Continua-se lutando e sonhando. Dilma mesmo afirmou, no dia 31 de março de 2017, quando se lembrou dos 53 anos da amarga história da ditadura militar no Brasil: “Vamos lutar contra o retrocesso e resistir pela democracia”.

Dilma é uma mulher honrada, respeitada e lutadora. Todo o processo de impeachment contra o seu governo ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dilma tem percorrido o

Brasil e visitado outros países denunciando o golpe perpetrado contra o seu governo democraticamente eleito, por mais de 54 milhões de votos. Ela tem afirmado corajosamente, de cabeça erguida, que a democracia necessita ser, urgentemente, retomada no Brasil. Direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores estão sendo retirados sem nenhum escrúpulo. É a luta contra o sistema neoliberal que não respeita leis trabalhistas, acordos ambientais, igualdade e justiça de gênero, educação pública em todos os níveis, entre outros ataques contra a vida digna.

O golpe contra o governo eleito democraticamente esconde uma mentira. As pessoas que foram às ruas pedindo o fim da corrupção, será que realmente a queriam? O Brasil guarda marcas profundas do seu tempo de colônia. O coronelismo não acabou e a meritocracia continua sendo um valor cultivado pelos grupos oligárquicos deste país. Existe uma elite branca, rica e ignorante que nunca de fato se preocupou com a justa distribuição da renda, bem como da criação de oportunidades para todos brasileiros e brasileiras. Quem se encontra nas prisões brasileiras são, em sua grande maioria, jovens negros na idade entre 17 e 21 anos. Eles/as também são as maiores vítimas dos homicídios¹.

Portanto, a “meritocracia” é uma invenção que a classe rica e branca, detentora de grandes áreas de terras, de ações bancárias, de meios de produção, e de outras riquezas criou para se manter no poder. A elite política e econômica do Brasil não conseguiu engolir que jovens negros e negras das periferias chegassem às universidades públicas deste país, que as empregadas domésticas fossem reconhecidas no trabalho que realizam, que pessoas pobres também pudessem viajar de avião, por exemplo. A mentalidade desta elite continua sendo escravocrata. Certamente, estes mesmos que tiraram o Brasil do seu trilho de desenvolvimento educacional, econômico, político e cultural responderão pelo “crime” que estão cometendo, pois agem contra a constituição brasileira, que defende a igualdade de todos os cidadãos e as cidadãs.

As atuais políticas estão jogando fora a perspectiva de futuro de um país com educação e saúde de qualidade. A terceirização irá levar à precarização do trabalho e a retirada de direitos dos tra-

1) WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasil: Flacso: Disponível em: <http://flacso.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2017.

balhadores e trabalhadoras. O estado mínimo é somente para os pobres, para a classe trabalhadora, pois há muitos grupos econômicos se beneficiando dos recursos públicos. A privatização levará o país a um passado de retrocessos de injustiças sociais, econômicas e culturais.

A luta por democracia que Dilma e muitas mulheres e homens brasileiros procuram novamente alcançar é a restauração da cidadania, isto é, a instalação de uma sociedade igualitária, justa, criativa e livre. Percebe-se que o golpe acirrou a tradição antidemocrática de perseguição àqueles e àquelas que criticam e buscam a liberdade de consciência e de expressão. Dilma é amiga do povo brasileiro e tem se mostrado eticamente responsável pelo restabelecimento daquilo que nos foi tirado, a democracia, direitos sociais.

Trago à memória uma fala da Dilma como resposta ao Senador Agripino Maia, do partido Democratas (DEM), quando da audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado, em maio de 2008. Dilma era, então, ministra da Casa Civil.

***Pergunta do senador José Agripino Maia (DEM):** A senhora mentiu na ditadura, mentirá aqui?*

***Resposta de Dilma Rousseff:** Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira.*

Eu tinha 19 anos, fiquei três anos na cadeia e fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para os seus interrogadores, compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade, diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso (aplausos) e isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho, e eu não estou falando de heróis.

Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, senador, porque aguentar a tortura é algo difícilimo, porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. Nós somos humanos, temos dor, e a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande senador, a dor é insuportável, o senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho de ter mentido, eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros, da mesma tortura e da morte.

Não tenho nenhum compromisso com a ditadura em termos de dizer a verdade. Eu estava num campo e eles estavam noutra e o que estava em questão era a minha vida e a de meus companheiros. E esse país, que transitou por tudo isso que transitou, que construiu a democracia, que permite que hoje eu esteja aqui, que permite que eu fale com os senhores, não tem a menor similaridade, esse diálogo aqui é o diálogo democrático. A oposição pode me fazer perguntas, eu vou poder responder, nós estamos em igualdade de condições humanas, materiais.

Nós não estamos num diálogo entre o meu pescoço e a forca, senador. Eu estou aqui num diálogo democrático, civilizado, e por isso eu acredito e respeito esse momento. Por isso, todas as vezes eu já vim aqui nessa comissão antes. Então, eu começo a minha fala dizendo isso, porque isso é o resgate desse processo que ocorreu no Brasil. Vou repetir mais uma vez:

Não há espaço para a verdade, e é isso que mata na ditadura. O que mata na ditadura é que não há espaço para a verdade porque não há espaço para a vida, senador. Porque algumas verdades, até as mais banais, podem conduzir à morte. É só errarem a mão no seu interrogatório.

E eu acredito, senador, que nós estávamos em momentos diversos da nossa vida em 70. Eu asseguro pro senhor, eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, eu combati a ditadura militar, e disso eu tenho imenso orgulho.²

A resposta de Dilma deixa bem claro o que é ditadura e o que é democracia. Ditadura é o estado onde não se pode expressar a opinião, onde tudo é controlado, as palavras e inclusive os pensamentos e os movimentos. “Na ditadura não há espaço para a verdade, porque não há espaço para a vida”. Ela também afirmou: “mentir na tortura não é fácil”, pois para se livrar do sofrimento, facilmente se entregam pessoas. Dilma aguentou a prisão, a tortura, a dor e o sofrimento. Salvou companheiros e companheiras para que não passassem pelo mesmo sofrimento. Na ditadura, na dor da tortura, saber calar é um grande sinal de resistência, de amor, de sororidade, de companheirismo.

2) Extraído da Redação Pragmatismo Político. *Dois momentos emblemáticos de Dilma contra a Ditadura*. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br>. Acesso em: 15 de mar 2017.

Dilma foi companheira, aguentou muitos tipos de tortura, foi resistente, e, assim, repartiu com todos nós o pão da esperança de um país democrático. Na democracia, no entanto, fala-se a verdade. Na democracia, deve-se estar em pé de igualdade. Vive-se em igualdade de condições humanas. Democracia está, estritamente, ligada com a liberdade de expressão. Um país democrático é um país civilizado. As lutas por um país democrático, civilizado, que abandonou o seu estado de colônia, alcançou o seu estado de maioria, no entanto, fazem parte das lutas cotidianas das pessoas críticas e conscientes do Brasil.

O segundo golpe foi registrado no domingo do dia 17 de abril de 2016 e será sempre lembrado como o dia mais vergonhoso da Câmara dos Deputados. A maioria votou a favor do impeachment, sob a falsa alegação de crime de responsabilidade. Tu não aceitastes a imposição de Cunha e de outros políticos corruptos. Aqueles que usurparam o poder irão pagar por seus crimes.

No entanto, a resistência ao golpe está em movimento, pois a esperança da construção de um país livre continua levando milhares de pessoas às ruas do Brasil. Nesse sentido, as falas e ações de Dilma demonstram uma grande responsabilidade. Em nenhum momento, ela deixou de alertar a população sobre o significado do golpe. Ainda hoje procuram te acusar de atos ilícitos, mas não existem provas. Os golpes que Dilma sofreu como pessoa, mas que também o Brasil sofreu têm características diferentes, mas são terríveis da mesma forma, pois de tempos em tempos, a democracia está ameaçada.

Resistência, responsabilidade, ética são marcas da vida de Dilma que tem aflorado um sentimento muito forte nas mulheres, mas também em homens, que se denomina sororidade. O golpe não foi somente político, midiático e jurídico, mas patriarcal. Foram horríveis as palavras e as imagens articuladas e inventadas para depreciar a nossa Presidenta, denotando misoginia e machismo, frutos de uma sociedade hierarquizada por valores patriarcais masculinos. Uma verdadeira violência contra todas as mulheres. O desrespeito a Dilma, como mulher e presidenta, foi um desrespeito a todas nós, mulheres brasileiras. Diante desta realidade, registra-se a presença amiga e segura do advogado, o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Nele foi possível perceber a perspectiva de um novo homem (uma nova masculinidade) em meio a este Brasil coronelista,

machista e patriarcal. Ele chorou diante do inevitável julgamento do impeachment, da injustiça histórica cometida contra o teu mandato como presidenta da república, ele reforçou a tua honestidade e responsabilidade³.

Necessita-se crescer em sororidade. Sororidade é um conceito que foi recuperado com o movimento feminista. Essa palavra não existe nos dicionários brasileiros. Sororidade é derivada de *soeur*, do francês, cuja tradução é irmã. Como afirma, a antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de los Ríos:

*Sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva entre mulheres na busca por relações positivas e saudáveis, na construção de alianças existencial e política com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher. A sororidade é a consciência crítica sobre a misoginia e é o esforço tanto pessoal quanto coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres.*⁴

O sentido da sororidade é propiciar melhores condições de vida para as mulheres e derrubar muros. Sororidade, portanto, significa as mulheres reconhecerem-se como irmãs, amigas e solidárias nas lutas pelo bem viver. É uma palavra que, se vivida, produz sentimento potente que nasce no coração, numa relação profunda de solidariedade e compromisso na luta contra qualquer tipo de injustiça, sofrimento e violência. A sororidade faz com que as mulheres não se olhem como adversárias, mas como irmãs, que é a essência humana. É a compreensão de fazer parte do coletivo, da casa comum, deste mundo que habitamos. Viver a sororidade é saber que não se está sozinha. A vivência da sororidade busca a superação das muitas violências (simbólica, física, sexual, patrimonial, econômica, discriminatória, psicológica, entre outras) que as mulheres são submetidas.

3) MELO, Karine Melo, GONÇALVES; Carolina. *Cardozo chora ao sair do plenário: 'Nunca deixei de me emocionar diante da injustiça'*. Disponível em: <http://www.sul21.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2017.

4) DEFININDO SORORIDADE – Marcela Lagarde. Disponível em: <https://we.riseup.net>. Acesso em: 15 mar. 2017. (Texto adaptado por Maiara Moreira, Marcela Lagarde y de los Ríos. *Sororidad*. In: GAMBA, Susana Beatriz. *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: 2009).

Dilma, tu não estás sozinha, a tua dor, a tua resistência, a tua luta é a de todas nós, mulheres, que acreditamos num mundo onde a pessoa humana esteja no centro de uma sociedade democrática, emancipada, comprometida também com o esforço civilizatório do bem viver.

Num encontro das Margaridas de todo o Brasil, em 2015, terminaste a tua fala, dizendo:

Encerro com as palavras de um cantor, um cantor que canta o povo do nosso país. As palavras de Lenine, que descrevem muito bem a tarde de hoje e as decididas Margaridas de todo o Brasil, entre as quais eu me incluo. A música diz o seguinte: “Em noite – e eu vou traduzir em tarde – assim como esta, eu, cantando numa festa, ergo meu copo e celebro os bons momentos da vida. E nos maus da vida, eu envergo, mas não quebro”. Margaridas, nós podemos envergar, mas nós não quebramos. Nós seguimos em frente”.⁵

Eu termino este texto, em sororidade e respeito, Dilma, dizendo a ti: “nós podemos envergar, mas nós não quebramos”. Muito obrigada, pois inspiras-me e impulsionas-me a seguir em frente como mulher, junto com muitas outras mulheres, junto também contigo, Presidenta do Brasil, na certeza de que o mar é grande, profundo, às vezes perigoso, mas também belo, como a tua trajetória de vida. Dilma és tão grande e profunda quanto o mar!

Claudete Beise Ulrich

Doutora em Teologia pela Faculdades EST, com pos-doc em História – UFSC. Professora de Teologia na graduação e de Ciências da Religião na Pós-graduação na Faculdade Unida, Vitória-ES. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Religião, Gênero e Violência: Direitos Humanos” e da Cátedra de Teologia Pública e Estudos da Religião.

5) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante ato de encerramento da 5ª edição da Marcha das Margaridas – Brasília/DF. Estádio Mané Garrincha – Brasília/DF, 12 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

COM A PAZ DE UM LAGO E A FORÇA DE VULCÕES, DILMA

Desde os diversos pontos de nossa geografia latino-americana, desde América Central, nesta faixa estreita de terra que une nosso continente, sentimos em 2010 a profunda alegria de ver uma mulher na presidência do Brasil e, além disso, esta mulher trazia como vestimenta: caráter, coragem, uma mulher com uma história de luta pela democracia, uma sobrevivente das torturas da ditadura militar. Ela, a presidenta, encheu de orgulho a todos e todas aquelas que acreditamos que existem outros modelos de país, o qual foi tecendo dia a dia neste delicado contexto político que não lhe permitia governar.

Para ela, dedico estas linhas. Ela representa força, esperança, coragem, orgulho. Dilma Rousseff é uma mulher cujo exemplo é um sussurro ao ouvido: *Nós seres humanos levamos a dignidade profundamente aninhada em nossas vidas, de maneira que as experiências adversas transformam-se em aprendizagens, em novos modos de enfrentar as realidades humanas como a ambição, o egoísmo e as mentiras.*

Dilma, seu nome, em cada cúpula latino-americana, representou propostas de justiça, uma voz dissidente frente às propostas egoístas de acumulação pessoal ou de empresas transnacionais acostumadas ao enriquecimento pela exploração de riquezas de nosso continente.

Como mulher nicaraguense, senti-me representada por Dilma; sua luta incansável contra a violência de gênero, nos rostos multiformes com que se apresenta, é também nossa luta; em cada conquista alcançada em benefício das mulheres brasileiras, pude sentir sua coragem recheada de alegria de mulheres trabalhadoras, camponesas, educadoras, criativas, do Brasil. Eu, como muitas outras mulheres, fomos irradiadas com essa alegria porque significava a experiência de viver neste tempo de ambiguidades éticas, a retidão de uma mulher que soube se manter íntegra frente a um contexto nada favorável.

Como mulher, pude sentir as adversidades que devias vencer em cada ação que empreendias, em cada chegada, em cada saída de espaços historicamente ocupados pelo patriarcado, no qual a re-

ceita está desenhada para que as mulheres assumam esse modelo patriarcal de exercer o poder. Foste valente ao transgredir essa rota, entretanto tua transgressão foi penalizada com o golpe, um roubo à democracia brasileira, um despojo de teu direito como mulher que representava a vontade da maioria.

O tempo não passou em vão, teus esforços articulados ao sonho de mulheres e homens do Brasil e de toda nossa América Latina seguiram germinando como a semente que está posta na terra na profunda escuridão, no entanto, vai gerando transformações, resistências, produzindo esperanças que se farão canções em nossas gargantas.

Blanca Cortés Robles

Mestra em Teologia Feminista. Atualmente é decana da Faculdade Evangélica de Estudos Teológicos (FEET) em Manágua, Nicarágua. Educadora nas áreas de pedagogia e gênero. Pastora Evangélica, membro da Associação de Igrejas de Cristo de Nicarágua.

RESSUSCITANDO-NOS NA SORORIDADE E CRIANDO RESISTÊNCIA COM A PRESIDENTA DILMA

Na vida das mulheres, há muita coisa que não entendemos e que acreditamos que merecemos uma explicação, mesmo que esta seja difícil de digerir. Após o processo de destituição (impeachment) da nossa Presidenta Dilma, muitas mulheres brasileiras e do mundo, ficamos com um nó na garganta e com uma indignação tremenda. Era inexplicável que a primeira mulher presidenta do Brasil, reeleita como Presidenta com mais de 54 milhões de votos fosse destituída de seu cargo de presidenta.

O jogo político, apoiado por uma cultura machista, patriarcal e misógina, foi nefasto. Com dor, assistíamos como se justificava e se dava aval à violência para com nossa Presidenta Dilma, tão somente por ser mulher. Ao ver que a maioria dos que votaram a favor de tirá-la do poder invocaram a Deus ou a Cristo, as suas próprias esposas e filhos/as e, por suposto, o etéreo melhor futuro para nosso Brasil para justificar seus votos, não somente gerou em nós indignação, senão raiva, impotência e desesperança.

Sabíamos que o governo da primeira mulher no Brasil, como em qualquer outro país do mundo, não seria fácil, e ainda sabendo de todas as armadilhas e violências invisíveis do patriarcalismo que enfrentam as mulheres nas diferentes lideranças, sonhávamos com a Presidenta Dilma que seria possível o governo de uma mulher. Sonhávamos coletivamente que seria possível dar passos em direção a uma sociedade mais justa e solidária, com igualdade, paz, liberdade e justiça, ainda mais remando contracorrente ao sistema capitalista neoliberal.

Diante desse sonho, ao conhecer o resultado do impeachment, foi inevitável não chorar com a Presidenta Dilma. Ficou claríssimo para nós que nossas sociedades têm problemas e dificuldades com a participação das mulheres na liderança política e nos cargos de poder. O corpo ferido e cansado da Presidenta Dilma era e é nosso próprio corpo sofredor e enfermo por tanta violência cotidiana e invisível em nossas vidas e em nosso caminhar como mulheres.

A partir de nossos gritos de indignação, de nossos corpos cansados, buscamos nos levantar e construir resistência frente ao vivido com a convicção de que não estamos dispostas a tolerar mais violências e exclusões, já não mais impeachments, sustentados por uma cultura patriarcal e misógina. Como nos recuperar de nosso cansaço, como nos erguer das tantas vezes que nos matam por sermos mulheres?

A “sororidade/sororidad/soridad/sisterhood: pacto político de gênero entre mulheres” abre-nos caminhos para a recuperação de nossos cansaços, de nosso valor e de nossa dignidade diminuída pelo fato de sermos mulheres. “A sororidade tem um princípio de reciprocidade que potencializa a diversidade. Implica compartilhar recursos, tarefas, ações, êxitos... Reconhecer o igual valor que está baseado em reconhecer a condição humana de todas” (Política feminista de la sororidad. Mujeres en red, periódico feminista, <http://www.mujaeresenred.net>).

Na cultura de violência crescente em que vivemos e no mundo cada vez mais fragmentado, violência e fragmentação refletida no impeachment da Presidenta Dilma, acreditamos que nossas palavras como mulheres e nossa sororidade tem poder para ressuscitar-nos, para recuperar-nos de nossos cansaços e voltar a caminhar transformando e rompendo os silêncios que hoje querem paralisar nossos sonhos e lutas.

Expresso minha sororidade para com a Presidenta Dilma, agradeço a Deus pela sua liderança, pelo seu grande aporte como mulher Presidenta de construir uma sociedade brasileira aonde a dignidade humana, em especial das mulheres, da população afro-descendente, dos povos originários, das minorias sexuais, seja um valor transversal nas políticas públicas.

Querida Presidenta Dilma, toda nossa sororidade, conta conosco para enfrentar a misoginia que tivestes que viver como Presidenta, misoginia que é um grave problema na liderança das mulheres, e tanto dano causa aos processos democráticos. Contigo somos desafiadas a assumir uma responsabilidade sororal de construir processos políticos que empoderam as mulheres e logrem desconstruir a misoginia e os modelos patriarcais que invisibilizam a participação e a liderança das mulheres.

Apesar do cansaço, continuamos acreditando que é possível alcançar este sonho coletivo de uma nova sociedade, na qual nossos

direitos e nossa autonomia sejam respeitados nos diferentes espaços. A sororidade entre nós abre um espaço insuspeitado de resistência, no qual podemos sonhar, trabalhar, crer, chorar e celebrar. Isso nos permite levantar e resistir frente a esta cultura de violência machista e patriarcal, que não só retira as mulheres dos cargos de poder, senão que dia a dia nos tira a vida, pelo simples fato de sermos mulheres.

Canta María Elena Walsh: “tantas veces me mataron, tantas veces me morí, sin embargo estoy aquí resucitando”. Presidenta Dilma, quisieron te matar con o impeachment, como tantas veces nos matam. Mas não estás sozinha, “a la hora del naufragio y la de la oscuridad alguien te rescatará”. Somos sobreviventes, como canta María Elena Walsh, seguiremos “cantando al sol como la cigarra, después de un año bajo la tierra, igual que sobreviviente, que vuelve de la guerra” (*La Cigarra*, María Elena Walsh).

Em sororidade, seguimos ressuscitando-nos e cantando uma e outra vez debaixo do sol para fazer visível e instalar em nossas sociedades a igualdade de direitos que faz possível uma sociedade mais justa e solidária, com igualdade, paz, liberdade e justiça para todos e todas.

Izani Bruch

Brasileira, residente no Chile há 24 anos. Teóloga e Pastora no ministério pastoral da Congregação O Bom Samaritano da Igreja Evangélica Luterana no Chile. Mestre em Teologia Prática. Ex-Bispa da Igreja Evangélica Luterana no Chile. Mãe de um filho e uma filha, esposa e feminista.

AS DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DOS ENCONTROS COM DILMA ROUSSEFF

Primeiro encontro: diálogo com os movimentos sociais

Esse primeiro encontro foi especial. Dilma nos recebeu no Palácio da Alvorada para dialogar. A pauta conosco foi “em defesa da democracia, contra o retrocesso e por mais direitos para a classe trabalhadora”. “Nós somos todos construtores da democracia e iremos às ruas juntos nesta trincheira” – foi com esta frase que começou a fala do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Freitas. Dilma ouviu a tod@s, aos Movimentos ali presentes. O objetivo era estabelecer um processo de diálogo com os movimentos que tenham compromisso com a democracia, desenvolvimento do país, que garanta mais justiça e igualdade social. O encontro aconteceu num momento da política brasileira em que a classe trabalhadora sofre uma ofensiva intolerante e preconceituosa da direita e dos setores mais conservadores. Dentre as ofensivas, destacam-se as tentativas de retiradas de direitos, criminalização das manifestações populares, mudança nas partilhas do pré-sal, ajuste fiscal, aumento de juros e uma antirreforma política, que afasta, ainda mais, as chances de jovens, mulheres e da camada mais popular da sociedade de chegarem ao poder. Essas pautas estavam sendo demandadas pelas classes populares.

Nós, mulheres e jovens, fizemos, por diversas vezes, coro de protesto gritando “Fora Cunha” e pedindo por mais direitos para as mulheres. Em vários momentos, o coro de mulheres e jovens reafirmou o apoio à primeira mulher na frente do poder.

Dilma dialoga com os movimentos¹

A presidenta começou o diálogo citando o projeto popular que governa o país nos últimos 12 anos, lembrou a importância da força dos movimentos populares nas conquistas dos programas sociais

1) Para escrita desse fragmento nos utilizamos de informações contidas na página <http://sindicimicapr.org.br>.

e reafirmou o compromisso com a classe trabalhadora. Entretanto, pediu que não julgassem seu governo com menos de um ano do segundo mandato. “Em 2018, no fim do mandato, é que teremos mais subsídios para avaliar o meu governo. Fizemos um pedaço, mas falta muito que fazer”, disse ela. Sua ideia não aconteceu, pois sofreu o golpe antes do final de 2016. “Não tem como não dizer que estamos passando por um momento difícil na economia, mas estamos fazendo um grande esforço para mudar essa realidade” (14 de agosto de 2015), afirmou Dilma. Ela disse que estávamos vivendo uma travessia, mas garantiu que seria sem retrocessos nas políticas sociais. Não é ao que assistimos hoje depois de sua saída em razão do golpe na presidência do Brasil.

A presidenta garantiu, naquele momento, que iria tomar todas as medidas para que o país voltasse a crescer, o mais rápido possível. Ela informava o lançamento, para setembro, de uma versão mais avançada do Programa *Minha Casa Minha Vida* 3. Dilma também se comprometeu com o aumento do acesso à educação no país, por meio dos programas de governo para os jovens. Citou o *Mais Médicos* que, em 2015, atendia a mais de 63 milhões de brasileiros e brasileiras garantindo a atenção básica de saúde.

Dilma garantiu que a lei de partilha não seria modificada, pois entendia o papel da Petrobrás na educação do país. “Os royalties destinados à educação são fundamentais, porque tivemos a preocupação de transformar essa riqueza finita em uma riqueza maior, que é a formação das pessoas. Enquanto eu for presidenta vou lutar com todas as minhas forças para manter a lei de partilha”, destacou Dilma.

Sobre a onda conservadora, Dilma lembrou que viveu na ditadura e que lutar por qualquer justiça era e é ser taxada de subversiva. “Não defenderei nada contrário à manifestação. Eu tenho que ter lealdade à história da minha geração, à história dos que não sobreviveram e a dos que sobreviveram por acaso”, afirmou ela referindo-se à lei anticorrupção, aprovada recentemente na Câmara dos Deputados. Dilma mostrou sua indignação com a proposta de redução da maioria penal, dizendo que a juventude não era questão de polícia e lembrando que o encarceramento não dava resultado, mas que era necessário reprimir quadrilhas que usam jovens como escudo para o crime. Trouxe em sua fala dados relativos à violência contra as juventudes no Brasil. Citou o *Programa Juventude Viva* e

disse que defendia o *Programa Jovem Aprendiz* como contraponto a redução: “O jovem precisa estudar e ter oportunidade para crescer”! Finalmente, lembrou-se de outras conquistas importantes dos movimentos sociais: a valorização do salário mínimo e o marco civil da internet durante esse período. Um encontro de muitas aprendizagens e informações voltadas às conquistas das mulheres e da juventude, conquistas na educação, saúde e moradia – questões fundamentais para a democratização da sociedade.

Reafirmar esses compromissos foi fundamental para os que estavam ali, mulheres e homens de luta. Não tenho dúvidas de que esse encontro trouxe a ideia de que precisamos sempre olhar a conjuntura por dentro, informar-nos sobre as ações que estão sendo realizadas, por isso a informação fiel é de muita importância para qualquer análise crítica.

Segundo encontro: mulheres: direitos e justiça – compromisso ecumênico

A tarde de ontem (19/12/2016) foi daquelas, como disse nossa companheira Cibele Kuss, “para fortalecer nossa resistência”. A gente tem uma estranha mania de ter fé na vida e costuma dizer que “é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre, quem traz no corpo essa marca”. E Dilma tem, tem a marca de uma mulher linda porque é de luta e resistência. Passar por torturas, por um câncer e depois por um golpe, além disso, por continuar feliz e por estar tranquila como estava, isso não é para qualquer pessoa, é para “Dilmão”. A análise de conjuntura feita pela Presidenta amplia-nos a consciência do momento atual que, não é nada fácil de compreender. Diferentemente das crises econômicas que são cíclicas: têm o começo, o meio e o fim. A crise política depende do florescimento de um novo grupo e de uma hegemonia para passar. A sensação que se tem é de que há um esgotamento de um ciclo econômico e de um ciclo político no Brasil. Mas, segundo a presidenta, “já apareceram indícios da emergência ou formação de um novo ciclo”. Esse momento foi importante para nós, mulheres, com compromisso ecumênico para fortalecermos o diálogo inter-religioso que basear-se-á no respeito às diversas religiões e na negação de um fundamentalismo influenciado por alguns partidários, na sua maioria homens e brancos. É importante entendermos porque ele cresceu e cada vez mais ganha espaço em nossa sociedade. E nesse sentido a presidenta pediu muita cautela ao tratar dessa questão:

“nesta discussão sobre fundamentalismo religioso no Brasil, muitas vezes estamos colocando ‘no mesmo saco’ todas as pessoas evangélicas e todas as denominações evangélicas”. É preciso destacar que existe, também, uma diversidade entre essas denominações e uma diversidade dentro das próprias denominações. “Portanto, quando eu usar aqui a expressão fundamentalismo religioso, não estou me referindo a todas as pessoas evangélicas, ok?”. E não são apenas as pessoas evangélicas as fundamentalistas. O fundamentalismo pode ser encontrado em várias religiões e Dilma reconhece a contribuição que a religião tem para questões importantes. No espírito de Axé “irá chegar o novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E nesse dia as oprimidas numa só voz a liberdade irá cantar” acabamos mais um encontro afirmando que devemos continuar apostando mais em outras estratégias políticas-religiosas que dialoguem mais explicitamente com o campo das culturas religiosas. A nossa luta, nos últimos anos, via de regra, tem sido calcada na luta por questões institucionais e marcos legais, que são importantes, mas que, sozinhas, não acabarão com a homofobia, o racismo, a intolerância religiosa, a misoginia e o machismo².

Terceiro encontro: mulheres e meninas: reflexões e práticas educativas emancipatórias

Penso que de todos os convites que me chegam desse Brasil afora esse foi por demais especial. Encontrar a presidenta Dilma Rousseff novamente, escutá-la e ter a convicção de que, em uma alusão à poesia de Milton Nascimento, “Dilma, Dilma é um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta; uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do Planeta” foi espetacular. Sua presença dá força para continuarmos lutando pela nossa democracia constantemente ameaçada. O dia 31 de março de 1964 é um marco histórico para o Brasil porque marca o primeiro golpe, o golpe civil e militar no qual Dilma foi presa e torturada, por três anos, sem crime algum, apenas por lutar por democracia. Não diferente, no dia 31 de agosto de 2016 Dilma sofre o segundo golpe, este parlamentar. A presidenta afastada “foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais”, no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autoriza-

2) Porto Alegre, 19 de Dezembro de 2016. Link: https://www.youtube.com/watch?v=NwtDm_M9tEw.

ção do Congresso Nacional” (Folha de São Paulo, 31/08/16). Contudo, não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Interessante! Novamente não houve crime algum, houve golpe. Como a própria presidenta fala, existem aí dois elementos importantes: o primeiro “é porque eu sou mulher, não negociava em bares e muito menos negociava princípios, o atual presidente decorativo sabia disso”; o segundo é que, por muito tempo, não se teve um projeto para o Brasil e “nós estávamos mudando isso de forma gradual (10 anos), fizemos o melhor que podíamos diante de tantas controvérsias” (Rousseff, 2017)³. Diante de tal cenário, ainda distante da democracia (tendo-se em conta o desrespeito por 54 milhões de votos de brasileiros e brasileiras), nossa tarefa “queridas companheiras é a de continuar na luta para diminuirmos a enorme desigualdade que aqui existe, a principal entre homens e mulheres” (Rousseff, 2017). Os tempos estão difíceis, não só no Brasil, mas na América Latina; com a eleição de Trump, a América Latina redesenha-se em segundos e, com isso, nós, mulheres, precisamos ficar atentas porque a perversidade pode vir em maior grau. Nesse encontro amoroso, lilás com vermelho, Dilma encerra sua fala: “o golpe ainda não acabou, ele está em curso, vamos aproveitar esse momento para ampliar nossas consciências e nossa capacidade de luta” (Rousseff, 2017).

As aprendizagens continuam: Seminário Nacional de Educação e Gênero

Com essa tarefa de ir ampliando a consciência na luta e a de estarmos atentas, abrimos o II Seminário Nacional de Educação e Gênero, da Procuradoria Especial da Mulher de Porto Alegre, que ocorreu no dia 31 de março de 2017. Tendo como tema “A construção cultural imposta pelo patriarcado, legitima uma sociedade desigual e opressora, socialmente, economicamente e politicamente”, refletiu-se sobre a escola ser o principal equipamento de formação ideológica do Estado. Através dela, moldam-se corpos e mentes preconceituosos, reproduzindo a desigualdade e o preconceito de classe, etnia e gênero. Essa desigualdade gera violência e afeta diretamente mulheres e meninas.

Paulo Freire, em sua *Pedagogia da Autonomia*, afirma que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível e é esse direcio-

3) Fala da presidenta Dilma Rousseff no evento *Mulheres e Democracia* que aconteceu 30 de Março de 2017 na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre/RS.

namento que se busca quando se pensam educação para a mudança da condição das mulheres.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferida na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito, igualmente. “No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar”. (Freire. 1996, p. 77)

A educação para a mudança, portanto, é contra hegemônica e necessita ser feminista e libertária, um veículo de transformação, humanização e valorização das diversidades, buscando a igualdade de direitos e o respeito à vida de mulheres e meninas. Esse II Seminário Nacional aprofundou o debate sobre as políticas públicas que contribuem para construir a autonomia de mulheres e meninas e das práticas pedagógicas emancipatórias, capazes de desconstruir os estereótipos e superar a opressão e a desigualdade, tornando a Escola um espaço de transformação, através da produção de novos saberes e relações sociais igualitárias e libertárias. Nele, dedicamos um turno à apresentação de práticas educativas emancipatórias de mulheres e meninas, oportunizando o diálogo entre o conhecimento acadêmico e a prática pedagógica, somando esforços para a superação da desigualdade socialmente construída.

Pude, com muita amorosidade e escuta, participar dos muitos momentos de aprendizagens. Com isso digo da alegria que foi estar com Cibele Cheron, tratando da Pedagogia Feminista: Mulheres e Participação. Esse painel nos possibilitou pensar como, historicamente, as mulheres estiveram fora da escola e do trabalho formal, considerado produtivo pela sociedade capitalista. A educação de mulheres e meninas promove a igualdade e a justiça de gênero, fundamental para os desafios do século. Pesquisas mostram que investir em educação é a maior riqueza de um país; todavia, destaque-se, investir de forma igualitária. Podemos articular a reflexão da importância da apropriação do conhecimento formal como sendo a ferramenta que pode proporcionar às meninas educação e, futuramente, aumentar seus salários entre 10% e 20%; e com um ano a mais no ensino médio seus salários futuros teriam elevação entre 15% e 25%⁴. O ensino médio também oferece uma oportunidade valiosa

4) Dados do *Ejournal USA*, 2016.

para as meninas aprenderem comportamentos saudáveis. No Brasil, por exemplo, a AIDS dissemina-se duas vezes mais rápido entre meninas sem escolaridade. Em lugares onde o casamento infantil é uma norma aceita, propiciar aos familiares um incentivo tangível para manter suas filhas na escola, costuma ser o melhor meio de evitar essa prática nociva. As evidências são claras: quando mulheres e meninas têm escolarização, toda a sociedade se beneficia.

Enfim, as reflexões foram muitas, a partilha, os abraços, as alegrias e a sensação que estávamos no lugar certo. No momento (in) apropriado, todo esse pacote de perversidades do Michel Temer ataca diretamente a classe trabalhadora, principalmente mulheres e professoras. Meu agradecimento à vereadora Sofia Cavedon pela confiança, e a todas as gurias companheiras da luta nesse momento. Companheiras, “nós somos aquelas que trazemos no corpo a marca e a mania de ter fé na vida!”. Seguiremos em Marcha, até que todas sejamos livres!

Rita de Cássia Fraga Machado

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas (UEA/AM). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, trabalha com pesquisa e extensão por meio da metodologia da pesquisa-ação com Mulheres da Floresta Nacional de Tefé – Flona. É Educadora Popular.

DILMA, O GOLPE NOSSO E A MISOGINIA DE CADA DIA!

Este texto começou a ser escrito, de alguma maneira, no dia 17 de abril de 2016, especificamente com o voto 316¹ da transmissão “circense” que a Câmara dos Deputados do Brasil ofereceu de presente ao planeta. Ao estilo Kafka, com uma exacerbação do absurdo, aquela votação levou a sentir vergonha a todas as pessoas que, como costumava falar o companheiro Eduardo Galeano, ainda possuem essa glândula chamada consciência, glândula, infelizmente, muito atrofiada para outras.

O voto 316, foi a fala de um dos deputados, talvez representante do pior da espécie humana e do qual eu não gostaria nem de mencionar seu nome porque nem esse reconhecimento ele merece, no entanto, como este é um relato histórico não deve ser omitido. Jair Bolsonaro, batendo asas e com o peito insuflado (pela circunstancia) qual único galo num curral só de galinhas, trouxe à memória um outro macho dessa pior espécie que, no tempo da ditadura militar no Brasil, utilizava sádicos métodos de tortura especialmente com as mulheres, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ignominioso o de ontem, ainda muito mais ignominioso o de hoje que se atreve a louvá-lo, por sinal, perante as câmeras e em sessão solene. O de ontem e o de hoje são homens de “*estatura*” tão pequena que precisam gritar, ameaçar e até torturar a fim de esconder seu próprio medo. Sua espécie é a mais baixa em dignidade e a mais perigosa nas ações, porque sem sentido da ética e da responsabilidade não conhecem limites.

Mas eles não são os únicos violentos, machistas, misóginos e atroz, nem se encontra “essa espécie” unicamente concentrada nesta parte do planeta verde-amarela. Meses depois fiquei perplexa quando escutei o Sr. Juan Carlos Monedero², *Ex-secretário de Processo Constituinte e Programa de Podemos* na Espanha. O Sr. Monedero –

1) Plenário. Sessão Deliberativa 17/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com>, (6h:53m:19s).

2) Entrevista Clacso: Juan Carlos Monedero, politólogo, escritor, professor de Ciências Políticas na *Universidad Complutense de Madrid*. <http://www.clacso.tv>, (12m:58s).

justo numa excelente entrevista em que fala da necessidade da luta contra a ditadura financeira neste século XXI e na qual aponta como saída “fazer um chamado ao humano” – explicava com absoluta convicção a situação da política no Brasil dizendo: “... mas claro, se acontece como Dilma Rousseff que já não escutava a ninguém, que não se reunia com ninguém, que começou a se isolar... e logo desejas que esse povo saia para te defender?... quando aqueles com quem você estava se metendo na cama eram teus próprios verdugos...”. Tamanha misoginia nessa rasa e, também, parcial análise de conjuntura. *Metendo na cama...* impressionante a leitura e o julgamento que sempre é feito pela turma da “pintocracia”! Mais impressionante ainda se pensamos que esses também são os “parceiros”, os “companheiros de luta”. Na verdade, eles são aqueles que cometem outros tipos de feminicídios, são os que outorgam um outro tipo de morte para essa outra parte da humanidade chamada *mulheres* que, como bem coloca a filósofa e feminista espanhola Amélia Valcárcel, estão condenadas a viver no inferno desde que nascem pelo fato de ser mulheres³.

Por primeira vez uma presidenta no Brasil

No dia 13 de junho de 2010, Dilma Vana Rousseff é oficializada, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como candidata à eleição presidencial. E eu, estrangeira nessa terra, tive o privilégio de acompanhar o fato histórico da campanha, da eleição (em outubro do mesmo ano), e da reeleição (em outubro de 2014, depois de concluído o primeiro mandato). Por primeira vez uma presidenta no Brasil, mais uma mulher na presidência em Latino América e no mundo. De maneira especial para mim, cubana e feminista, isso significava outra pequena (ou grande) vitória da qual muito me orgulhava por estar fazendo parte.

Vitória a gente diz quando tem travado uma batalha, e falo de vitória, ou vitórias, com toda intenção, porque cada uma delas (2010 e 2014) foi precedida de processos de intensa luta. Com Dilma, e com sua história passada e recente, a teoria feminista, essa que vem desde as pioneiras, ganhou corpo e chão, transformando-se obrigatoriamente em práxis cotidiana. A história de Dilma, como candidata e logo presidenta, coloca a descoberto o significado que tem

3) VALCÁRCCEL, Amélia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQDM34iJleM>.

para uma mulher percorrer o trajeto da política, ocupar o espaço da política e, sobretudo, habitar o espaço da política, processo que representa um contínuo enfrentamento a todos os tipos de violências, assim como pessoas e estruturas tradicionalmente machistas e sexistas.

Dilma, nossa Presidenta, não chegou como resultado do acaso e sim da sua história de vida. Uma vida que se resume na luta incansável pela justiça e dignidade das pessoas, pela resistência constante, pela responsabilidade e coerência, pela força, seriedade e paixão com a qual se entrega e encara o cotidiano. Já fosse como Ministra de Minas e Energia ou como Chefa da Casa Civil, nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou em seus próprios governos como presidenta, Dilma deixa estampada na História do Brasil e do povo brasileiro uma série de fatos impossíveis de ser minimizados ou apagados, dentre eles destacamos: Por primeira vez o Brasil teve dez mulheres fazendo parte do alto escalão do governo federal; deu continuidade na implementação do Programa *Luz para Todos* (15 milhões de pessoas viviam em pleno século XXI ainda na escuridão); Garantiu o crescimento real do salário mínimo e os direitos trabalhistas; Sancionou a PEC das Empregadas Domésticas (2013); Deu continuidade ao programa *Minha Casa, Minha Vida* (6,8 milhões de famílias conseguiram ter sua casa própria entre 2009 e 2014); Garantiu a *Lei da Partilha* (2010 – assegurando que todo o petróleo brasileiro fosse do povo e não de empresas estrangeiras); Deu continuidade à criação de novas universidades federais; Criou *Ciências sem Fronteiras* (2011 – estudantes do Brasil tiveram a oportunidade de fazer, com bolsa, intercâmbio acadêmico em outros países); Aprovou a *Lei de Acesso à Informação* (2011); Sancionou o *Marco Civil da Internet* (2014); Criou o PRONATEC (2011 – proporcionando ao povo acesso ao ensino técnico e emprego) e deu continuidade ao *ProUni* e ao *FIES* (financiamento e bolsas de estudo para garantir o acesso de qualquer pessoa à universidade); Criou o *Mais Médicos* (2013 – levando atenção médica humanizada a lugares do Brasil nos quais o serviço de saúde era praticamente inexistente); Com a implementação do programa *Brasil sem Miséria* (2011), retirou o país do Mapa da Fome e, em quatro anos de execução, milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza; Sancionou no dia 9 de março de 2015 a *Lei do Feminicídio* (Lei 13.104/2015).

A eleição de uma presidenta, no entanto, não significa que as mulheres, social e culturalmente, tenham atingido o ápice de inclu-

são humanitária que por séculos lhes foi negada. Não significa que a cidadania tenha alcançado maturidade tal que demonstre com seu voto uma escolha coesa. Não significa, sequer, que a democracia esteja em seus melhores momentos. A eleição de Dilma, em 2014, e a eleição de deputados, senadores e governadores nesse mesmo dia, são a prova disso. Mesmo quando celebrada a vitória de que seu mandato tivesse continuidade, a pergunta que ficava nessa noite de acirrada disputa de votos era: com quem Dilma vai governar? Não havia coerência entre a escolha do Plano de Governo apresentado e as pessoas e partidos que deveriam dar suporte e cumprimento a esse plano desde os diferentes poderes. Por isso, foi possível posteriormente, apesar de todas as conquistas, aplicar o Golpe. A própria eleição já denotava a estratégia neoliberal que almejavam aplicar e que estava sendo “arquitetada” desde a campanha eleitoral com a ajuda da mídia, com o consentimento e apoio do que no Brasil se conhecia como a *Bancada BBB*, da Bíblia (evangélicos fundamentalistas), da Bala (que se opõem ao desarmamento) e do Boi (agronegócio) e, principalmente, com a camaradagem daqueles políticos e grandes empresários que estavam com processos de denúncia ou provas de corrupção e enriquecimento ilícito.

O Mundo, o Brasil e o Golpe

O projeto neoliberal que fica sintetizado na máxima: *Menos Estado e Mais Mercado* tinha se alastrado pelo mundo nas últimas décadas, deixando milhares de pessoas à margem da existência e, ao mesmo tempo, criando uma elite mundial cuja riqueza particular supera qualquer cifra que possa ser racionalmente pensada. Esse projeto neoliberal se ocupa e preocupa com a vida de poucos e condena à morte a grandes populações pelo fato de que discrimina, exclui, objetifica e coisifica as pessoas. O Brasil, com a proposta e ação de seus últimos três governos (Lula-Dilma), tinha ficado fora de muitos dos tentáculos neoliberais, um exemplo disso foi o pagamento da Dívida Externa que possibilitou a não dependência do Fundo Monetário Internacional, e, portanto, não ter que se submeter às imposições dessa instituição. Uma outra estratégia governamental, para fazer frente a essa barbárie mundial, foi a criação e articulação dos BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que representava uma outra forma de negociação e financiamento para o suporte e crescimento de países, principalmente aqueles em desenvolvimento.

A nova imagem e a estratégia seguida pelo Brasil aportavam ao continente latino-americano uma outra arquitetura e força. Muitos dos países do Sul tinham governos de corte popular e de esquerda e potente foi a articulação sul-americana durante quase uma década que conseguiu neutralizar a implementação da tão almejada ALCA estadunidense. Assim como também fomentou a criação, em 2008, da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), uma organização intergovernamental composta pelos doze estados da América do Sul e que integrou as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). América do Sul deixava de ser o tradicional “pátio descuidado” dos Estados Unidos, saía da subserviência e escrevia uma outra história muito mais autêntica e independente. No entanto, o império não descansa e tal atrevimento tinha que receber penalidade de alguma maneira. As questões, como de costume, são puramente econômicas e de mercado, pensemos no que representa a Amazônia e o Pré-Sal. Também conta a necessidade de que as velhas potências não deixem de sê-lo, de que essas velhas potências continuem sugando o resto do mundo. Por tudo isso, articula-se uma nova geopolítica e uma nova forma de subjugação: os golpes brandos.

Golpe Brando significa a quebra da democracia com o apoio dos poderes governamentais e das leis existentes, a não intervenção explícita das Forças Armadas e uma transformação do governo em resposta ao anseio do próprio povo que sai à rua, aparentemente, querendo mudanças. Todo um circo produzido, muito bem estudado e articulado (em quanto a tipos de ações e tempo de execução), que se potencializa com a ajuda irrestrita dos meios de comunicação. Isso aconteceu no Brasil, e, de uma hora para outra, uma Presidente que tinha altos índices de aprovação de seu mandato pelas ações implementadas em seu governo, fica sem respaldo da classe política (que inviabiliza a todo custo a gestão), é traída pelos partidos de coalisão (apelando hipocritamente a uma ética que nenhum deles tem e nem conhecem), e lhe aparece, quase como por magia, a revolta de uma parte do povo, antes feliz, que sai às ruas reclamando de tudo, exigindo mudanças imediatas e com uma organização que, no mínimo, assombra. Para quem estudou, acompanha e conhece a história deste continente sabe que se trata de um *velho truque com roupagem nova!*

Voltando ao dia 17 de abril de 2016, no qual o Brasil escutou e conheceu, sem máscaras, as pessoas que, escolhidas pelo voto, es-

tavam ocupando as cadeiras na Câmara – esse dia, em que aquelas pessoas “da glândula-consciência” assistiram perplexas e mergulhadas na dor por aquilo que parecia impossível de ser escutado; e que outras pessoas, desde suas residências ou das ruas, fizeram festa com similar estilo daquela que se formava na “Casa do Povo”, algo assim como uma Copa do Mundo na qual o time do Brasil está na final; ou mais uma edição do último capítulo de um *Big Brother*, ou um programa da Xuxa ou do Ratinho... que teve até lançamento de confetes porque era isso mesmo, uma festa! – afirmamos, com toda convicção, que esse foi o dia da ignomínia. E essa noite o Brasil dormiu, com sobressaltos, com pesadelos, com gemidos ou, talvez, com o efeito da bebida daquela celebração, mas dormiu. E, no dia seguinte, não saímos caminhando para Brasília...

Dilma, a misoginia explícita e a sororidade das mulheres

O tempo de espera entre a abertura do processo de impedimento e a sua efetivação no dia 31 de agosto do mesmo ano, é terreno fértil para a pesquisa feminista, porque o marionete-traidor, a partir do dia 18 de abril, despejou toda sua ira machista sobre Dilma, deixando – a quem era ainda presidenta – quase que em prisão domiciliar no próprio palácio do governo. Fazer uma pesquisa desse tempo, trazer à luz todas as proibições e excessos aos que Dilma foi exposta e submetida, bem vale uma tese cujo tema seja *a violência política contra a mulher*. Uma vez empossado, o usurpador, estendeu seu tapete curricular carregado de patriarcalismo e misoginia, escolheu um novo governo todo de machos, apresentou como modelo a seguir sua própria esposa: bela, recatada e do lar, e presenteou, no dia 8 de março de 2017, às mulheres brasileiras com um retrogrado discurso, para nada ignorante ou ingênuo, em que as convidava a voltar à toca, a serem, de novo, “fantasmas do lar”, sempre a serviço e serviço, mormente, voluntário.

Aumentou muito a repressão no Brasil, não mais se precisava do diálogo democrático, as argumentações começaram a chegar carregadas de sofismo, com violência extrema passou-se a punir os protestos. Deu-se seguimento à estratégia da compra de votos para aprovação das reformas neoliberais, estratégia instaurada, mas não inaugurada, para garantir maioria naquela noite da votação da Câmara. E o Brasil presenciou o desmonte, a passos agigantados, do que, com muito suor, tinham sido conquistas democráticas, direitos sociais e políticas públicas. E a impunidade virou normalidade,

voltamos ao tempo das indulgências, agora leigas: você paga e tudo pode ser esquecido e perdoado! Faculdades de renome estão sem recursos ou fechando suas portas; um sistema único de saúde cada vez mais sucateado; desemprego em aumento; seres humanos moradores das ruas sendo despejados dos grandes centros metropolitanos por higienização; as Secretarias das Mulheres fechando ou sendo realocadas em “outras secretarias” (com tudo o que esse desmonte implica no caso específico da violência contra a mulher e a implementação das leis que fazem contraponto a essa situação); muitos dos Programas dos últimos governos encontram-se em processo de extinção... Esses, e vários outros, são os desdobramentos do Golpe. São a implantação das mirabolantes propostas do *Projeto Ponte para o Futuro* de quem se senta atualmente na cadeira presidencial deste país, projeto subserviente ao neoliberalismo de mercado.

Sororidade é pacto, pacto entre mulheres-irmãs de todas as latitudes que se sabem e se reconhecem numa mesma condição social e cultural, condição perversa, que tira a possibilidade de que sejamos sujeitas de nossa história, que tira nossa vida, nossa humanidade e dignidade. Sororidade é pacto dessas mulheres com as tantas outras, ainda que estas últimas não se reconheçam nessa condição de opressão. Sororidade é pacto de libertação *entre e com* todas as mulheres! É transgressão, é resistência em comum-união! Assim temos estado juntas com Dilma em sororidade, nas campanhas, nas eleições, no desenvolvimento de seus governos, mas principalmente no tempo em que se arquitetava o Golpe e depois que, de maneira vil, ele foi consumado. Juntas e comprometidas com que não se esqueça, com que não se torne passado. Juntas e comprometidas em resistir lutando de dissímeis maneiras e com variadas estratégias: desde os movimentos sociais, pautando a academia, com a criação e participação nos grupos ou comitês da cidadania pela Anulação do Impedimento etc.

O Golpe é nosso! Cada pessoa que votou pelo projeto apresentado e ganhador na eleição de 2014 recebeu o Golpe conjuntamente com a Presidenta Dilma. Compactuar com o Golpe é deixar condenada ao silêncio e ao esquecimento a votação não respeitada, a democracia estuprada e a presidenta injustiçada. O ano de 2016 não acabou para o Brasil... e como muitas pessoas e movimentos afirmam: Lutar pela volta da Dilma constitui um imperativo ético.

No voto 316, falou-se de “pavor”; como tantas outras frases ditas pelo deputado, essa palavra chegou sem fundamento. Se nossa

Dilma sentisse “pavor” daquele coronelzinho não tivesse chegado à política, não tivesse chegado aos ministérios, não tivesse chegado a chefiar a Casa Civil, não tivesse chegado à Presidência, não estivesse hoje recorrendo o Brasil e o mundo denunciando o Golpe. Você, deputado, fez alusão ao “pavor” porque você, realmente, não a conhece. Dilma Vana Rousseff é mulher de outra estirpe, daquela que não teme e que jamais quebra.

Justiça seja feita a quem sem crime foi declarada culpada por bandidos! Volta Dilma! Volta Democracia!

Nivia Ivette Núñez de la Paz

Doutora, mestra e licenciada em Teologia. Realiza pesquisa pós-doutoral na Faculdades EST, com bolsa CAPES (PNPD). Suas áreas de pesquisa e ação são: teologia feminista, feminismos, violência contra as mulheres, interculturalidade, ética e direitos humanos.

VOLTA DILMA, VOLTA DEMOCRACIA!

Escrevo esse texto muito conectada com a espiritualidade que me rodeia e que está aqui, inquieta no meu peito. É tempo de quaresma, em alguns dias faremos a memória da prisão, tortura, humilhação e crucificação de Cristo. O projeto de sociedade participativa, plural e democrática, que um grande coletivo que caminhava com ele construiu, vivenciou e defendeu com dignidade, ternura e articulação política, foi atacado com o golpe do império romano.

Sou pastora luterana, teóloga feminista e o momento litúrgico cristão em que penso sobre o que sinto em tempos de um estado de exceção, em que uma Presidenta é atacada por um sistema político machista e capitalista, traz muito sentido à reflexão que compartilho com você, Presidenta Dilma, e com tantas companheiras e companheiros que lutam pela democracia e por mudanças profundas na forma como a política funciona em nosso país.

Ouvi recentemente de uma querida amiga e colega pastora, indigenista e também teóloga feminista, Renate Gierus, a seguinte conceituação de quaresma:

quaresma significa gritar, significa medo, significa a chegada de Deus a um mundo de dor, sofrimento, ameaças, violências, injustiças. Significa crer que o sofrimento de Jesus dá testemunho da dor que Deus sente diante do sofrimento humano, quaresma significa escuridão, significa o gemido da natureza, e o das crianças. Sim, das crianças, tão carentes de atenção, de cuidados, de políticas públicas, de educação, de respeito por sua cultura e seu modo de vida. Cadê a nossa presença ao lado delas? É preciso urgentemente nos abrir e reconhecer a necessidade de mudanças profundas na relação com as crianças em geral, e com as crianças indígenas em particular.

Desde 2013 temos vivido um longo e interminável tempo de tortura e crucificação de nossos ideais e projetos de *bem viver* conquistados com as lutas de muita gente que, como a Dilma, rasgaram seus corações valentes e sensíveis em nome de um projeto coletivo para o nosso país. Em muitos momentos nesses últimos quatro anos, nós gritamos o medo e a revolta do golpe, que acabou se concretizando em 2016 e que ainda está em curso a cada dia em que as

conquistas de trabalhadoras e trabalhadores são retiradas, a infância é violentada para que não tenha futuro, política pública.

São golpes dentro de um golpe misógino que revelou de forma explícita que a nossa política é pautada pelo poder econômico das elites conservadoras brasileiras.

Estamos atravessando um tempo de aprofundamento de poderes violentos, que são adultocêntricos, fundamentalistas, patriarcais e brancos, em que as crianças e adolescentes assassinadas pela política de guerra às drogas do atual governo federal golpista revelam a intencionalidade de um projeto político fascista genocida para a infância e a adolescência, no presente e com consequências nefastas para o nosso futuro.

Mata-se cada vez mais, mais e mais o povo negro nas periferias, comunidades quilombolas e indígenas em nome de um projeto de país que crucifica o povo pobre e sacraliza as elites no altar do capitalismo. O atual governo não quer mulher pobre e negra na escola e na universidade porque não quer ela no parlamento, afinal, ela pode vir a se tornar uma presidenta. Não há um projeto político para o nascer e o bem viver no Brasil. É uma crucificação de nossas vidas e direitos.

O aprofundamento abismal nos últimos três anos das violências contra crianças e adolescentes é revelador da existência de um genocídio contra o futuro, a esperança, o horizonte que sempre precisa olhar na perspectiva da ampla participação política a partir das diversidades étnicas de um país.

O profeta Joel grita nesse tempo de quaresma. Rasguem seus corações e não as suas roupas. Rasgar a roupa é fácil e rápido. E foi exatamente assim que os homens fascistas no Congresso e no Senado rasgaram a nossa Carta Magna e suas roupas caras compradas em nome do Seu Deus, Sua Família e Sua Propriedade. Rasgaram roupas, protagonizando cenas de aparências, de uma comoção vergonhosa vestida com as roupas do golpe parlamentar, financiada pelo capitalismo. Vida política de aparências e conciliação entre as elites.

A rasgação de roupas é simbólica nas declarações de voto favoráveis ao impeachment da presidenta Dilma. Parlamentares que sempre viveram de aparências, sem nenhuma profundidade política e ética, em sua maioria homens brancos e velhos acostumados a reti-

rar direitos do prato das crianças de colo. A cena política partidária brasileira majoritariamente é formada por grupos que rasgam roupas, direitos e a nossa Constituição. Grupos que jamais rasgariam seus corações pela democracia e pelos direitos do povo brasileiro.

Poucas pessoas em nosso país rasgaram corações em nome de um projeto de país democrático, com direitos. Presidenta Dilma Rousseff, você é uma mulher que rasgou seu coração com muita verdade, sinceridade e sabedoria. Optou por um mandato sem falsas aparências. É uma mulher de afirmações contundentes, que não negocia os nossos direitos nos bares regados à política patriarcal que rege o nosso sistema político. Uma companheira que debate as potências e as limitações de seu partido e seu mandato. Em dezembro de 2016, a Presidenta Dilma encontrou-se, em Porto Alegre, com mulheres de coletivos ecumênicos e inter-religiosos e como uma profeta nos alertou que o golpe estava apenas começando, que precisávamos ficar alertas e organizar a força popular.

Em 2016, revivemos a quaresma das violências de uma ditadura que nunca terminou. Fomos apedrejadas a cada palavra de ódio desferida contra a Dilma e a democracia. Com os corações rasgados, pegamos essas pedras no ar e na roda da sororidade começamos a forçar os sinais de insurreições e ressurreição em defesa dos direitos, em defesa do mandato da nossa presidenta, primeira mulher eleita por 54 milhões de votos. O Volta Dilma é o nosso mantra, discurso político e poesia.

Continuamos repetindo e clamando “Volta Dilma – Anula STF” porque nosso voto é legítimo e o impeachment foi um crime e uma violência contra nós todas e todos. Volta Dilma porque precisamos de estabilidade política que esse governo golpista não tem e nem tem como ter porque não conta com o respeito e credibilidade nacional e internacional. Suas reformas representam seu ódio ao povo e seus direitos, suas tentativas de desnacionalizar a economia escancaram que serve ao capital internacional e à burguesia brasileira que se alimenta da destruição da previdência e dos direitos trabalhistas.

Por dentro da esquerda e seus partidos políticos, o discurso hegemônico são as eleições de 2018. Por nossas entranhas de mulheres de esquerda, o sopro que forma palavras em nossos pulmões continua exigindo justiça e reparação, dizendo e repetindo Volta Dilma! Também a justiça terá que ser feita em diálogos com nossos compa-

nheiros de esquerda igualmente tomados pelos podres poderes que se calaram e viraram as costas para a nossa Presidenta.

O impacto do golpe parlamentar na vida das mulheres foi imediato, sentimos na carne toda a misoginia política, partidária, cultural e religiosa que vinha sendo vivida pela Presidenta Dilma desde o primeiro dia de seu primeiro mandato. O ciclo da violência contra as mulheres afeta a todas, a trabalhadora na fábrica e a Presidenta da República. Conhecemos esses golpes, mas nunca nos acostumamos. É sempre uma violência impiedosa articulada pelo poder de quem controla os recursos e os discursos. Essa violência é também concretizada quando muitos companheiros abandonaram a luta legítima do Volta Dilma. Somos nós mulheres tocando nossas pautas. Como bem atesta a canção de César Teixeira, *“E quem nos ajudará a não ser a própria gente, pois hoje não se consente esperar...”* Por isso, nossos corações rasgados há muitas luas na luta contra o patriarcalismo não se renderão e nós não esqueceremos.

As memórias de injustiças e violências somente serão curadas a partir da verdade e da reparação. Também tão somente serão curadas quando as estruturas políticas forem decolonizadas do poder econômico e patriarcal. Enquanto buscamos a justiça e a verdade, sentimos a força que emana de nossas rodas sorórias e solidárias em que muitas mulheres se conectam pela democracia que queremos e sonhamos. Uma democracia para todas as pessoas e todas as florestas, para os povos indígenas, quilombola, negro, para todas as comunidades e povos tradicionais, para os biomas em todos os estados. Quando gritamos Volta Dilma, afirmamos Fora Capitalismo! Fora Racismo! Fora Fundamentalismos! Fora Patriarcalismo! Fora LGBTfobias!

Não esqueceremos e não nos renderemos ao esquecimento, nossas histórias e memórias de resistência ao golpe se fortalecem nos diálogos nacionais e internacionais em que a Presidenta Dilma corajosamente denuncia o Golpe e seus autores que colocaram o Brasil e a Democracia em profunda e aguda instabilidade política. Continuamos em rodas circulares de apoio e fortalecimento de nossas histórias de mulheres brasileiras lutando, rasgando corações e construindo os mecanismos de justiça e reparação para todas as companheiras afetadas pelos golpistas. Volta Dilma! Tua resistência é a nossa Páscoa. Os nossos corações rasgados continuam firmes na luta pela democracia e poder popular. Não esqueceremos!

Cibele Kuss

Teóloga. Pastora Luterana. Secretária Executiva da Fundação Luterana de Diaconia, Porto Alegre/RS. Atuou por 13 anos na Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Belém e foi, de 2007 a 2011, ouvidora do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará.

UMA MANHÃ DE SÁBADO, EM 15 DE JULHO

Olhando hoje, foi tudo muito rápido.

O primeiro protesto, a primeira ofensa, a injúria, a repetida injustiça.

Ela está firme como uma rocha, despachando preocupação com o próximo.

Está aqui à minha frente. Sua voz firme e determinada provoca-me o silêncio e convida-me à atenção.

Passeio os olhos em seus pensamentos. Suas ideias são claras. Um olhar atento em nós revela a preciosidade do tempo que temos.

Ouçó. Compreendo o que é dito e o que nem foi falado. Assisto sua interação com quem lhe quer bem. Ela quer bem a todos.

– Todos querem bem à senhora!

Havia simplicidade naquela casa. Havia sensibilidade e dedicação em tudo que era posto à mesa.

Nosso país corre perigo. O futuro corre perigo.

Ela fala do futuro. Nós temos pressa pro futuro e o futuro tem pressa agora.

Assim que Dilma abriu a porta para que entrássemos, o tempo parou. Um universo possível abriu-se. Ali havia consciência democrática, política, relação humana. Havia esperança e a honesta interação de uma presidenta e o povo do seu país. Ali findava o Estado de Exceção e a vista vislumbrava um horizonte possível, perto da praia.

Na antessala, as fotos originais de família. A menina que se tornou a primeira presidenta do seu país.

Um retrato em destaque na parede chama-me a atenção. Inédita pra mim, a imagem parecia tão recente que aquela mulher à minha frente e a da parede eram perfeitas.

Em um apartamento de classe média, meus olhos estão vendo uma presidenta que o meu país desconhece. Amor à primeira vista, seria o dia desse encontro.

– Ela é gente como a gente.

Ela é gente extraordinária como a nossa gente é.

Contemplo a água batendo nas pedras, moldando as pedras, tornando, pacientemente, o que era ponta em curva.

O céu azul de doer os olhos, à sombra das castanheiras, meu pensamento ultrapassa a linha do horizonte pra muito além do mar de Ipanema.

Nossa terra linda e abençoada!

O que estão fazendo com ela?

Pra onde estão levando ela?

Nossa gente tenta cumprir a rotina sem felicidade.

O que a gente se pergunta, quando perde o medo de olhar no olho, é se tem jeito pra injustiça.

Injustiça é uma pena dura para quem sofre e para quem assiste.

Estamos em estado de choque.

Injustiçados sobem e descem as ruas, os elevadores, escadas dos metrô. Injustiçados pendurados em janelas, andaimes. Injustiçados sem direitos básicos. Indignados com os direitos perdidos. Indignados com filhos no colo, temendo entregá-los ao mundo.

Estamos todos em estado de indignação e adoecendo com um sentimento profundo de injustiça.

Somos todos iguais. Igualmente injustiçados. Uns sentenciados mais rapidamente, para servir de exemplo.

Que Silva terá coragem de sonhar país melhor?

Qual mulher se dará a tamanho sacrifício e ingratidão?

As mulheres estão na guerra.

A mulher sabe no corpo a dor da injustiça. Condenada, desde o nascimento, a ter menos direitos, sabe que a moeda para cada pequena conquista é a luta.

A mulher brasileira lutou muito para chegar aonde chegou.

A mulher é de luta.

E não desistiu.

Formou frentes de resistência no Brasil e no mundo, exigindo que a injustiça fosse reparada. Promoveu manifestações, saiu à caça de milhões de assinaturas, bateu nas portas dos tribunais do Brasil e do mundo e não deixou a palavra “golpe” entrar em desuso.

A mulher sapiens ousa tentar o que ninguém jamais arriscou – vencer um golpe.

E se mobiliza.

Bota a boca nas redes, corre às ruas, corre o mundo e denuncia: “Impeachment, sem crime, é golpe!”.

Em Amsterdã, as mulheres diziam:

– É o que eu sempre disse: Dilma tem que voltar.

Em Paris, jovens em busca de inspiração para a luta...

– Preciso ver Dilma!

Em Zurique, as mulheres falavam dela com empatia, respeito e admiração.

– Essa mulher é uma guerreira!

Sabem bem de luta, as mulheres brasileiras que enfrentam o machismo do primeiro ao quinto mundo.

No Brasil, Europa e nos Estados Unidos, as brasileiras estão mobilizando o planeta.

Denunciando o golpe de Estado, denunciando a corrupção no Estado de Direito, denunciando o abuso, a arbitrariedade, a inconstitucionalidade, defendendo a soberania, a democracia, o direito humano.

O papel da mulher na luta contra o golpe de 2016 é essencial. A mulher não aceita injustiça, violência, desigualdade e vai à luta.

Capitalismo X Direitos Humanos – é a luta deste século e dos outros que já passaram. Com mais da metade da população mundial explorada, é da mulher o protagonismo desta batalha humana que urge por vitória.

Quem merece sobreviver? Quem quer lutar?

A política é uma disputa entre quem enxerga mais longe.

Dilma enxerga longe e vê a saída. O povo brasileiro enxerga longe e não vê.

Que Brasil será construído quando se arranca de uma nação a dignidade?

Que Democracia construiremos com a injustiça?

O futuro está ao alcance dos nossos olhos e à vista de mentes determinadas, corajosas, amorosas e inteligentes.

Até aquele bate-papo com café, muito havia se perdido no país e muita resistência havia sido criada nas ruas. Já eram milhares de mulheres com Dilma.

– Vamos derrotar o golpe!

A sala que se encheu de presentes, presenças e histórias, relatos políticos e conselhos para o futuro deste país, vai ficando para trás.

Naquele apartamento, uma vida real e humana quer de mim que eu enxergue uma força extraordinária em cada um de nós e que divida o que eu vi aqui fora.

Com as mulheres soberanas e com os filhos soberanos delas.

Malu Aires

Compositora, Intérprete e performer.

Para que não se esqueça...

COMO VOTARAM OS DEPUTADOS

Sim: 367

Não: 137

Abstenções: 7

Ausências: 2

Acre: 4 a favor, 4 contra

Alan Rick (PRB-SIM)

Angelim (PT-NÃO)

César Messias (PSB-NÃO)

Flaviano Melo (PMDB-SIM)

Jéssica Sales (PMDB-SIM)

Leo de Brito (PT-NÃO)

Rocha (PSDB-SIM)

Sibá Machado (PT-NÃO)

Alagoas: 6 a favor, 3 contra

Arthur Lira (PP-SIM)

Cícero Almeida (PMDB-SIM)

Givaldo Carimbão (PHS-NÃO)

JHC (PSB-SIM)

Marx Beltrão (PMDB-SIM)

Maurício Quintella Lessa (PR-SIM)

Paulão (PT-NÃO)

Pedro Vilela (PSDB-SIM)

Ronaldo Lessa (PDT-NÃO)

Sergipe: 6 a favor, 2 contra

Adelson Barreto (PR-SIM)

Andre Moura (PSC-SIM)

Fábio Mitidieri (PSD-NÃO)

Fabio Reis (PMDB-SIM)

João Daniel (PT-NÃO)

Jony Marcos (PRB-SIM)

Laercio Oliveira (SD-SIM)

Valadares Filho (PSB-SIM)

Pernambuco: 18 a favor, 6 contra

Adalberto Cavalcanti (PTB-NÃO)

Anderson Ferreira (PR-SIM)

André de Paula (PSD-SIM)

Augusto Coutinho (SD-SIM)

Betinho Gomes (PSDB-SIM)

Bruno Araújo (PSDB-SIM)

Daniel Coelho (PSDB-SIM)

Daniilo Cabral (PSB-SIM)

Eduardo da Fonte (PP-SIM)

Fernando Coelho Filho (PSB-SIM)

Gonzaga Patriota (PSB-SIM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB-SIM)

João Fernando Coutinho (PSB-SIM)

Jorge Côrte Real (PTB-SIM)

Kaio Maniçoba (PMDB-SIM)

Luciana Santos (PCdoB-NÃO)

Marinaldo Rosendo (PSB-SIM)

Mendonça Filho (DEM-SIM)

Pastor Eurico (PHS-SIM)

Ricardo Teobaldo (PTN-NÃO)

Sebastião Oliveira

(PR-ABSTENÇÃO)

Silvio Costa (PTdoB-NÃO)

Tadeu Alencar (PSB-SIM)

Wolney Queiroz (PDT-NÃO)

Zeca Cavalcanti (PTB-NÃO)

Paraíba: 9 a favor, 3 contra

Aguinaldo Ribeiro (PP-SIM)

Benjamim Maranhã (SD-SIM)

Damião Feliciano (PDT-NÃO)

Efraim Filho (DEM-SIM)

Hugo Motta (PMDB-SIM)

Luiz Couto (PT-NÃO)

Manoel Junior (PMDB-SIM)

Pedro Cunha Lima (PSDB-SIM)

Rômulo Gouveia (PSD-SIM)

Veneziano Vital do Rêgo

(PMDB-SIM)

Wellington Roberto (PR-NÃO)

Wilson Filho (PTB-SIM)

Bahia: 22 contra, 15 a favor

Afonso Florence (PT-NÃO)

Alice Portugal (PCdoB-NÃO)
Antonio Brito (PSD-NÃO)
Antonio Imbassahy (PSDB-SIM)
Arthur Oliveira Maia (PPS-SIM)
Bacelar (PTN-NÃO)
Bebeto (PSB-NÃO)
Benito Gama (PTB-SIM)
Cacá Leão (PP-ABSTENÇÃO)
Caetano (PT-NÃO)
Claudio Cajado (DEM-SIM)
Daniel Almeida (PCdoB-NÃO)
Davidson Magalhães (PCdoB-NÃO)
Elmar Nascimento (DEM-SIM)
Erivelton Santana (PEN-SIM)
Félix Mendonça Júnior (PDT-NÃO)
Fernando Torres (PSD-NÃO)
Irmão Lazaro (PSC-SIM)
João Carlos Bacelar (PR-NÃO)
João Gualberto (PSDB-SIM)
Jorge Solla (PT-NÃO)
José Carlos Aleluia (DEM-SIM)
José Carlos Araújo (PR-NÃO)
José Nunes (PSD-NÃO)
José Rocha (PR-NÃO)
Jutahy Junior (PSDB-SIM)
Lucio Vieira Lima (PMDB-SIM)
Márcio Marinho (PRB-SIM)
Mário Negromonte Jr.
(PP-ABSTENÇÃO)
Moema Gramacho (PT-NÃO)
Paulo Azi (DEM-SIM)
Paulo Magalhães (PSD-NÃO)
Roberto Britto (PP-NÃO)
Ronaldo Carletto (PP-NÃO)
Sérgio Brito (PSD-NÃO)
Tia Eron (PRB-SIM)
Uldurico Junior (PV-SIM)
Valmir Assunção (PT-NÃO)
Waldenor Pereira (PT-NÃO)

Minas Gerais: 41 a favor, 12 contra

Adelmo Carneiro Leão (PT-NÃO)
Aelton Freitas (PR-NÃO)
Bilac Pinto (PR-SIM)
Bonifácio de Andrada (PSDB-SIM)
Brunny (PR-NÃO)
Caio Narcio (PSDB-SIM)
Carlos Melles (DEM-SIM)
Dâmina Pereira (PSL-SIM)
Delegado Edson (PR-SIM)
Diego Andrade (PSD-SIM)
Dimas Fabiano (PP-SIM)
Domingos Sávio (PSDB-SIM)
Eduardo Barbosa (PSDB-SIM)
Eros Biondini (PROS-SIM)
Fábio Ramalho (PMDB-SIM)
Franklin Lima (PP-SIM)
Gabriel Guimarães (PT-NÃO)
George Hilton (PROS-NÃO)
Jaime Martins (PSD-SIM)
Jô Moraes (PCdoB-NÃO)
Júlio Delgado (PSB-SIM)
Laudívio Carvalho (SD-SIM)
Leonardo Monteiro (PT-NÃO)
Leonardo Quintão (PMDB-SIM)
Lincoln Portela (PRB-SIM)
Luis Tibé (PTdoB-SIM)
Luiz Fernando Faria (PP-SIM)
Marcelo Álvaro Antônio (PR-SIM)
Marcelo Aro (PHS-SIM)
Marcos Montes (PSD-SIM)
Marcus Pestana (PSDB-SIM)
Margarida Salomão (PT-NÃO)
Mário Heringer (PDT-SIM)
Mauro Lopes (PMDB-SIM)
Miguel Corrêa (PT-NÃO)
Misael Varella (DEM-SIM)
Newton Cardoso Jr. (PMDB-SIM)
Odelmo Leão (PP-SIM)
Padre João (PT-NÃO)
Patrus Ananias (PT-NÃO)

Paulo Abi-Ackel (PSDB-SIM)
Raquel Muniz (PSD-SIM)
Reginaldo Lopes (PT-NÃO)
Renzo Braz (PP-SIM)
Rodrigo de Castro (PSDB-SIM)
Rodrigo Pacheco (PMDB-SIM)
Saraiva Felipe (PMDB-SIM)
Stefano Aguiar (PSD-SIM)
Subtenente Gonzaga (PDT-SIM)
Tenente Lúcio (PSB-SIM)
Toninho Pinheiro (PP-SIM)
Weliton Prado (PMB-SIM)
Zé Silva (SD-SIM)

**Rio Grande do Norte: 7 a favor, 1
contra**

Antônio Jácome (PTN-SIM)
Beto Rosado (PP-SIM)
Fábio Faria (PSD-SIM)
Felipe Maia (DEM-SIM)
Rafael Motta (PSB-SIM)
Rogério Marinho (PSDB-SIM)
Walter Alves (PMDB-SIM)
Zenaide Maia (PR-NÃO)

Piauí: 5 votos contra, 5 a favor

Assis Carvalho (PT-NÃO)
Átila Lira (PSB-SIM)
Capitão Fábio Abreu (PTB-NÃO)
Heráclito Fortes (PSB-SIM)
Iracema Portella (PP-SIM)
Júlio Cesar (PSD-SIM)
Marcelo Castro (PMDB-NÃO)
Paes Landim (PTB-NÃO)
Rejane Dias (PT-NÃO)
Rodrigo Martins (PSB-SIM)

Espírito Santo: 8 a favor, 2 contra

Carlos Manato (SD-SIM)
Dr. Jorge Silva (PHS-SIM)
Evair de Melo (PV-SIM)
Givaldo Vieira (PT-NÃO)

Helder Salomão (PT-NÃO)
Lelo Coimbra (PMDB-SIM)
Marcus Vicente (PP-SIM)
Max Filho (PSDB-SIM)
Paulo Foletto (PSB-SIM)
Sergio Vidigal (PDT-SIM)

**Rio de Janeiro: 34 a favor, 11
contra**

Alessandro Molon (REDE-NÃO)
Alexandre Serfiotis (PMDB-SIM)
Alexandre Valle (PR-SIM)
Altineu Côrtes (PMDB-SIM)
Arolde de Oliveira (PSC-SIM)
Aureo (SD-SIM)
Benedita da Silva (PT-NÃO)
Cabo Daciolo (PTdoB-SIM)
Celso Pansera (PMDB-NÃO)
Chico Alencar (PSOL-NÃO)
Chico D'Angelo (PT-NÃO)
Clarissa Garotinho (PR-AUSENTE)
Cristiane Brasil (PTB-SIM)
Deley (PTB-SIM)
Dr. João (PR-SIM)
Eduardo Cunha (PMDB-SIM)
Ezequiel Teixeira (PTN-SIM)
Felipe Bornier (PROS-SIM)
Fernando Jordão (PMDB-SIM)
Francisco Floriano (DEM-SIM)
Glauber Braga (PSOL-NÃO)
Hugo Leal (PSB-SIM)
Indio da Costa (PSD-SIM)
Jair Bolsonaro (PSC-SIM)
Jandira Feghali (PCdoB-NÃO)
Jean Wyllys (PSOL-NÃO)
Julio Lopes (PP-SIM)
Leonardo Picciani (PMDB-NÃO)
Luiz Carlos Ramos (PTN-SIM)
Luiz Sérgio (PT-NÃO)
Marcelo Matos (PHS-SIM)
Marco Antônio Cabral (PMDB-SIM)

Marcos Soares (DEM-SIM)
Miro Teixeira (REDE-SIM)
Otavio Leite (PSDB-SIM)
Paulo Feijó (PR-SIM)
Pedro Paulo (PMDB-SIM)
Roberto Sales (PRB-SIM)
Rodrigo Maia (DEM-SIM)
Rosângela Gomes (PRB-SIM)
Sergio Zveiter (PMDB-SIM)
Simão Sessim (PP-SIM)
Soraya Santos (PMDB-SIM)
Sóstenes Cavalcante (DEM-SIM)
Wadih Damous (PT-NÃO)
Washington Reis (PMDB-SIM)

Ceará: 11 contra, 9 a favor

Adail Carneiro (PP-SIM)
Anibal Gomes (PMDB (AUSENTE)
Ariosto Holanda (PDT-NÃO)
Arnon Bezerra (PTB-NÃO)
Cabo Sabino (PR-SIM)
Chico Lopes (PCdoB-NÃO)
Danilo Forte (PSB-SIM)
Domingos Neto (PSD-NÃO)
Genecias Noronha (SD-SIM)
Gorete Pereira (PR-ABSTENÇÃO)
José Airton Cirilo (PT-NÃO)
José Guimarães (PT-NÃO)
Leônidas Cristino (PDT-NÃO)
Luizianne Lins (PT-NÃO)
Macedo (PP-NÃO)
Moroni Torgan (DEM-SIM)
Moses Rodrigues (PMDB-SIM)
Odorico Monteiro (PROS-NÃO)
Raimundo Gomes de Matos (PSDB-SIM)
Ronaldo Martins (PRB-SIM)
Vicente Arruda (PDT-NÃO)
Vitor Valim (PMDB-SIM)

Maranhão: 10 a favor, 8 contra

Alberto Filho (PMDB-SIM)
Aluisio Mendes (PTN-NÃO)
André Fufuca (PP-SIM)
Cleber Verde (PRB-SIM)
Eliziane Gama (PPS-SIM)
João Castelo (PSDB-SIM)
João Marcelo Souza (PMDB-NÃO)
José Reinaldo (PSB-SIM)
Junior Marreca (PEN-NÃO)
Juscelino Filho (DEM-SIM)
Pedro Fernandes (PTB-NÃO)
Rubens Pereira Júnior (PCdoB-NÃO)
Sarney Filho (PV-SIM)
Victor Mendes (PSD-SIM)
Waldir Maranhão (PP-NÃO)
Weverton Rocha (PDT-NÃO)
Zé Carlos (PT-NÃO)

São Paulo: 57 a favor, 13 contra

Alex Manente (PPS-SIM)
Alexandre Leite (DEM-SIM)
Ana Perugini (PT-NÃO)
Andres Sanchez (PT-NÃO)
Antonio Bulhões (PRB-SIM)
Arlindo Chinaglia (PT-NÃO)
Arnaldo Faria de Sá (PTB-SIM)
Arnaldo Jardim (PPS-SIM)
Baleia Rossi (PMDB-SIM)
Beto Mansur (PRB-SIM)
Bruna Furlan (PSDB-SIM)
Bruno Covas (PSDB-SIM)
Capitão Augusto (PR-SIM)
Carlos Sampaio (PSDB-SIM)
Carlos Zarattini (PT-NÃO)
Celso Russomanno (PRB-SIM)
Dr. Sinval Malheiros (PTN-SIM)
Duarte Nogueira (PSDB-SIM)
Edinho Araújo (PMDB-SIM)
Eduardo Bolsonaro (PSC-SIM)

Eduardo Cury (PSDB-SIM)
Eli Corrêa Filho (DEM-SIM)
Evandro Gussi (PV-SIM)
Fausto Pinato (PP-SIM)
Flavinho (PSB-SIM)
Floriano Pesaro (PSDB-SIM)
Gilberto Nasc (PSC-SIM)
Goulart (PSD-SIM)
Guilherme Mussi (PP-SIM)
Herculano Pa (PSD-SIM)
Ivan Valente (PSOL-NÃO)
Jefferson Campos (PSD-SIM)
João Paulo Papa (PSDB-SIM)
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SIM)
José Mentor (PT-NÃO)

Mato Grosso: 6 a favor, 2 contra

Adilton Sachetti (PSB-SIM)
Carlos Bezerra (PMDB-SIM)
Fabio Garcia (PSB-SIM)
Nilson Leitão (PSDB-SIM)
Professor Victório Galli (PSC-SIM)
Ságuas Moraes (PT-NÃO)
Tampinha (PSD-SIM)
Valtenir Pereira (PMDB-NÃO)

Tocantins: 6 a favor, 2 contra

Carlos Henrique Gaguim (PTN-SIM)
César Halum (PRB-SIM)
Dulce Miranda (PMDB-SIM)
Irajá Abreu (PSD-NÃO)
Josi Nunes (PMDB-SIM)
Lázaro Botelho (PP-SIM)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-SIM)
Vicentinho Júnior (PR-NÃO)

Distrito Federal: 7 a favor, 1 contra

Alberto Fraga (DEM-SIM)
Augusto Carvalho (SD-SIM)
Erika Kokay (PT-NÃO)
Izalci (PSDB-SIM)

Laerte Bessa (PR-SIM)
Rogério Rosso (PSD-SIM)
Ronaldo Fonseca (PROS-SIM)
Rôney Nemer (PP-SIM)

Goiás: 16 a favor, 1 contra

Alexandre Baldy (PTN-SIM)
Célio Silveira (PSDB-SIM)
Daniel Vilela (PMDB-SIM)
Delegado Waldir (PR-SIM)
Fábio Sousa (PSDB-SIM)
Flávia Morais (PDT-SIM)
Giuseppe Vecci (PSDB-SIM)
Heuler Cruvinel (PSD-SIM)
João Campos (PRB-SIM)
Jovair Arantes (PTB-SIM)
Lucas Vergilio (SD-SIM)
Magda Mofatto (PR-SIM)
Marcos Abrão (PPS-SIM)
Pedro Chaves (PMDB-SIM)
Roberto Balestra (PP-SIM)
Rubens Otoni (PT-NÃO)
Thiago Peixoto (PSD-SIM)

Rondônia: todos a favor

Expedito Netto (PSD-SIM)
Lindomar Garçon (PRB-SIM)
Lucio Mosquini (PMDB-SIM)
Luiz Cláudio (PR-SIM)
Marcos Rogério (DEM-SIM)
Mariana Carvalho (PSDB-SIM)
Marinha Raupp (PMDB-SIM)
Nilton Capixaba (PTB-SIM)

Amazonas: todos a favor

Alfredo Nascimento (PR-SIM)
Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-SIM)
Átila Lins (PSD-SIM)
Conceição Sampaio (PP-SIM)
Hissa Abrahão (PDT-SIM)
Marcos Rotta (PMDB-SIM)
Pauderney Avelino (DEM-SIM)

Silas Câmara (PRB-SIM)

**Mato Grosso do Sul: 5 a favor, 3
contra**

Carlos Marun (PMDB-SIM)
Dagoberto (PDT-NÃO)
Elizeu Dionizio (PSDB-SIM)
Geraldo Resende (PSDB-SIM)
Mandetta (DEM-SIM)
Tereza Cristina (PSB-SIM)
Vander Loubet (PT-NÃO)
Zeca do PT (PT-NÃO)

Paraná: 26 a favor, 4 contra

Alex Canziani (PTB-SIM)
Alfredo Kaefer (PSL-SIM)
Aliel Machado (REDE-NÃO)
Assis do Couto (PDT-NÃO)
Christiane de Souza Yared (PR-SIM)
Diego Garcia (PHS-SIM)
Dilceu Sperafico (PP-SIM)
Enio Verri (PT-NÃO)
Evandro Roman (PSD-SIM)
Fernando Francischini (SD-SIM)
Giacobo (PR-SIM)
Hermes Parcianello (PMDB-SIM)
João Arruda (PMDB-SIM)
Leandre (PV-SIM)
Leopoldo Meyer (PSB -SIM)
Luciano Ducci (PSB-SIM)
Luiz Carlos Haully (PSDB-SIM)
Luiz Nishimori (PR-SIM)
Marcelo Belinatti (PP-SIM)
Nelson Meurer (PP-SIM)
Nelson Padovani (PSDB-SIM)
Osmar Serraglio (PMDB-SIM)
Paulo Martins (PSDB-SIM)
Ricardo Barros (PP-SIM)
Rubens Bueno (PPS-SIM)
Sandro Alex (PSD-SIM)
Sergio Souza (PMDB-SIM)
Takayama (PSC-SIM)

Toninho Wandscheer (PROS-SIM)
Zeca Dirceu (PT-NÃO)

Pará: 10 a favor, 6 contra

Arnaldo Jordy (PPS-SIM)
Beto Faro (PT-NÃO)
Beto Salame (PP-ABSTENÇÃO)
Delegado Éder Mauro (PSD-SIM)
Edmilson Rodrigues (PSOL-NÃO)
Elcione Barbalho (PMDB-NÃO)
Francisco Chapadinha (PTN-SIM)
Hélio Leite (DEM-SIM)
Joaquim Passarinho (PSD-SIM)
José Priante (PMDB-SIM)
Josué Bengtson (PTB-SIM)
Júlia Marinho (PSC-SIM)
Lúcio Vale (PR-NÃO)
Nilson Pinto (PSDB-SIM)
Simone Morgado (PMDB-NÃO)
Wladimir Costa (SD-SIM)
Zé Geraldo (PT-NÃO)

Amapá: 4 contra, 3 a favor

André Abdon (PP-SIM)
Cabuçu Borges (PMDB-SIM)
Janete Capiberibe (PSB-NÃO)
Jozi Araújo (PTN-NÃO)
Marcos Reategui (PSD-SIM)
Professora Marcivania (PCdoB-NÃO)
Roberto Góes (PDT-NÃO)
Vinicius Gurgel (PR-ABSTENÇÃO)
Santa Catarina: 14 a favor, 2 contra
Carmen Zanotto (PPS-SIM)
Celso Maldaner (PMDB-SIM)
Cesar Souza (PSD-SIM)
Décio Lima (PT-NÃO)
Esperidião Amin (PP-SIM)
Geovania de Sá (PSDB-SIM)
João Paulo Kleinübing (PSD-SIM)
João Rodrigues (PSD-SIM)
Jorge Boeira (PP-SIM)

Jorginho Mello (PR-SIM)
Marco Tebaldi (PSDB-SIM)
Mauro Mariani (PMDB-SIM)
Pedro Uczai (PT-NÃO)
Rogério Peninha Mendonça
(PMDB-SIM)
Ronaldo Benedet (PMDB-SIM)
Valdir Colatto (PMDB-SIM)

**Rio Grande do Sul: 22 a favor, 8
contra**

Afonso Hamm (PP-SIM)
Afonso Motta (PDT-NÃO)
Alceu Moreira (PMDB-SIM)
Bohn Gass (PT-NÃO)
Carlos Gomes (PRB-SIM)
Covatti Filho (PP-SIM)
Danrlei de Deus Hinterholz
(PSD-SIM)
Darcísio Perondi (PMDB-SIM)
Giovani Cherini (PDT-SIM)
Heitor Schuch (PSB-SIM)
Henrique Fontana (PT-NÃO)
Jerônimo Goergen (PP-SIM)
João Derly (REDE-SIM)
José Fogaça (PMDB-SIM)
José Otávio Germano (PP-SIM)
Jose Stédile (PSB-SIM)
Luis Carlos Heinze (PP-SIM)
Luiz Carlos Busato (PTB-SIM)
Marco Maia (PT-NÃO)
Marcon (PT-NÃO)
Maria do Rosário (PT-NÃO)
Mauro Pereira (PMDB-SIM)
Nelson Marchezan Junior
(PSDB-SIM)
Onyz Lorenzoni (DEM-SIM)
Osmar Terra (PMDB-SIM)
Paulo Pimenta (PT-NÃO)
Pepe Vargas (PT-NÃO)

Pompeo de Mattos
(PDT-ABSTENÇÃO)
Renato Molling (PP-SIM)
Ronaldo Nogueira (PTB-SIM)
Sérgio Moraes (PTB-SIM)

Roraima: 7 votos a favor, 1 contra

Abel Mesquita Jr. (DEM-SIM)
Carlos Andrade (PHS-SIM)
Edio Lopes (PR-NÃO)
Hiran Gonçalves (PP-SIM)
Jhonatan de Jesus (PRB-SIM)
Maria Helena (PSB-SIM)
Remídio Monai (PR-SIM)
Shéridan (PSDB-SIM)

<https://memoria.etc.com.br/noticias/2016/04/saiba-quem-votou-contra-a-favor-impeachment-dilma-na-camara-deputados>

COMO VOTARAM OS SENADORES

Sim: 61

Não: 20

**Votos pelo "sim", a favor do
impeachment**

Acir Gurgacz (PDT-RO)
Aécio Neves (PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Alvaro Dias (PV-PR)
Ana Amélia (PP-RS)
Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Benedito de Lira (PP-AL)
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
Cidinho Santos (PR-MT)

Ciro Nogueira (PP-PI)
Cristovam Buarque (PPS-DF)
Dalirio Beber (PSDB-SC)
Dário Berger (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Edison Lobão (PMDB-MA)
Eduardo Amorim (PSC-SE)
Eduardo Braga (PMDB-AM)
Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Fernando Collor (PTC-AL)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Gladson Cameli (PP-AC)
Hélio José (PMDB-DF)
Ivo Cassol (PP-RO)
Jader Barbalho (PMDB-PA)
João Alberto Souza (PMDB-MA)
José Agripino (DEM-RN)
José Aníbal (PSDB-SP)
José Maranhão (PMDB-PB)
José Medeiros (PSD-MT)
Lasier Martins (PDT-RS)
Lúcia Vânia (PSB-GO)
Magno Malta (PR-ES)
Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marta Suplicy (PMDB-SP)
Omar Aziz (PSD-AM)
Paulo Bauer (PSDB-SC)
Pedro Chaves (PSC-MS)
Raimundo Lira (PMDB-PB)
Reguffe (Sem partido-DF)
Renan Calheiros (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Roberto Rocha (PSB-MA)
Romário (PSB-RJ)
Romero Jucá (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Rose de Freitas (PMDB-ES)
Sérgio Petecão (PSD-AC)

Simone Tabet (PMDB-MS)
Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Telmário Mota (PDT-RR)
Valdir Raupp (PMDB-RO)
Vicentinho Alves (PR-TO)
Waldemir Moka (PMDB-MS)
Wellington Fagundes (PR-MT)
Wilder Morais (PP-GO)
Zeze Perella (PTB-MG)

Votos pelo "não", contra o impeachment

Angela Portela (PT-RR)
Armando Monteiro (PTB-PE)
Elmano Férrer (PTB-PI)
Fátima Bezerra (PT-RN)
Gleise Hoffmann (PT-PR)
Humberto Costa (PT-PE)
João Capiberibe (PSB-AP)
Jorge Viana (PT-AC)
José Pimentel (PT-CE)
Kátia Abreu (PMDB-TO)
Lídice da Mata (PSB-BA)
Lindbergh Farias (PT-RJ)
Otto Alencar (PSD-BA)
Paulo Paim (PT-RS)
Paulo Rocha (PT-PA)
Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Regina Sousa (PT-PI)
Roberto Muniz (PP-BA)
Roberto Requião (PMDB-PR)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>

Não luto pelo meu mandato, por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não têm caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar.

Dilma Vana Rousseff